



**Edição Especial
1300 publicações**



Jader Silveira (Org.)

Coletânea

MultiAtualizando

evolução constante, aprendizado contínuo



**Edição Especial
1300 publicações**



Jader Silveira (Org.)

Coletânea

MultiAtualizando

evolução constante, aprendizado contínuo

© 2025 – Editora Real Conhecer

editora.realconhecer.com.br

realconhecer@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Real Conhecer

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587c Coletânea MultiAtualizando: evolução constante, aprendizado contínuo
/ Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora Real Conhecer, 2025. 204 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-83668-04-2
DOI: 10.5281/zenodo.17461243

1. Coletânea. 2. Inovação. 3. Transformação. 4. Cultura. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 001.4
CDU: 001

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Real Conhecer
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
editora.realconhecer.com.br
realconhecer@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://editora.realconhecer.com.br/2025/10/coletanea-multiatualizando-evolucao.html>



**COLETÂNEA MULTIATUALIZANDO:
EVOLUÇÃO CONSTANTE, APRENDIZADO CONTÍNUO**

Autores

Alessandra Rodrigues de Brito
Alessandro de Souza Reis
Clayton Aparecido Cardoso de Moraes
Cloris Miranda Bispo
Daniela Boreli
Eudes Batista Siqueira
Fernanda Rocha Magalhães
Flávio Massaharu Shinya
Francisco Silva Oliveira
Giovana Maysa Brito Souza
Iveltyma Roosemalen Passos Ibiapina
Joelice Rodrigues Magalhães
Josedalva Farias dos Santos
Lairton Antônio Bruzzão
Laís Queinan Bertunes Brito
Leticia Paba Vieira
Luan de Jesus Oliveira
Luiz Gustavo Santos da Silva
Mariane Martir Vieira
Matheus Correia Pontes
Nazaré Araújo dos Reis
Rômulo Césare Fim
Sara Caroliny Cestari Santana
Selena Pereira Feltrin
Vitor Patrick Rodrigues da Silva
Wilson Rodrigues Rocha

APRESENTAÇÃO

Celebrar seis anos de existência é, mais do que marcar o tempo, reconhecer a construção de um percurso tecido por ideias, experiências e transformações. A presente obra, *Coletânea MultiAtualizando: evolução constante, aprendizado contínuo*, surge como um marco significativo na trajetória do **Grupo MultiAtual**, não apenas por registrar um número expressivo — **1.300 publicações** —, mas por reafirmar o compromisso inabalável com a produção, a difusão e o compartilhamento do conhecimento em suas múltiplas dimensões.

Desde sua gênese, o Grupo MultiAtual constituiu-se como um espaço fértil de reflexão, diálogo e atualização permanente. Reunindo vozes diversas, mas unidas pelo propósito comum de pensar o mundo em movimento, a coletividade que o compõe reflete a essência do aprendizado que não se encerra: aquele que se renova a cada encontro, a cada texto, a cada nova descoberta. Assim, esta coletânea não é apenas um repositório de ideias — é um testemunho vivo da evolução intelectual e humana de todos que, ao longo dos anos, contribuíram para consolidar o grupo como referência no cenário acadêmico e cultural contemporâneo.

Ao ler estas páginas, o leitor é convidado a percorrer um mosaico de saberes, perspectivas e sensibilidades. São vozes que se entrelaçam, revelando a riqueza de um coletivo que aprendeu a dialogar com a complexidade do tempo presente sem abrir mão do rigor, da ética e da sensibilidade que caracterizam o verdadeiro exercício do pensar. Cada texto aqui reunido é uma peça de um grande mosaico: fragmentos que, quando unidos, formam a imagem viva de um projeto em constante reinvenção.

A longevidade do Grupo MultiAtual não se explica apenas pela soma de esforços individuais, mas pela sinergia que o sustenta — um impulso colaborativo que ultrapassa fronteiras geográficas e disciplinares, criando pontes entre áreas do conhecimento e aproximando pessoas movidas pela curiosidade, pela inquietude e pela paixão de aprender. É nesse sentido que esta coletânea assume um caráter celebrativo: celebra não apenas o tempo que passou, mas o caminho que continua a ser trilhado, com a mesma energia criadora e o mesmo espírito de partilha que marcaram o início dessa caminhada.

Com *Coletânea MultiAtualizando: evolução constante, aprendizado contínuo*, reafirma-se a crença de que o conhecimento é um organismo vivo, que cresce, se transforma e se multiplica. A cada publicação, a cada reflexão, a cada gesto de colaboração, o Grupo MultiAtual renova sua missão de contribuir para um mundo mais crítico, mais humano e mais consciente de sua própria complexidade.

Que o leitor encontre, nestas páginas, não apenas ideias, mas também inspiração — a inspiração de quem entende que aprender é um movimento sem fim, e que evoluir é, acima de tudo, permanecer aberto ao novo, ao diálogo e à construção coletiva do saber. Esta coletânea é, portanto, mais do que uma comemoração: é uma celebração da inteligência em movimento e do espírito colaborativo que mantém acesa a chama do conhecimento.

Boa leitura!

SUMÁRIO

Capítulo 1 A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA DETECÇÃO DA CRISE FINANCEIRA: ESTUDO DE CASO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDÓPOLIS Daniela Boreli; Flávio Massaharu Shinya; Lairton Antônio Bruzzão; Rômulo César Fim	11
Capítulo 2 ESTRATÉGIAS PARA A SOBREVIVÊNCIA DE STARTUPS NO SETOR DE TECNOLOGIA NO BRASIL Sara Caroliny Cestari Santana; Selenia Pereira Feltrin; Vitor Patrick Rodrigues da Silva; Clayton Aparecido Cardoso de Moraes	35
Capítulo 3 A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NAS EMPRESAS FAMILIARES Daniela Boreli; Giovana Maysa Brito Souza; Leticia Paba Vieira; Mariane Martir Vieira	55
Capítulo 4 A FORMAÇÃO DOCENTE E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS EM SALA DE AULA Francisco Silva Oliveira	79
Capítulo 5 REGULAMENTAÇÃO DAS APOSTAS NO BRASIL: DESAFIOS CONSTITUCIONAIS, ECONÔMICOS E SOCIAIS ENVOLVIDOS EM SUA IMPLEMENTAÇÃO COMPARATIVO INTERNACIONAL Matheus Correia Pontes	88
Capítulo 6 REVOLTA DE MASSAS EM UM CENÁRIO DE AUTORREPRODUÇÃO DESTRUTIVA DO CAPITAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE ISTVÁN MÉSZÁROS Luan de Jesus Oliveira	102
Capítulo 7 HOJE É DIA DE FESTA N'ARUANDA: PADÊS E ZUELAS NO ILÊ AXÉ ORUSSALÊ Luiz Gustavo Santos da Silva; Eudes Batista Siqueira	114
Capítulo 8 QUESTÕES INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA: ABORDAGENS E REFLEXÕES Cloris Miranda Bispo	137
Capítulo 9 GOVERNANÇA PÚBLICA NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE DESAFIOS E MODELOS DE GESTÃO Alessandro de Souza Reis; Iveltyma Roosemalen Passos Ibiapina	163

Capítulo 10

**CARTOGRAFIA ACERCA DE EXPERIÊNCIAS ARTÍSTICO – CULTURAIS EM
TEATRO DE ANIMAÇÃO DE BONECOS EM BELÉM DO PARÁ**

178

Nazaré Araújo dos Reis

Capítulo 11

**A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL E POPULAR NA FORMAÇÃO DE
LEITORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

192

Joelice Rodrigues Magalhães; Josedalva Farias dos Santos; Wilson Rodrigues
Rocha; Alessandra Rodrigues de Brito; Laís Queinan Bertunes Brito; Fernanda
Rocha Magalhães

Capítulo 1

A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA DETECÇÃO DA CRISE FINANCEIRA: ESTUDO DE CASO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDÓPOLIS

Daniela Boreli

Flávio Massaharu Shinya

Lairton Antônio Bruzzão

Rômulo Césare Fim

A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA DETECÇÃO DA CRISE FINANCEIRA: ESTUDO DE CASO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDÓPOLIS



DOI: 10.5281/zenodo.17457328

Daniela Boreli

Contadora e Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil, e-mail:

daniboreli@hotmail.com

Flávio Massaharu Shinya

Advogado, graduando em Ciências Contábeis e Especialista em Gestão Empresarial pelas Faculdades Integradas de Fernandópolis, e-mail: flavioshinya@gmail.com

Lairton Antônio Bruzzão

Economista e graduando em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas de Fernandópolis

Rômulo César Fim

Bacharel em Sistemas de Informação e graduando em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas de Fernandópolis

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a relevância da contabilidade gerencial e das demonstrações contábeis na identificação de crises financeiras em entidades do terceiro setor, tomando como estudo de caso a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis. A escolha da instituição se justifica pela sua importância regional no atendimento hospitalar, sobretudo como prestadora de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), e pela situação de grave desequilíbrio econômico-financeiro que culminou no deferimento de seu pedido de recuperação judicial. A pesquisa caracteriza-se como aplicada, de natureza qualitativa e

quantitativa, com abordagem descritivo-exploratória. A metodologia utilizada incluiu análise documental e bibliográfica, bem como estudo de caso, com base nos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados referentes aos exercícios de 2021, 2022 e 2023. As informações foram submetidas a técnicas clássicas de análise contábil, abrangendo índices de liquidez, endividamento e rentabilidade, além de análise horizontal e vertical, conforme orientações da literatura especializada e das normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao terceiro setor. Os resultados apontaram redução contínua da liquidez, revelando insuficiência de ativos circulantes para a cobertura das obrigações de curto prazo, elevação progressiva do endividamento, queda acentuada do patrimônio líquido e déficits recorrentes. A análise horizontal evidenciou retração de receitas e expansão das despesas, enquanto a análise vertical destacou a concentração do passivo no curto prazo, aumentando a pressão sobre a gestão de caixa. Esses achados confirmam a existência de crise econômico-financeira, ao mesmo tempo em que demonstram que a entidade preencheu os requisitos contábeis e jurídicos para a recuperação judicial, conforme previsto na Lei nº 11.101/2005. Conclui-se que a análise das demonstrações contábeis constitui instrumento estratégico indispensável à gestão de entidades do terceiro setor, permitindo não apenas a identificação antecipada de riscos de insolvência, mas também a fundamentação de medidas de reestruturação financeira. O caso da Santa Casa de Fernandópolis evidencia a relevância do uso tempestivo dessas ferramentas para assegurar a continuidade de instituições filantrópicas e a preservação de sua função social.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial. Demonstrações Contábeis. Indicadores Financeiros. Terceiro Setor. Recuperação Judicial.

ABSTRACT

This study aims to analyze the relevance of Management Accounting and Financial Reporting in identifying financial crises in third sector entities, focusing on the case of *Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis*. The institution was chosen due to its regional importance in hospital care, particularly as a provider of services to the Brazilian Unified Health System (SUS), and its severe economic and financial imbalance, which led to the granting of its request for Bankruptcy Reorganization. The research is characterized as applied, with a qualitative and quantitative approach, and an exploratory-descriptive design. The methodology

included documental and bibliographical analysis, as well as a case study based on the balance sheets and income statements for the fiscal years 2021, 2022, and 2023. The information was examined through classical accounting analysis techniques, including liquidity, indebtedness, and profitability indicators, in addition to horizontal and vertical analysis, in accordance with specialized literature and Brazilian accounting standards applicable to third sector entities. The results revealed a continuous decrease in liquidity, showing insufficient current assets to cover short-term obligations, a progressive increase in indebtedness, a significant reduction in equity, and recurring deficits. The horizontal analysis highlighted revenue contraction and expense growth, while the vertical analysis showed a concentration of liabilities in the short term, intensifying pressure on cash management. These findings confirm the existence of an economic and financial crisis, while also demonstrating that the entity fulfilled the accounting and legal requirements for Bankruptcy Reorganization, as established by Brazilian Law No. 11.101/2005. It is concluded that the analysis of financial reporting is an essential strategic tool for the management of third sector entities, allowing not only the early identification of insolvency risks but also supporting financial restructuring measures. The case of Santa Casa de Fernandópolis highlights the importance of the timely use of such tools to ensure the continuity of philanthropic institutions and the preservation of their social function.

Keywords: Management Accounting. Financial Reporting. Financial Indicators. Third Sector. Bankruptcy Reorganization.

INTRODUÇÃO

As instituições hospitalares filantrópicas desempenham papel fundamental no sistema de saúde brasileiro, especialmente no atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sendo responsáveis por parcela expressiva da assistência prestada à população (CNES/DATASUS, 2023).

No entanto, o cenário econômico atual, marcado por restrições orçamentárias, aumento de custos assistenciais e atrasos nos repasses públicos, tem imposto desafios significativos à manutenção da sustentabilidade dessas entidades (IPEA, 2019)

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis, objeto do presente estudo, representa um exemplo emblemático dessa realidade. Como hospital filantrópico de referência regional, enfrenta dificuldades financeiras que ameaçam a continuidade de suas atividades e comprometem sua capacidade de atendimento.

Diante desse contexto, este artigo tem por objetivo analisar a situação econômico-financeira da instituição, com base nas demonstrações contábeis dos exercícios de 2021 a 2023, aplicando técnicas de análise de balanços e indicadores financeiros, de modo a avaliar sua capacidade de recuperação e verificar o atendimento aos requisitos jurídicos e contábeis para a concessão da Recuperação Judicial. A relevância deste estudo reside não apenas na compreensão do caso específico, mas também na contribuição para o debate sobre a viabilidade de utilização do instituto da recuperação judicial por entidades do Terceiro Setor.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

De acordo com a NBC TG 26 de 2017, as demonstrações contábeis consistem em um modelo padronizado que reflete de forma organizada a situação financeira e patrimonial de uma organização, tendo como finalidades principais apresentar com fidedignidade os resultados operacionais e demonstrar o desempenho da administração.

Além disso, as demonstrações contábeis podem ser complementadas por meio de notas explicativas com o intuito de esclarecer qualquer informação que não possa ser apresentado nas demonstrações contábeis. (NBC TG 26 2017).

Segundo Marion (2019) “as notas explicativas são uma das formas de evidenciação e representam informações complementares com o objetivo de enriquecer os relatórios e evitar que eles se tornem enganosos”.

Outrossim, segundo o mesmo autor, a análise das demonstrações contábeis apresentam, de forma clara, a situação financeira e econômica identificada no balanço patrimonial, juntamente com a demonstração do resultado do exercício (MARION, 2019).

Importante frisar que a análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta crucial para a tomada de decisão nas empresas. Por meio da análise dos dados financeiros apresentados nos relatórios contábeis, é possível avaliar a situação

econômico-financeira da empresa, identificar tendências e tomar decisões estratégicas informadas. Dessa forma, a análise das demonstrações contábeis contribui significativamente para a eficiência da gestão empresarial e a maximização dos resultados (MELLO, CESARO, NECHER, 2016).

Marion (2019) assevera que a interpretação das demonstrações contábeis deve ser feita com um olhar crítico, de modo que deve ser considerado não apenas os números absolutos, mas também o contexto econômico no qual a entidade está inserida. Ainda, destaca que, antes de iniciar uma análise, torna-se necessário verificar se o analista tem posse de todas as demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas. Ressalta, ainda, que é importante ter em mãos as demonstrações contábeis de no mínimo três períodos, pois quando são publicadas têm-se informações de dois períodos: exercício atual e exercício anterior.

Principais Indicadores Econômico-Financeiros

Padoveze (2010) caracteriza a análise econômico-financeira como um componente essencial da gestão empresarial, desenvolvendo-se através de um processo de verificação de uma interpretação crítica e de um diagnóstico da empresa determinando os aspectos operacional, econômica, patrimonial e financeira da empresa.

Conforme Silva (2018), "os índices financeiros representam relações matemáticas que sintetizam dados contábeis para avaliação do desempenho empresarial".

Na perspectiva de Zdanowicz (2012), o núcleo da análise financeira reside na aferição da capacidade organizacional de cumprir seus deveres financeiros nos prazos estabelecidos, mediante avaliação criteriosa da suficiência de caixa para honrar os compromissos assumidos.

A análise financeira pode ser aplicada em qualquer tipo de organização, seja ela lucrativa ou não, pois sua utilização não visa encontrar valores exatos e perfeitos que retratem uma empresa perfeita, mas, sim, verificar se os resultados obtidos estão dentro da normalidade das empresas do mesmo ramo (MARION, 2012).

Marion (2012) ressalta que a interpretação dos índices financeiros demanda contextualização setorial e econômica, uma vez que "um mesmo índice pode significar

situações diferentes dependendo do setor de atuação da empresa ou das condições econômicas vigentes".

Dessa forma, apresentamos os principais índices e suas respectivas finalidades:

Conjunto de índices	Índices	Finalidade
Índices de liquidez	• Liquidez corrente • Liquidez seca • Liquidez imediata • Liquidez geral	São utilizados para avaliar a capacidade financeira da empresa. A regra geral para interpretação é que quanto maior for o valor desses índices, maior será a capacidade da empresa em pagar suas dívidas, ou seja, melhor será sua situação financeira.
Índices de endividamento	• Endividamento geral • Composição endividamento • Grau de endividamento	Têm o objetivo de avaliar o grau de dependência da empresa em relação aos capitais de terceiros, por meio da medição da relação entre capitais próprios, capitais de terceiros e capitais aplicados. Indica o montante de recursos de capitais de terceiros que é usado na tentativa de gerar lucro. A regra geral para sua interpretação é: quanto menor for, melhor.
Índices de rentabilidade	• Giro do ativo • Margem líquida • Retorno sobre investimentos • Retorno sobre patrimônio líquido	Consideram, em geral, os retornos de capitais por meio de lucros ou receitas. Esses indicadores informam quanto o lucro da se relaciona com outro parâmetro de comparabilidade. A regra geral para sua interpretação é: quanto maior for, melhor.

Fonte: adaptado dos autores Lagioia; Santos; Santos; Vieira; Vieira, 2014 e Cardoso; Szuster; Szuster; Szuster; Szuster, 2013

Além disso, para análise dos resultados do trabalho, apresenta-se as fórmulas dos indicadores e índices econômicos e financeiros, que serão utilizados neste estudo, de acordo com a particularidade das entidades do terceiro setor.

Conjunto de índices	Nome dos índices	Fórmulas
Índices de liquidez	Liquidez corrente	Ativo circulante / Passivo Circulante
	Liquidez seca	Ativo Circulante - estoque) / Passivo Circulante
	Liquidez imediata	Disponível/ Passivo Circulante
	Liquidez geral	(Ativo circulante + realiz. LP) / (Passivo Circulante + Exigível LP)
Índices endividamento	Composição endividamento	Capitais de terceiros / Passivo total

n adaptado dos autores Lagioia; Santos; Santos; Vieira; Vieira, 2014 e Cardoso; Szuster; Szuster; Szuster; Szuster, 2013

Complementando os indicadores tradicionais, destaca-se a relevância das técnicas de análise vertical e horizontal no diagnóstico financeiro. Assaf Neto (2010) descreve que: “a análise horizontal é um processo de estudo que permite identificar as variações e evolução nos elementos das demonstrações contábeis ao longo de determinado intervalo de tempo. A grande importância dessa técnica é bem clara: permite que se analise a tendência passada e futura de cada valor contábil”.

Importância da Contabilidade na Gestão Financeira

Na concepção de Franco (1997), a contabilidade opera como o sistema nervoso corporativo, processando e transmitindo as informações vitais que sustentam tanto as operações cotidianas quanto o desenvolvimento estratégico das organizações.

Iudícibus (2009) ressalta que a contabilidade fornece informações "não apenas para registros históricos, mas também para o planejamento futuro, controle interno e avaliação de desempenho".

Peculiaridades Contábeis das Entidades do Terceiro Setor

Conforme estabelecido pela ITG 2002, as organizações demandam abordagens contábeis diferenciadas em virtude de sua natureza jurídica e missão institucional sem fins lucrativos. Tal tratamento deve garantir transparência ativa e especificidades de atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, cultura e direitos humanos, prestando relevantes serviços à sociedade, muitas vezes em parceria com o setor público.

As organizações sem fins lucrativos estão sujeitas a requisitos contábeis específicos, conforme prescrito na ITG 2002. Essas entidades devem, obrigatoriamente, evidenciar os recursos recebidos por doações, subvenções ou convênios, bem como a segregação dos recursos vinculados e não vinculados às finalidades institucionais (ITG 2002).

Pereira (2020) assevera que "a transparência contábil é um dos principais instrumentos para assegurar a continuidade das organizações do terceiro setor, principalmente diante da necessidade de prestação de contas a órgãos financiadores e à sociedade".

Iudícibus (2009) adverte que a isenção de finalidade lucrativa não mitiga a obrigatoriedade de controles financeiros rigorosos, de modo que é imprescindível o acompanhamento do fluxo de caixa, a segregação de fundos e a gestão adequada de passivos e ativos.

Por fim, para Marion (2012), a contabilidade gerencial no terceiro setor transcende a função tradicional, devendo gerar indicadores de desempenho social, e ferramentas para gestão operacional eficiente, mantendo os mesmos padrões de excelência das organizações lucrativas quanto a planejamento, orçamento e avaliação de resultados.

Legislação Pertinente à Recuperação Judicial e Aplicação às Entidades Filantrópicas

De acordo com Fábio Ulhoa Coelho (2021), a recuperação judicial deve ser entendida como uma ferramenta para reestruturação e preservação da atividade empresarial, e não como uma simples moratória, exigindo um planejamento

estratégico bem fundamentado e o acompanhamento por profissionais especializados em direito, contabilidade e gestão hospitalar.

Apesar de devidamente regulamentada no Brasil, a recuperação judicial possui sua aplicação restrita. Coelho (2009) destaca que "a lei é clara ao restringir o benefício da recuperação às sociedades empresárias, excluindo associações e fundações".

Contudo, Pereira (2020) argumenta que "a necessidade de preservação de entidades de interesse social pode justificar a aplicação subsidiária de mecanismos de recuperação, desde que observados os princípios constitucionais da função social e da dignidade da pessoa humana".

Decisões judiciais recentes vêm reconhecendo que, apesar das limitações legais, a função social exercida pelas entidades filantrópicas pode ser argumento suficiente para justificar a sua inclusão em processos de reestruturação judicial, de maneira adaptada às suas peculiaridades (PEREIRA, 2020).

Além disso, a concessão da recuperação judicial está adstrita ao preenchimento de determinados requisitos constantes do artigo 51, da Lei 11.101/2005. Tais requisitos são fundamentais para demonstrar a viabilidade da recuperação da organização e o cumprimento da função social da atividade.

Do ponto de vista jurídico, o artigo 51 da referida lei exige que o pedido inicial seja instruído com os seguintes documentos: exposição das causas concretas da situação patrimonial e das razões da crise econômico-financeira; demonstrações contábeis atualizadas; relação nominal de credores, com a classificação dos créditos conforme sua natureza; relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores da pessoa jurídica; extratos atualizados das contas bancárias; relação de ações judiciais e administrativas em que o devedor figure como parte.

Sob o enfoque contábil, é indispensável que a entidade esteja com sua escrituração contábil regular e atualizada, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente a NBC TG 26 (R5), que trata da apresentação das demonstrações contábeis (CFC, 2017). As demonstrações exigidas incluem: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); Notas explicativas às demonstrações financeiras.

Segundo Assaf Neto (2010), a apresentação correta e tempestiva dessas demonstrações é imprescindível para avaliar a solvência, a liquidez e a rentabilidade da organização.

Pereira (2020) ressalta que a contabilidade clara e fidedigna é condição para a continuidade institucional e para a confiança dos stakeholders, sendo ainda requisito indispensável para o ingresso em processos judiciais de recuperação.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem de natureza aplicada com enfoques qualitativo e quantitativo, e delineamento exploratório-descritivo, empregando como procedimento técnico o estudo de caso. Segundo Gil (2017), “a pesquisa aplicada visa gerar conhecimento voltado à solução de problemas práticos, ao passo que o delineamento exploratório-descritivo permite identificar padrões e características relevantes de determinado fenômeno, proporcionando uma análise crítica e contextualizada”.

A escolha do estudo de caso como estratégia metodológica justifica-se pela necessidade de compreender profundamente um contexto específico — a crise financeira da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis — à luz da contabilidade gerencial e da análise das demonstrações contábeis. Para Yin (2015), o estudo de caso é particularmente útil quando se deseja investigar um fenômeno real e contemporâneo, em que as variáveis não podem ser controladas pelo pesquisador e estão fortemente ligadas ao seu contexto.

A coleta de dados foi realizada em duas frentes. A primeira, documental, consistiu na análise das demonstrações contábeis publicadas pela entidade nos exercícios de 2021, 2022 e 2023, disponíveis no portal oficial da instituição. Como afirmam Bardin (2011) e Severino (2016), a pesquisa documental é fundamental quando se utiliza registros institucionais e documentos oficiais como fonte primária de análise.

A segunda fonte de coleta foi bibliográfica, embasada em obras clássicas e contemporâneas da contabilidade, análise financeira e legislação aplicada às entidades do terceiro setor e à recuperação judicial.

O tratamento dos dados deu-se por meio de técnicas de análise horizontal e por indicadores econômico-financeiros, conforme preconizado por Padoveze (2010) e Matarazzo (2003). As demonstrações foram organizadas em planilhas eletrônicas e os principais indicadores foram calculados e interpretados segundo as fórmulas

tradicionalmente aceitas pela literatura contábil. Tais indicadores foram escolhidos por fornecerem uma visão holística da saúde financeira da entidade (Zdanowicz, 2012).

O recorte temporal foi definido entre os anos de 2021 a 2023, período em que a entidade passou por intensificação da sua crise financeira e obteve, em juízo, o deferimento do pedido de recuperação judicial. Esse intervalo fornece material suficiente para a comparação entre períodos e identificação de padrões ou anomalias financeiras.

A opção pela Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis foi realizada por amostragem intencional, dado o ineditismo de sua situação: uma entidade filantrópica do terceiro setor que ingressou e teve acolhida uma ação de recuperação judicial — o que permite uma análise única e relevante para os propósitos do estudo. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), esse tipo de amostragem é adequado quando se seleciona intencionalmente unidades informativas com características específicas e relevantes para os objetivos da pesquisa.

Estudo de Caso: Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis é uma entidade filantrópica centenária, reconhecida regionalmente por sua atuação na área da saúde pública, prestando serviços por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Ao longo dos anos, enfrentou recorrentes dificuldades financeiras, decorrentes, sobretudo, de subfinanciamento público, aumento dos custos hospitalares, gestão ineficiente e acúmulo de passivos com fornecedores, tributos e encargos trabalhistas.

No ano de 2023, a entidade ingressou com pedido de recuperação judicial, com base na Lei nº 11.101/2005, fato inédito no município e incomum no âmbito do terceiro setor. O pedido foi deferido pelo juízo competente da Comarca de Fernandópolis-SP, reconhecendo-se a natureza empresarial da atividade hospitalar desenvolvida, bem como a essencialidade dos serviços prestados, conforme jurisprudência que vem se consolidando no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e em Tribunais Estaduais.

O plano de recuperação judicial apresentado pela entidade contempla ações como renegociação de dívidas com fornecedores e instituições financeiras, corte de gastos operacionais, busca por novos convênios com o setor público e captação de recursos por meio de campanhas e doações. Tais medidas estão alinhadas ao previsto

no artigo 53 da Lei nº 11.101/2005, que exige a apresentação de um plano detalhado com estratégias viáveis de superação da crise.

O processo teve início em julho de 2023, quando a entidade ingressou com pedido de recuperação judicial na 3ª Vara Cível de Fernandópolis, sendo reconhecido que o instituto da recuperação judicial era adequado ao contexto da Santa Casa, marcando um marco inédito como “primeira do Estado de São Paulo e segunda do Brasil a obter recuperação judicial”, de acordo com matéria publicada no site “O Extra.net”. O despacho enfatizou os objetivos previstos no art. 47 da Lei 11.101/2005: manter a operação hospitalar, os empregos e os interesses dos credores.

Em 26 de junho de 2024, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) deferiu o efeito suspensivo ao recurso especial interposto pela Santa Casa — fundamentado nos requisitos de *periculum in mora* e *fumus boni iuris*, reconhecendo que a interrupção do processo acarretaria risco de paralisação dos serviços essenciais. A decisão reforça que entidades sem fins lucrativos que se dedicam a atividades econômicas e sociais estruturadas podem sim recorrer aos benefícios da recuperação judicial.

Resultados

A avaliação dos demonstrativos contábeis da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis, referentes ao período de 2021 a 2023, objetos desse estudo, evidencia a gravidade da crise econômico-financeira enfrentada pela instituição, bem como a sua plena observância aos requisitos jurídicos e contábeis exigidos para a concessão da Recuperação Judicial.

No aspecto jurídico, observa-se o cumprimento das disposições contidas nos arts. 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005, com a apresentação de documentos comprobatórios da regularidade de sua constituição, a demonstração da crise econômico-financeira, o plano de recuperação e a comprovação da função social da entidade.

No campo contábil, verifica-se a manutenção de escrituração regular, elaborados de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às entidades do Terceiro Setor, em especial a NBC TG 26 (R5) e a ITG 2002, abrangendo balanço patrimonial e demonstração do resultado.

Coletânea MultiAtualizando
evolução constante, aprendizado contínuo

Diante das coletas dos dados levantados no estudo, apresentamos o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício dos anos de 2021, 2022 e 2023.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDÓPOLIS
CNPJ 47.844.28710001-08
(Em unidades de Reais R\$)

ATIVO	2.023	2.022	2.021	PASSIVO	2.023	2.022	2.021
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes	2.074.880	2.903.520	3.328.465	Fornecedores	6.361.230	6.081.222	5.714.409
Contas a Receber	4.639.062	4.586.976	7.215.166	Serviços Médicos	5.036.331	3.728.267	8.293.760
(-) Perdas Estim. c/ Créd. de Liq. Duvidosa			(671.016)	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.599.079	7.839.329	6.217.805
Subvenções a Receber	237.535	4.956.997	10.112.692	Obrigações Tributárias	1.416.964	877.028	452.917
Adiantamentos	242.616	230.680	459.931	Empréstimos e Financiamentos	2.957.557	2.420.525	2.379.551
Esloques	1.346.374	1.509.532	1.443.421	Parcelamentos Tributários	10.813.494	3.389.851	2.421.872
Outros Créditos	2.125.900	1.722.376	1.458.090	Outras Obrigações	1.234.163	1.359.670	2.191.099
Despesas Antecipadas	5.596	2.228	18.648	Subvenções a Apropriar	3.863.742	9.080.723	16.472.434
	10.671.963	15.912.309	23.365.397		43.282.560	34.776.615	44.143.847
Não Circulante				Não Circulante			
Imobilizado	36.535.446	35.541.763	35.376.971	Empréstimos e Financiamentos LP	18.533.848	21.177.956	18.164.259
(-) Depreciação Acumulada	(15.073.316)	(13.413.932)	(11.626.147)	Parcelamentos Tributários LP	343.932	6.412.507	7.120.273
	21.462.130	22.127.831	23.750.824	Provisão para Contingências Judiciais	1.779.787	2.131.170	540.696
					20.657.567	29.721.633	25.825.228
TOTAL DO ATIVO	32.134.093	38.040.140	47.116.221				
				Patrimônio Líquido (Passivo Descoberto)			
				Patrimônio Social	(26.458.109)	(22.852.853)	(23.488.143)
				Ajuste de Exercício Anterior	490.257		
				Superávit ou (Déficit) do Exercício	(5.838.179)	(3.605.256)	635.290
					(31.806.031)	(26.458.109)	(22.852.853)
				TOTAL DO PASSIVO	32.134.096	38.040.139	47.116.222

Fonte: <https://santacasafernandopolis.com.br/transparencia/balancos/>

Coletânea MultiAtualizando
evolução constante, aprendizado contínuo

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDÓPOLIS

CNPJ 47.844.28710001-08

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 E 2021

(Em unidades de Reais R\$)

	2.023	2.022	2.021
Receita Bruta de Serviços			
Com Restrições			
Subvenções Federais	8.430.288	8.688.715	7.981.439
Subvenções Estaduais	7.628.444	5.523.360	14.925.874
Subvenções Municipais	2.391.690	3.318.740	2.680.353
	18.450.422	17.530.815	25.587.666
Sem Restrições			
Pacientes SUS	18.790.245	17.038.714	19.132.151
Pacientes Convênios	12.679.653	11.099.405	12.428.692
Pacientes Particulares	1.914.256	2.291.517	1.880.035
Campanhas, Doações e Eventos	2.347.304	1.919.669	1.980.339
Receita Financeira	815.996	1.184.184	529.796
Outras Receitas	1.113.592	5.120.473	1.693.258
	37.661.046	38.653.962	37.644.271
Deduções da Receita			
Perda sobre contratualização do SUS	(1.490.774)	(496.805)	
Abatimentos - Glosas	(700.270)	(2.352.180)	(4.736.390)
	(2.191.044)	(2.848.985)	(4.736.390)
Receita Líquida	53.920.424	53.335.792	58.495.547
Custos dos Serviços Prestados			
Custo do Pessoal	(23.513.416)	(19.791.728)	(19.905.135)
Custo dos Serviços Prestados por Terceiros	(17.575.705)	(14.851.351)	(15.295.962)
Custo dos Materiais e Medicamentos	(8.747.218)	(10.070.207)	(12.968.358)
	(49.836.339)	(44.713.286)	(48.169.455)
Resultado Bruto	4.084.085	8.622.506	10.326.092
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas e Gerais	(6.039.840)	(6.175.385)	(5.962.872)
Despesas Financeiras	(3.334.823)	(5.031.104)	(3.649.125)
Outras Despesas	(547.600)	(1.021.276)	(78.805)
Isenção Usufruída (INSS, COFINS e CSLL)	8.026.942	7.237.828	7.686.816
(-) Isenção Usufruída (INSS, COFINS e CSLL)	(8.026.942)	(7.237.828)	(7.686.816)
	(9.922.263)	(12.227.765)	(9.690.802)
Déficit do Exercício	(5.838.178)	(3.605.259)	635.290

Fonte: <https://santacasafernandopolis.com.br/transparencia/balancos/>

Após a exposição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício referentes aos exercícios de 2021, 2022 e 2023, torna-se possível avançar para a análise das demonstrações contábeis, etapa fundamental para compreender a real situação econômico-financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis.

Essa análise, fundamentada em índices econômico-financeiros, bem como na metodologia de análise horizontal, permite avaliar a evolução patrimonial, a estrutura de endividamento e a liquidez e da instituição ao longo do período considerado.

A utilização conjunta dessas ferramentas possibilita identificar tendências, variações relevantes e pontos críticos que impactam diretamente a sustentabilidade da entidade. No caso específico de instituições do Terceiro Setor, como é o caso das Santas Casas de Misericórdia, tais instrumentos de avaliação devem ser interpretados com cautela, levando-se em conta peculiaridades próprias, tais como a ausência de finalidade lucrativa, a dependência de convênios e repasses públicos e a função social voltada ao atendimento da coletividade.

Assim, a análise apresentada a seguir não se restringe à apuração de resultados contábeis em sentido estrito, mas busca contextualizar os números dentro da realidade operacional e institucional da entidade, fornecendo subsídios para a compreensão de sua crise econômico-financeira e para a avaliação da pertinência do deferimento do pedido de Recuperação Judicial.

Análise por Quocientes								
Estrutura de Capitais	Financeiros		2023		2022		2021	
	Composição do Endividamento	Passivo Circulante	43.282.560		34.776.615		44.143.847	
		Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	63.940.127	0,677	64.498.248	0,539	69.969.075	0,631
Liquidez ou Solvência	Liquidez Geral	Ativo Circulante	10.671.963		15.912.309		23.365.397	
		(+) Realizado Longo Prazo	-	0,167	-	0,247	-	0,334
		Passivo Circulante	43.282.560		34.776.615		44.143.847	
		(+) Passivo Não Circulante	20.657.567		29.721.633		25.825.228	
Liquidez ou Solvência	Liquidez Corrente	Ativo Circulante	10.671.963		15.912.309		23.365.397	
		Passivo Circulante	43.282.560	0,247	34.776.615	0,458	44.143.847	0,529
	Liquidez Seca	Ativo Circulante	10.671.963		15.912.309		23.365.397	
		(-) Estoques	1.346.374	0,215	1.509.532	0,414	1.443.421	0,497
	Liquidez Imediata	Passivo Circulante	43.282.560		34.776.615		44.143.847	
Disponibilidades		2.074.880		2.903.520		3.328.465		
		Passivo Circulante	43.282.560	0,048	34.776.615	0,083	44.143.847	0,075

Coletânea MultiAtualizando
evolução constante, aprendizado contínuo

ANALISE HORIZONTAL

	2023	2022	2021	2022 - 2023	2021 - 2022
Receita Líquida	53.920.424	53.335.792	58.495.547	98,916%	109,674%
(-) Custos do Pessoal	23.513.416	19.791.728	19.905.135	84,172%	100,573%
(-) Custos dos Serviços Prestados por Terceiros	17.575.705	14.851.351	15.295.962	84,499%	102,994%
(-) Custos dos Materiais e Medicamento	8.747.218	10.070.207	12.968.358	115,125%	128,779%
(=) Resultado Bruto	4.084.085	8.622.506	10.326.092	211,125%	119,757%
(-) Despesas operacionais	9.922.263	12.227.765	9.690.802	123,236%	79,252%
Despesas Administrativas e Gerais	6.039.840	6.175.385	5.962.872	102,244%	96,559%
Despesas Financeiras	3.334.823	5.031.104	3.649.125	150,866%	72,531%
Outras despesas	547.600	1.021.276	78.805	186,500%	7,716%
(+) Outras receitas operacionais	-	-	-	0,000%	0,000%
(=) Resultado operacional (antes do res. Fin.)	(5.838.178)	(3.605.259)	635.290	61,753%	-17,621%
(+) Receitas financeiras	-	-	-	0,000%	0,000%
(-) Despesas financeiras	-	-	-	0,000%	0,000%
(=) Resultado operacional	(5.838.178)	(3.605.259)	635.290	61,753%	-17,621%
(+ ou -) resultados não operacionais	-	-	-	0,000%	0,000%
(=) Resultado do exercício antes das provisões	(5.838.178)	(3.605.259)	635.290	61,753%	-17,621%
(-) Provisões	-	-	-	0,000%	0,000%
(-) Participações	-	-	-	0,000%	0,000%
(=) Lucro ou prejuízo líquido do exercício	(5.838.178)	(3.605.259)	635.290	61,753%	-17,621%

Análise Vertical
Comentário

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PADRONIZADA

	2.023	2.022	2.021
	AV	AV	AV
Receita Líquida	53.920.424 100,00%	53.335.792 100,00%	58.495.547 100,00%
(-) Custos do Pessoal	23.513.416 43,61%	19.791.728 37,11%	19.905.135 34,03%
(-) Custos dos Serviços Prestados por Terceiros	17.575.705 32,60%	14.851.351 27,84%	15.295.962 26,15%
(-) Custos dos Materiais e Medicamento	8.747.218 16,22%	10.070.207 18,88%	12.968.358 22,17%
(=) Resultado Bruto	4.084.085 7,57%	8.622.506 16,17%	10.326.092 17,65%
(-) Despesas operacionais	9.922.263 18,40%	12.227.765 22,93%	9.690.802 16,57%
Despesas Administrativas e Gerais	6.039.840 11,20%	6.175.385 11,58%	5.962.872 10,19%
Despesas Financeiras	3.334.823 6,18%	5.031.104 9,43%	3.649.125 6,24%
Outras despesas	547.600 1,02%	1.021.276 1,91%	78.805 0,13%
(+) Outras receitas operacionais	0,00%	0,00%	0,00%
(=) Resultado operacional (antes do res. Fin.)	(5.838.178) -10,83%	(3.605.259) -6,76%	635.290 1,09%
(+) Receitas financeiras	0,00%	0,00%	0,00%
(-) Despesas financeiras	0,00%	0,00%	0,00%
(=) Resultado operacional	(5.838.178) -10,83%	(3.605.259) -6,76%	635.290 1,09%
(+ ou -) resultados não operacionais	0,00%	0,00%	0,00%
(=) Resultado do exercício antes das provisões	(5.838.178) -10,83%	(3.605.259) -6,76%	635.290 1,09%
(-) Provisões	0,00%	0,00%	0,00%
(-) Participações	0,00%	0,00%	0,00%
(=) Lucro ou prejuízo líquido do exercício	(5.838.178) -10,83%	(3.605.259) -6,76%	635.290 1,09%

A análise das demonstrações contábeis dos exercícios de 2021, 2022 e 2023, publicadas no portal oficial da entidade, evidenciou uma evolução negativa dos indicadores econômico-financeiros. Conforme Assaf Neto (2010), a análise desses indicadores é crucial para avaliar a saúde financeira de uma organização, permitindo identificar tendências de solvência e sustentabilidade. No caso da Santa Casa, os dados demonstram o agravamento da crise econômico-financeira e a urgência da adoção de medidas estruturantes para garantir sua continuidade operacional.

A análise dos indicadores financeiros demonstra que, no triênio estudado, a liquidez corrente permaneceu constantemente inferior a 1, evidenciando insuficiência de ativos circulantes para a cobertura das obrigações de curto prazo, com tendência

de queda acentuada em 2023. Quando considerados os indicadores de liquidez seca e imediata, a situação se mostra ainda mais preocupante, pois, mesmo excluindo os estoques, não há recursos líquidos suficientes para saldar compromissos emergenciais. Essa falta de liquidez denota estrangulamento financeiro e reforça a necessidade de reestruturação das dívidas.

No tocante à estrutura de capital, constata-se que o endividamento geral ultrapassou 100% em todos os exercícios, atingindo 199% em 2023, o que significa que o volume de dívidas supera em quase duas vezes o valor total do ativo. Tal cenário indica forte dependência de capitais de terceiros, característica comum a hospitais filantrópicos, mas que, em níveis tão elevados, compromete a capacidade de solvência. Além disso, a composição do endividamento oscilou ao longo dos anos, com concentração significativa no curto prazo em 2023, ampliando a pressão sobre o fluxo de caixa.

A análise de rentabilidade aponta uma queda expressiva da margem bruta, que passou de 17,7% em 2021 para apenas 7,6% em 2023, resultado do aumento dos custos assistenciais e operacionais que não foram integralmente compensados por repasses e receitas. Apesar de a margem operacional manter relativa estabilidade, esta não foi suficiente para neutralizar o impacto das despesas financeiras, resultando em margens líquidas negativas nos dois últimos anos. O retorno sobre os ativos (ROA) também se manteve negativo nesse período, evidenciando incapacidade de gerar superávit a partir dos recursos investidos.

A análise horizontal do balanço patrimonial revela que o ativo circulante apresentou queda contínua, com redução de 9,6% em 2022 e de 32,7% em 2023, enquanto o passivo circulante aumentou 8,9% em 2022 e 19% em 2023, elevando o nível de alavancagem financeira. O patrimônio líquido sofreu retração em todos os anos, acumulando perda relevante do capital próprio. Já na demonstração do resultado, verificou-se redução de 8,8% na receita líquida entre 2021 e 2022, seguida de pequena recuperação em 2023, embora insuficiente para reverter a trajetória de déficits, que saltaram de R\$ 3,6 milhões negativos em 2022 para R\$ 5,8 milhões negativos em 2023.

É necessário ressaltar que tais resultados devem ser interpretados à luz das peculiaridades das entidades do Terceiro Setor, as quais dependem fortemente de convênios e repasses públicos, estão sujeitas a atrasos e contingenciamentos orçamentários e operam com margens limitadas por sua função social, que impede

ajustes significativos nos preços de serviços. Além disso, o elevado peso das despesas de pessoal e insumos hospitalares, somado às restrições estatutárias para captação de recursos no mercado privado, restringe a capacidade de reação rápida às crises.

Diante desse cenário, a análise comprova que a Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis cumpre integralmente os requisitos legais e contábeis para a recuperação judicial e que a adoção dessa medida se mostra não apenas viável, mas imprescindível para assegurar a preservação da sua função social e a continuidade dos serviços essenciais de saúde prestados à comunidade.

Os indicadores e as variações observadas nas análises horizontal e vertical evidenciam uma situação de insolvência iminente, que somente poderá ser revertida por meio da renegociação judicial dos passivos e da reestruturação operacional e financeira proposta no plano de recuperação

A análise realizada das demonstrações contábeis da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis permitiu identificar com clareza a extensão da crise econômico-financeira enfrentada pela instituição e a necessidade premente de adoção de medidas estruturais para sua recuperação. Os indicadores analisados, aliados às variações observadas nas análises horizontal e vertical, revelam insuficiência de liquidez, elevado grau de endividamento e déficits recorrentes, situação que compromete a sustentabilidade operacional no curto e médio prazo.

Ao mesmo tempo, constatou-se que a entidade mantém rigorosa observância aos requisitos jurídicos e contábeis previstos na legislação brasileira, em especial na Lei nº 11.101/2005, no tocante à regularidade documental e à apresentação de plano de reestruturação viável. A natureza filantrópica e a função social desempenhada pela Santa Casa reforçam a relevância de sua preservação, não apenas como unidade hospitalar, mas como agente essencial no atendimento de saúde à população.

Ressalta-se, outrossim, que os objetivos do presente estudo foram plenamente alcançados. O objetivo geral de demonstrar a relevância da análise das demonstrações contábeis como ferramenta de identificação preventiva de dificuldades financeiras foi concretizado pela avaliação minuciosa dos indicadores econômico-financeiros, que evidenciaram a situação de estrangulamento de liquidez, elevado grau de endividamento e déficits recorrentes da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis.

Quanto aos objetivos específicos, identificaram-se os principais indicadores aplicáveis à análise contábil, os quais se mostraram fundamentais para a tomada de decisões estratégicas em cenários de crise. Também se confirmou, por meio do estudo de caso, que a instituição cumpriu os requisitos jurídicos e contábeis necessários para o deferimento da Recuperação Judicial, o que reforça a importância da contabilidade como instrumento de suporte à reestruturação empresarial. Ademais, foram discutidos métodos de análise contábil que, aplicados de forma preventiva e sistemática, podem antecipar sinais de insolvência, oferecendo subsídios valiosos para gestores e profissionais da área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das demonstrações contábeis da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis evidenciou de forma inequívoca a gravidade da crise econômico-financeira enfrentada pela instituição e confirmou o atendimento aos requisitos jurídicos e contábeis necessários para o deferimento da recuperação judicial. O estudo atingiu seu objetivo geral ao demonstrar a importância da contabilidade gerencial e da análise das demonstrações contábeis como instrumentos capazes de identificar preventivamente dificuldades financeiras e contribuir para a continuidade organizacional.

No que se refere aos objetivos específicos, foi possível identificar e aplicar indicadores econômico-financeiros, avaliar a contribuição da análise contábil para a tomada de decisões, examinar o caso concreto da Santa Casa e discutir métodos de análise adequados à prevenção da insolvência em entidades do terceiro setor. Os resultados reforçam que a contabilidade, quando aplicada de forma estratégica e tempestiva, é fundamental para a sustentabilidade de organizações filantrópicas, especialmente diante da instabilidade dos repasses públicos e do aumento dos custos hospitalares.

Como contribuição prática, a pesquisa oferece subsídios não apenas para a gestão da Santa Casa analisada, mas também para outras instituições do terceiro setor que enfrentam dificuldades similares, apontando caminhos possíveis para a reorganização financeira. Ressalta-se, contudo, que o estudo se limita à análise de um único caso, o que restringe a possibilidade de generalização dos resultados. Recomenda-se, portanto, que pesquisas futuras ampliem a investigação para outras

entidades, a fim de consolidar o entendimento sobre a aplicação da análise contábil na prevenção da insolvência e na busca pela sustentabilidade do setor.

Conclui-se, portanto, que o estudo não apenas atingiu seus objetivos, mas também contribui para a prática contábil em instituições do Terceiro Setor, ao evidenciar que a aplicação tempestiva da análise de demonstrações contábeis pode representar um diferencial na sustentabilidade organizacional. Ao extrapolar o caso concreto da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis, os resultados obtidos oferecem bases para a reflexão sobre a importância da contabilidade gerencial e da análise financeira como instrumentos essenciais na manutenção da função social e na continuidade de entidades assistenciais.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSAF NETO. **Finanças corporativas e valor**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BRAGA, Roberto. **Análise de balanços: enfoque gerencial**. São Paulo: Atlas, 1995.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 26 (R5) – Apresentação das demonstrações contábeis**. Brasília: CFC, 2017. Disponível em: <https://www.cfc.org.br>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Interpretação Técnica Geral ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros**. Brasília: CFC, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/cfc/pt-br/assuntos/normas-brasileiras-de-contabilidade/itgs/itg-2002-12-2012.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. **Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos das Leis nº 6.404/76 e nº 6.385/76. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. **Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005**. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l111101.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES/DATASUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://cnes.datasus.gov.br/>. Acesso em: 28 abr. 2025

CANAL, Daiane Domingos. **A contabilidade como ferramenta gerencial aplicada em uma empresa do ramo industrial-comercial**. Caxias do Sul: UCS. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/10661/Artigo%20Daiane%20Domingos%20Canal.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CARDOSO, Rodrigo de Oliveira et al. **Análise das demonstrações contábeis: uma aplicação em empresa distribuidora de energia elétrica**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 7, n. 2, p. 189–209, 2013.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Silvana. **Contabilidade gerencial: fundamentos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2019.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

COSTA, Daniel Carnio; LIMA, Felipe Herdem; BUMACHAR, Juliana. **Recuperação empresarial e falência: aspectos práticos**. Londrina: Thoth, 2022.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.cfc.org.br>. Acesso em: 20 fev. 2025.

DUTRA, Leonardo. **Análise das demonstrações contábeis**. Vitória/ES: UFES, 2011.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Pearson, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

IRMANDA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDÓPOLIS. **Balanco patrimonial – 2021**. Disponível em: <https://santacasafernandopolis.com.br/transparencia/balancos/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

IRMANDA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDÓPOLIS. **Balanco patrimonial – 2022**. Disponível em:

<https://santacasafernandopolis.com.br/transparencia/balancos/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

IRMANDA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDÓPOLIS. **Balço patrimonial – 2023**. Disponível em: <https://santacasafernandopolis.com.br/transparencia/balancos/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS. **Contabilidade Introdutória**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JÚNIOR, Francisco Satiro de Souza; PITOMBO, Antônio Sérgio A. de Moraes. **Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência: Lei nº 11.101/2005**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

LAGIOIA, Ubaldo Cesar Balthazar et al. **Análise das demonstrações contábeis: uma abordagem teórica e prática**. São Paulo: Atlas, 2014.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARION. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION. **Contabilidade empresarial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION. **Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELLO, D.C.S.; CESARO, D.; NECHER, D.S.S. **Disclosure Ambiental: Uma análise das informações ambientais nas demonstrações financeiras da petrobras no período de 2007 a 2012**. In: ... em Ciências Contábeis ..., 2016. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.38/index.php/UERJ/article/viewArticle/2839>>. Acesso em: 03 abr 2025

NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2017. Disponível em: <https://www.cfc.org.br>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, José. **Contabilidade no terceiro setor: teoria e prática para OSCs**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

PEREIRA, Reinaldo. **A contabilidade como ferramenta de transparência e controle no terceiro setor**. Revista de Administração e Contabilidade, v. 15, n. 2, p. 45–60, 2020.

SALOMÃO, Luis Felipe; SANTOS, Paulo Penalva. **Recuperação judicial, extrajudicial e falência: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Finanças Aplicadas para Empresas de Sucesso**. São Paulo: Atlas, 2012.

Capítulo 2

ESTRATÉGIAS PARA A SOBREVIVÊNCIA DE STARTUPS NO SETOR DE TECNOLOGIA NO BRASIL

Sara Caroliny Cestari Santana

Selena Pereira Feltrin

Vitor Patrick Rodrigues da Silva

Clayton Aparecido Cardoso de Moraes

ESTRATÉGIAS PARA A SOBREVIVÊNCIA DE STARTUPS NO SETOR DE TECNOLOGIA NO BRASIL

 DOI: 10.5281/zenodo.17457373

Sara Caroliny Cestari Santana

Graduanda do Curso de Administração da Fundação Educacional de Fernandópolis.

Selena Pereira Feltrin

Graduando do Curso de Administração da Fundação Educacional de Fernandópolis.

Vitor Patrick Rodrigues da Silva

Graduando do Curso de Administração da Fundação Educacional de Fernandópolis.

Clayton Aparecido Cardoso de Moraes

Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba.

Professor do Curso de Administração da Fundação Educacional de Fernandópolis.

RESUMO

O presente estudo analisa o ecossistema de startups de tecnologia no Brasil, com foco em seus principais polos de inovação, desafios enfrentados, fatores de fracasso e estratégias de sobrevivência. O Brasil tem experimentado crescimento expressivo no número de startups, destacando-se polos como São Paulo, Florianópolis e Recife, que oferecem infraestrutura, programas de incentivo e integração com universidades e parques tecnológicos. Apesar desse avanço, as startups ainda enfrentam barreiras significativas, como burocracia, carga tributária elevada, dificuldade de acesso a crédito e escassez de profissionais qualificados. Este estudo busca compreender os fatores internos e externos que influenciam o sucesso ou fracasso das startups e apresenta estratégias adotadas para aumentar sua resiliência e sustentabilidade, incluindo metodologias ágeis, diversificação de fontes de financiamento, inovação aberta e fortalecimento da cultura organizacional. Os resultados evidenciam que a sobrevivência das startups não depende apenas da inovação tecnológica, mas também da gestão estratégica, planejamento e capacidade de adaptação ao ambiente de negócios.

Palavras-chave: Startups; Inovação; Tecnologia; Ecossistema Empreendedor; Brasil.

ABSTRACT

This study analyzes the technology startup ecosystem in Brazil, focusing on its main innovation hubs, the challenges they face, the factors that lead to failure, and their

survival strategies. Brazil has experienced significant growth in the number of startups, with hubs such as São Paulo, Florianópolis, and Recife standing out, offering infrastructure, incentive programs, and integration with universities and technology parks. Despite this progress, startups still face significant barriers, such as bureaucracy, high taxes, difficulty accessing credit, and a shortage of qualified professionals. This study seeks to understand the internal and external factors that influence the success or failure of startups and presents strategies adopted to increase their resilience and sustainability, including agile methodologies, diversification of funding sources, open innovation, and strengthening organizational culture. The results demonstrate that the survival of startups depends not only on technological innovation, but also on strategic management, planning, and the ability to adapt to the business environment.

Keywords: Startups; Innovation; Technology; Entrepreneurial Ecosystem; Brazil.

Introdução

O ser humano ao longo da história sempre inovou nas relações que desenvolveu com a natureza e com os seus companheiros nas suas relações sociais. As inovações surgiam nas tentativas de tornar o trabalho mais prático. Pequenas mudanças na forma de organizar o material de trabalho podem ser consideradas inovações.

O ecossistema de startups de tecnologia no Brasil tem se desenvolvido de forma acelerada nas últimas décadas, impulsionado por políticas públicas, investimentos privados e a consolidação de polos de inovação em diferentes regiões. Cidades como São Paulo, Florianópolis e Recife destacam-se por oferecerem infraestrutura adequada, programas de incentivo e integração com universidades e centros de pesquisa, favorecendo a criação e expansão de startups inovadoras em setores estratégicos da economia.

Startup é uma empresa iniciante com um modelo inovador, que atua em um cenário de incertezas e busca o maior lucro possível em um menor tempo possível. As startups atraem capital de risco, devido ao cenário de incertezas, a maioria possui base tecnológica inovadora vinculada à internet.

Entretanto, a trajetória das startups brasileiras ainda é marcada por desafios estruturais e organizacionais. A burocracia excessiva, a complexidade do sistema tributário, o difícil acesso a crédito e a escassez de profissionais qualificados são barreiras que impactam diretamente a sobrevivência e o crescimento dessas empresas. Além disso, a competitividade elevada e a necessidade de inovação

constante exigem que os empreendedores adotem estratégias eficientes de gestão e planejamento.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar o panorama das startups de tecnologia no Brasil, identificando os desafios enfrentados, os fatores que levam ao fracasso e as estratégias adotadas para assegurar a sustentabilidade e o crescimento dessas empresas. Busca-se compreender como o ecossistema brasileiro de startups pode se fortalecer e contribuir para a inovação e o desenvolvimento econômico do país.

2. Panorama das Startups de Tecnologia no Brasil

O ecossistema de startups no Brasil tem experimentado um crescimento significativo desde o início dos anos 2000, impulsionado por iniciativas que visam fomentar a inovação e o empreendedorismo. Um marco importante foi a criação do Porto Digital em Recife, em 2000, com o objetivo de revitalizar a economia local e reter talentos na região. Esse parque tecnológico tornou-se referência nacional, abrigando mais de 350 empresas e empregando cerca de 17 mil pessoas até 2023 (Anderson, 2023).

Programas como o Startup Brasil, lançado em 2012 pelo governo federal, buscaram acelerar o desenvolvimento de startups por meio de investimentos e parcerias com aceleradoras. Esse programa contribuiu para a consolidação de um ambiente mais propício à inovação, embora desafios estruturais ainda persistam (Gonzalez; Silveira, 2021).

Pode-se dizer que o ambiente em que uma startup surge e se desenvolve é um mercado já dominado por outras empresas, muitos deles oligopólicos, o que pode gerar algum tipo de dificuldade no seu desenvolvimento e fixação no mercado (Oliveira, 2019).

Nos últimos anos, o ecossistema brasileiro tem se diversificado, com o surgimento de startups em setores como fintechs, healthtechs e agritechs. Esse movimento reflete a maturação do mercado e a busca por soluções inovadoras em diferentes áreas da economia (Liga Ventures, 2024).

Existem várias definições para as startups, aqui convém destacar a apresentada pela Lei Complementar 167/2019, que já existia antes do recente Marco Legal das Startups, em seu artigo 65-A, parágrafo 1 e 2, que diz que:

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se startup a empresa de caráter inovador que visa a aperfeiçoar sistemas, métodos ou modelos de negócio, de produção, de serviços ou de produtos, os quais, quando já existentes, caracterizam startups de natureza incremental, ou, quando relacionados à criação de algo totalmente novo, caracterizam startups de natureza disruptiva. § 2º As startups caracterizam-se por desenvolver suas inovações em condições de incerteza que requerem experimentos e validações constantes, inclusive mediante comercialização experimental provisória, antes de procederem à comercialização plena e à obtenção de receita (BRASIL, 2019).

O conceito de empresa nascente pode-se entender pelo fato de que estes que já são grandes players em seus setores ainda estão em constante inovação e desenvolvimento, seja de produto, serviço, modelo de negócios, tecnologia e canais, além de fortalecer a cultura da empresa. Além disso, um ponto comum entre estas definições é o conceito da tecnologia. Ele não implica em produtos ou serviços advindos diretamente da tecnologia, e sim do negócio empregar recursos tecnológicos para que consiga reduzir custos, aumentar a eficiência de seus processos e assim viabilizar seu modelo de negócios, e principalmente, conseguir escalar o negócio. Com isso a Startup consegue reduzir a incerteza de sucesso, não a eliminar, pois mesmo com uma ótima estrutura a empresa enfrenta adversidades externas, como o ambiente regulatório, que no Brasil é um dos grandes obstáculos para os empreendedores. (Pádua, 2023)

Quando uma startup apresenta um ecossistema bem desenvolvido ela tem como principal característica a sua proximidade com ambientes de ponta, como universidades de pesquisa acadêmica e parques tecnológicos. O seu tamanho e a sua maturidade são definidos pela habilidade de promover oportunidades para o seu lançamento, desenvolvimento e sucesso da startup. (Pádua, 2023)

Ainda é importante destacar que as startups marcaram o início de uma Nova Economia, um modelo que se torna cada dia mais atrativo ao longo dos anos, principalmente quando se observa que as grandes empresas de hoje, tiveram seu estágio inicial como uma startup. O sucesso de uma startup depende não só da sua criatividade, mas também da maneira como ele será criado e gerenciado ao longo do tempo, por isso, é preciso ter cautela na hora de escolher a equipe, os sócios e principalmente o mercado. (Pádua, 2023)

3. Principais Polos de Inovação: São Paulo, Florianópolis, Recife, entre outros

São Paulo destaca-se como o principal polo de inovação do país, concentrando a maior parte das startups e investimentos em tecnologia. A cidade abriga importantes hubs de inovação, como o Cubo Itaú e o Google for Startups Campus, que oferecem infraestrutura e networking para empreendedores (Google Brasil, 2024).

Florianópolis, por sua vez, tem se consolidado como um centro de excelência em tecnologia e inovação, especialmente nas áreas de software e biotecnologia. A cidade conta com o Sapiens Parque e o MIDITEC, que apoiam o desenvolvimento de startups locais (Liga Ventures, 2024).

Recife, com o Porto Digital, é um exemplo de sucesso na integração entre governo, academia e setor privado. O parque tecnológico impulsionou a economia local e tornou-se um modelo de desenvolvimento sustentável baseado na inovação (Anderson, 2023).

Outros polos emergentes incluem Belo Horizonte, com o San Pedro Valley, e Curitiba, que tem investido em programas de incentivo ao empreendedorismo tecnológico. Essas iniciativas regionais têm contribuído para a descentralização do ecossistema de startups no Brasil (Liga Ventures, 2024).

Em Florianópolis, o setor de tecnologia atingiu em 2025 a marca de 25% do PIB municipal, sendo a maior participação proporcional entre as capitais brasileiras (Folha de S.Paulo, 2025). Nesse mesmo ano, a cidade foi classificada pela consultoria Startup Genome como um dos principais ecossistemas globais de startups em cidades de médio porte, alcançando a 13ª posição na América Latina. O município reúne mais de seis mil empresas e gera cerca de 38 mil empregos diretos no setor tecnológico (Economia Sc, 2025). Reconhecida também nacionalmente, Florianópolis foi apontada pela plataforma Wix como a cidade mais promissora para empreendedores no Brasil em 2025, superando metrópoles como São Paulo e Belo Horizonte (Istoé, 2025).

O polo de inovação em Recife é representado pelo Porto Digital, considerado um dos mais bem-sucedidos parques tecnológicos do país. Criado em 2000, mas fortalecido nas últimas duas décadas, o Porto Digital contava em 2022 com mais de 350 empresas, faturamento próximo a R\$ 4,75 bilhões e geração de mais de 17 mil empregos. Em 2025, Recife passou a integrar o Global Startup Ecosystem Report (GSER), recebendo reconhecimento internacional como um dos principais polos de inovação da América Latina (JC ONLINE, 2025). O sucesso do ecossistema se deve

à integração entre universidades, empresas e poder público, além da revitalização urbana no centro histórico da cidade (WIRED, 2023).

Outros centros também têm se destacado, como Curitiba, que aposta em políticas públicas voltadas para smart cities, mobilidade urbana e soluções sustentáveis, consolidando o Vale do Pinhão como marca de inovação local. Em 2025, Curitiba foi listada entre as cidades brasileiras mais promissoras no empreendedorismo tecnológico, com destaque para setores como fintech e agrotech (Mosom Grow, 2025; Detonadev, 2025).

4. Desafios Comuns Enfrentados: Burocracia, Impostos, Acesso a Crédito, entre outros

Apesar dos avanços, as startups brasileiras enfrentam desafios significativos que podem comprometer sua sobrevivência. A burocracia excessiva é um dos principais entraves, dificultando a abertura e o fechamento de empresas, além de aumentar os custos operacionais (Startup Brasil, 2024).

A carga tributária elevada também é um obstáculo, especialmente para startups em estágio inicial que ainda não alcançaram a rentabilidade. A complexidade do sistema tributário brasileiro exige que os empreendedores busquem assessoria especializada para evitar problemas fiscais (Startup Brasil, 2024).

O acesso a crédito é limitado, com altas taxas de juros e exigências que muitas vezes não condizem com a realidade das startups. Dados de 2024 indicam que mais de 65% das startups no Brasil nunca receberam aportes financeiros, o que evidencia a dificuldade de captação de recursos (Startup Brasil, 2024).

Além disso, a escassez de profissionais qualificados em tecnologia é um desafio recorrente. Estima-se que até 2024, o Brasil terá um déficit de cerca de 260 mil profissionais na área de tecnologia da informação (Google Brasil, 2024).

A burocracia é considerada um dos maiores obstáculos para startups brasileiras. O tempo necessário para abertura e regularização de uma empresa no país chega a ser até dez vezes maior do que em outras nações que também se destacam no ecossistema de inovação, como Chile e Reino Unido. Essa lentidão, somada à complexidade de licenças e regulamentações, gera altos custos e desestimula muitos empreendedores, transformando a burocracia em um verdadeiro “filtro” para a sobrevivência das novas empresas (Startups, 2023; Velarious, 2022).

Outro desafio recorrente é a carga tributária elevada, que compõe o chamado “Custo Brasil”. As startups enfrentam dificuldades para lidar com o emaranhado de tributos, regras e encargos que oneram sua operação, tornando-as menos competitivas em comparação a empresas de outros países. Essa realidade leva muitos empreendedores a buscarem soluções criativas de planejamento fiscal ou até mesmo migrar suas operações para países com regimes mais atrativos (Investinova, 2023).

O acesso ao crédito e ao financiamento também representa um gargalo significativo. Pesquisas recentes do Sebrae apontam que menos de 15% das startups de impacto recebem recursos públicos, enquanto aproximadamente 40% dependem do suporte financeiro de amigos e familiares. Além disso, cerca de 35% dos negócios são mantidos exclusivamente com capital próprio dos fundadores, revelando a dificuldade em captar investimentos formais junto a bancos e instituições financeiras tradicionais, que ainda percebem essas empresas como altamente arriscadas (Sebrae, 2024; Folha de S.Paulo, 2024).

As startups brasileiras ainda sofrem com problemas de infraestrutura e exclusão digital, principalmente fora dos grandes centros urbanos. Em regiões menos desenvolvidas, a baixa conectividade e a ausência de suporte tecnológico dificultam a digitalização de processos e a expansão das empresas. Esse cenário reforça a desigualdade entre polos de inovação consolidados, como São Paulo e Florianópolis, e outras cidades que ainda carecem de políticas de fomento e infraestrutura adequada (Innovation Summit Brasil, 2022).

A instabilidade econômica e política cria incertezas que impactam diretamente o ambiente de negócios. A oscilação de indicadores macroeconômicos, mudanças frequentes em políticas públicas e o ambiente regulatório incerto tornam o planejamento estratégico das startups ainda mais desafiador. Esse fator, somado aos demais entraves estruturais, limita a capacidade de crescimento sustentável dessas empresas e reforça a necessidade de reformas que garantam maior previsibilidade e segurança jurídica para os empreendedores (Callado, 2023; Innovation Summit Brasil, 2022).

A competição com grandes empresas estabelecidas exige que as startups busquem constantemente inovação e diferenciação para se manterem relevantes no mercado (Startup Brasil, 2024).

5. Fatores de Fracasso das Startups

Embora o Brasil tenha visto um crescimento expressivo no número de startups na última década, a taxa de mortalidade dessas empresas ainda é bastante alta. Segundo a Associação Brasileira de Startups (Abstartups), aproximadamente 74% das startups fecham em até cinco anos de operação, muitas vezes devido a falhas evitáveis no processo de gestão e desenvolvimento do negócio (Abstartups, 2023).

A ausência de um planejamento estratégico sólido é um dos principais fatores que levam as startups ao fracasso. Muitos empreendedores iniciam seus projetos com entusiasmo, mas sem um plano de negócio estruturado, definição de metas, análise de mercado ou estratégias de longo prazo. Essa falta de direcionamento compromete a tomada de decisões e a adaptação às mudanças no ambiente externo (Sebrae, 2021).

Estudos do Sebrae mostram que startups que elaboram planos de negócios e acompanham indicadores de desempenho têm 50% mais chances de sobreviver após os dois primeiros anos. O planejamento estratégico, nesse contexto, não é apenas uma formalidade, mas uma ferramenta essencial para guiar o crescimento e evitar erros críticos (Sebrae, 2021).

Outro fator recorrente é a má gestão financeira. Startups muitas vezes operam com recursos limitados e precisam alocar capital de forma estratégica. No entanto, é comum que gastem excessivamente em marketing, tecnologia ou expansão precoce, sem antes validar o produto ou garantir receitas recorrentes. Isso leva à queima rápida de caixa e ao colapso da operação (Endeavor Brasil, 2022).

O estudo de Blank (2014) apresenta os estágios de uma startup, desde sua fundação até a consolidação no mercado como sustentável e rentável. A primeira fase é a chamada pelo autor de “Busca”, que consiste na fase de pesquisas iniciais a respeito de seu público e de quais modelos de negócio mais se adequam às ideias emergentes da organização.

Além disso, a falta de controle sobre o fluxo de caixa e a ausência de reservas financeiras para momentos de crise — como a vivida durante a pandemia — agravaram a situação de muitas empresas. Um estudo da Liga Ventures (2023) apontou que 61% das startups que encerraram as atividades entre 2020 e 2023 apresentavam falhas graves de gestão financeira.

O conceito de “product-market fit” é fundamental no universo das startups. Muitas empresas desenvolvem soluções baseadas apenas em ideias dos fundadores, sem testar a aceitação no mercado. Essa ausência de validação do produto leva ao desperdício de tempo e recursos em soluções que não atendem às necessidades reais dos consumidores (Ries, 2021).

Segundo a CB Insights (2023), a segunda principal causa de falência de startups em nível global é justamente a falta de necessidade de mercado. Isso mostra que não basta ter uma ideia inovadora — é essencial entender o cliente, validar a proposta de valor e ajustar o produto de acordo com o feedback real dos usuários (CB Insights, 2023).

Além disso, o surgimento constante de novas ferramentas e plataformas exige investimentos constantes em capacitação técnica, infraestrutura digital e inovação de processos. Startups que não conseguem acompanhar essas demandas ficam para trás e acabam sendo excluídas do mercado, especialmente em setores como fintechs, edtechs e healthtechs, onde a evolução é acelerada (Liga Ventures, 2024).

Para Mendes (2017, p. 168), os Fatores Críticos de Sucesso, [...] são os fatores que definem o sucesso ou o fracasso de uma empresa. São pontos-chave sobre os quais o empreendedor deve redobrar a atenção, em que não pode falhar, pelos quais será avaliado, amado ou ignorado. Quando bem definidos, tornam-se ponto de referência para as pessoas que admiram a sua marca, o seu produto e a própria imagem do empreendedor.

Ferreira et al. (2019) ressaltam que os motivos de insucesso das startups podem estar relacionados a fatores pessoais ou externos. Nos fatores pessoais é destacado o planejamento e gerenciamento do negócio, a gestão administrativa e financeira. Como fatores externos, são ressaltados o apoio técnico, financeiro, tributos e burocracias.

Em contrapartida, Nogueira e Arruda (2015) citam que o insucesso das startups brasileiras está relacionado mais com o ambiente que estas XVI Jornada de Iniciação Científica e X Mostra de Iniciação Tecnológica - 2020 empresas estão inseridas e a própria estrutura que foi determinada no momento da concepção, do que com as características pessoais do próprio empreendedor, como por exemplo nível de escolaridade, conhecimentos e experiências específicas na área de gestão, capacidade de networking, dentre outros.

Os erros cometidos no desenvolvimento dos projetos das startups do ponto de vista tanto dos investidores como também dos fundadores. Os autores consideraram que os erros mais graves cometidos pelas startups são, respectivamente, o tratamento equivocado dos feedbacks recebidos, a falta de clareza em relação à definição do público-alvo, a startup não ter um objetivo condizente com a necessidade do mercado e a escolha dos integrantes da equipe ocorrer inadequadamente - seja porque a equipe não é multidisciplinar ou é incapaz (Ferreira et al. 2019).

Um grande problema de muitos iniciantes que criam suas startups é o uso de metodologias de inovação que são próprias do empreendedorismo tradicional, que são voltadas para grandes empresas e que tratam as startups como empresas pequenas. Outro defeito é a incompatibilidade da ideia de negócio com seu público-alvo e a crença em tendências que estão em alta, em outras palavras, se nota que há um foco no produto em vez de se preocupar com a identificação do problema potencial e do público-alvo (Pires, 2020)

Para Silva (2013), o fracasso de startups são fatores relacionados à falta de rede, problemas de produto, problemas de pesquisa de mercado, problemas em nível de contexto nacional e variáveis incontrolláveis, como fatores econômicos.

Ramos e Queiroz (2018) categorizam os erros cometidos no desenvolvimento de projetos de startups na perspectiva de investidores e fundadores. Segundo os autores, os erros mais graves cometidos pelas startups são a má gestão do feedback recebido, públicos-alvo mal definidos, as startups não terem objetivos alinhados às necessidades do mercado e a má seleção dos membros da equipe, seja porque a equipe não é multidisciplinar, ou é incompetente.

6. Estratégias de Sobrevivência das Startups de Tecnologia no Brasil

Para que uma startup no setor de tecnologia consiga não apenas se manter, mas crescer e se consolidar, é essencial que adote estratégias de sobrevivência desde os primeiros estágios. Uma das principais ações é o desenvolvimento de um modelo de negócio escalável, validado por meio de metodologias como o Lean Startup, que permite testar hipóteses de mercado com baixo custo e alta velocidade (Ries, 2021).

Outra estratégia fundamental é a diversificação das fontes de financiamento. Além de buscar investimentos tradicionais como venture capital e investidores-anjo,

muitas startups têm recorrido a alternativas como *crowdfunding* e linhas de fomento público, como os editais da Finep e Sebrae. Isso permite que elas aumentem sua resiliência financeira e tenham maior margem para investimentos em pesquisa e desenvolvimento (FINEP, 2023).

A construção de uma cultura organizacional sólida também é um fator determinante para a sobrevivência. Startups com valores bem definidos, ambiente colaborativo e lideranças inspiradoras tendem a ter maior engajamento da equipe, o que impacta diretamente na produtividade e inovação contínua. Empresas que investem na gestão de pessoas desde o início têm mais chances de se adaptar às mudanças do mercado (Endeavor Brasil, 2022).

Além disso, parcerias estratégicas com universidades, incubadoras, aceleradoras e grandes empresas são essenciais para o crescimento. Esses relacionamentos possibilitam acesso a conhecimento, mentorias, infraestrutura e potenciais clientes. Programas como o InovAtiva Brasil têm sido fundamentais nesse sentido, conectando startups a um ecossistema mais maduro e ampliando suas possibilidades de networking (Inovativa Brasil, 2024).

O sucesso das startups pode ser medido através dos estudos realizados entre os seus investidores. Os itens que têm mais relevância para os investidores apoiarem uma startup e acreditarem que esta trará diversos benefícios são a formação multidisciplinar da equipe, seguidas de ideias inovadoras e a tecnologia disponível. Vale ressaltar que os investidores também priorizam o fato de o produto ser lançado em momento oportuno e as startups conhecerem os aspectos legais que envolvem o projeto (Ferreira et al., 2019).

Por fim, a adaptação contínua ao ambiente regulatório, à economia e às mudanças de comportamento do consumidor é imprescindível. Startups que monitoram tendências, revisam periodicamente seu plano de negócios e mantêm capacidade de resposta rápida têm mais chances de se manter ativas mesmo diante de crises e incertezas, como observado durante a pandemia de Covid-19 (Gonzalez; Silveira, 2021).

Para superar os desafios financeiros e garantir sustentabilidade, muitas startups de tecnologia adotam estratégias diversificadas de captação de recursos, combinando venture capital, programas de aceleração e incentivos governamentais. Dados do Sebrae indicam que startups que acessam múltiplas fontes de financiamento possuem maior resiliência frente a crises econômicas e conseguem

manter suas operações mesmo em períodos de incerteza (SEBRAE, 2024). Além disso, programas como o BNDES Garagem têm permitido que startups em estágio inicial consigam recursos estratégicos para validar produtos e expandir operações (Callado, 2023).

A adoção de metodologias ágeis e desenvolvimento incremental é uma prática recorrente entre startups bem-sucedidas. O uso de Scrum, Lean Startup e Design Thinking permite a validação rápida de produtos, ajustes constantes e economia de recursos, além de reduzir os riscos de falhas de mercado. Estudos indicam que empresas que aplicam essas metodologias apresentam taxas de sobrevivência significativamente maiores do que startups que operam sem processos estruturados (Blog Cubo Network, 2025).

A participação ativa em ecossistemas de inovação é outro fator crítico de sobrevivência. A proximidade com incubadoras, aceleradoras, universidades e parques tecnológicos possibilita acesso a mentoria, networking, conhecimento técnico e oportunidades de parceria. Cidades como São Paulo, Florianópolis, Recife e Belo Horizonte oferecem programas estruturados que auxiliam startups a superar barreiras iniciais de mercado e aumentar sua competitividade (STARTUPS, 2023; Velarious, 2022).

O foco na experiência do cliente e personalização de serviços é uma estratégia que garante fidelização e receita recorrente. Startups que investem em pesquisas de mercado, feedback contínuo e canais de atendimento eficientes conseguem identificar necessidades reais dos consumidores, ajustando produtos e serviços para aumentar a satisfação e o engajamento (Investinova, 2023).

A gestão eficiente de custos e planejamento financeiro é essencial para a sustentabilidade. Startups que monitoram rigorosamente fluxo de caixa, despesas e monetização tendem a reduzir desperdícios e aumentar sua capacidade de investimento em inovação. Esse controle financeiro também auxilia na preparação para rodadas de investimento futuras e para períodos de instabilidade econômica (SEBRAE, 2024).

A adaptação ao ambiente regulatório e compliance é estratégica para minimizar riscos legais. O Marco Legal das Startups, sancionado em 2021, trouxe regras mais flexíveis para investimento, contratação e operação de startups no Brasil. Empresas que se antecipam a exigências legais e adotam boas práticas de governança

conseguem reduzir barreiras regulatórias e aumentar a confiança de investidores e parceiros estratégicos (Brasil, 2021; Callado, 2023).

A implementação de práticas de inovação aberta e parcerias estratégicas também tem se mostrado eficaz. Startups que colaboram com universidades, laboratórios de pesquisa e grandes empresas conseguem compartilhar conhecimento, acelerar o desenvolvimento de soluções e acessar mercados mais amplos. Casos recentes em Florianópolis e Recife demonstram que parcerias público-privadas podem ser decisivas para a escalabilidade de startups de tecnologia (STARTUPS, 2023).

A internacionalização gradual é outra estratégia adotada. Startups que buscam mercados internacionais com produtos adaptados às necessidades locais conseguem diversificar receitas, reduzir dependência do mercado interno e aprender práticas de gestão global. A participação em programas de exportação e eventos internacionais de tecnologia tem se tornado uma prática cada vez mais comum (Velarious, 2022).

O desenvolvimento da cultura organizacional e formação de equipes qualificadas é determinante para a sobrevivência. Startups com equipes multidisciplinares, liderança alinhada e comunicação clara conseguem tomar decisões mais ágeis, manter motivação e reduzir conflitos internos. A gestão de pessoas estratégica garante que a empresa se adapte rapidamente a crises, novas demandas de mercado e mudanças tecnológicas (Instituto Millenium, 2025).

A gestão de riscos e capacidade de adaptação permite que startups sobrevivam a crises econômicas ou tecnológicas. A análise contínua do mercado, o monitoramento de indicadores de desempenho e a revisão de modelos de negócios tornam as empresas mais resilientes, garantindo que possam ajustar estratégias de forma proativa frente a desafios inesperados (Callado, 2023; SEBRAE, 2024)

7. Materiais e Métodos da Pesquisa

O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, voltada para compreender o ecossistema de startups de tecnologia no Brasil, seus desafios, fatores de fracasso e estratégias de sobrevivência. A pesquisa explorou relatórios, artigos acadêmicos e dados de organizações especializadas em empreendedorismo e inovação tecnológica, permitindo a construção de um panorama atualizado sobre o tema.

A pesquisa bibliográfica e documental emerge como uma ferramenta indispensável nesse contexto. Segundo Prodanov e Freitas (2013), essa modalidade de pesquisa permite ao pesquisador estabelecer um contato direto com toda a produção escrita sobre o tema em estudo, possibilitando uma compreensão aprofundada do estado da arte. Gil (2020) destaca que, ao realizar uma pesquisa bibliográfica, é crucial verificar a veracidade dos dados obtidos, analisando possíveis incoerências ou contradições nas obras consultadas, o que assegura a qualidade e a confiabilidade da pesquisa.

A revisão bibliográfica abrangeu diversos tópicos relevantes para o tema, com o objetivo de fundamentar teoricamente o tema abordado, explorando as contribuições de autores relevantes no campo da globalização, mudanças econômicas e avanço tecnológico.

Além disso, a pesquisa documental complementa a bibliográfica ao utilizar fontes primárias, como documentos oficiais, relatórios e registros, que ainda não receberam tratamento analítico. Essa abordagem permite uma análise mais direta e contextualizada dos fenômenos estudados. Sá-Silva, Almeida e Guindani (2019) ressaltam que a pesquisa documental é fundamental para a compreensão de políticas públicas e práticas institucionais, fornecendo uma base sólida para análises críticas e fundamentadas.

A importância deste estudo reside na necessidade de compreender os elementos que determinam o sucesso ou insucesso das startups brasileiras, oferecendo subsídios para empreendedores, investidores e formuladores de políticas públicas. Autores da área destacam que o sucesso de uma startup depende de múltiplos fatores, incluindo planejamento estratégico, gestão financeira, inovação constante, capacidade de adaptação, formação de equipes qualificadas e integração com ecossistemas de inovação. Além disso, a pesquisa busca identificar as melhores práticas adotadas por startups que conseguiram superar desafios e consolidar seus negócios, contribuindo para o fortalecimento do ambiente empreendedor no Brasil.

Estudos recentes destacam que as startups brasileiras enfrentam desafios específicos, como a escassez de recursos financeiros, a necessidade de adaptação constante às mudanças do mercado e a complexidade na gestão de equipes multidisciplinares. Além disso, a falta de infraestrutura adequada e o acesso limitado a redes de apoio podem comprometer a sustentabilidade e o crescimento dessas empresas. Portanto, pesquisas que investiguem esses aspectos são essenciais para

fornecer subsídios que auxiliem empreendedores, investidores e formuladores de políticas públicas na criação de estratégias eficazes para o fortalecimento do ecossistema de startups no país.

O estudo se caracteriza como uma análise qualitativa, sistematizando informações relevantes sobre a estrutura, funcionamento e estratégias das startups brasileiras. Essa abordagem permite compreender de forma detalhada os fatores críticos para a sobrevivência e expansão das empresas de tecnologia, além de fornecer recomendações para aprimorar o ambiente de negócios e apoiar a sustentabilidade do ecossistema de startups.

8. Considerações Finais

O estudo evidencia que o ecossistema de startups de tecnologia no Brasil tem crescido de forma significativa, especialmente nos polos de São Paulo, Florianópolis e Recife, que se destacam pela infraestrutura, integração com universidades, parcerias estratégicas e programas de incentivo. Esses elementos criam um ambiente propício para o surgimento de empresas inovadoras e o desenvolvimento de soluções tecnológicas que impactam positivamente a economia e a sociedade.

Apesar dos avanços, as startups brasileiras ainda enfrentam desafios estruturais, como burocracia, carga tributária elevada, dificuldade de acesso a crédito e escassez de profissionais qualificados, que comprometem a sobrevivência e o crescimento sustentável dessas empresas. O sucesso das startups depende de estratégias integradas que incluem metodologias ágeis, diversificação de fontes de financiamento, inovação aberta, fortalecimento da cultura organizacional e adaptação contínua ao ambiente regulatório e econômico.

Conclui-se que a sustentabilidade das startups brasileiras não se baseia apenas na inovação tecnológica, mas também na gestão eficiente, planejamento estratégico e capacidade de adaptação às mudanças do mercado. Políticas públicas, programas de fomento e o fortalecimento dos polos de inovação são fundamentais para criar um ambiente mais favorável e apoiar a consolidação das startups como agentes de desenvolvimento econômico e social no país.

REFERÊNCIAS

ABSTARTUPS. **Associação Brasileira de Startups. Mapa das Startups Brasileiras 2023**. São Paulo: ABStartups, 2023. Disponível em: <https://abstartups.com.br>. Acesso em: 1 set. 2025.

ANDERSON, Mark. **Porto Digital Is the Quixotic Tech Hub That Actually Worked. Wired, 2023**. Disponível em: <https://www.wired.com/story/porto-digital-is-the-quixotic-tech-hub-that-actually-worked>. Acesso em: 11 maio 2025.

BLANK, Steve; DORF, Bob. **Startup: Manual do Empreendedor**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.

BLOG CUBO NETWORK. **Por que startups falham?. 2025**. Disponível em: <https://blog.cubo.network/por-que-startups-falham/>. Acesso em: 2 set. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp167.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021**. Institui o Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 jun. 2021.

CALLADO, João. **Dificuldade de empreender no Brasil: desafios e reflexões**. LinkedIn, 2023. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/dificuldade-de-empreender-brasil-desafios-e-reflex%C3%B5es-callado--9fhyf>. Acesso em: 2 set. 2025.

CB INSIGHTS. **Top Reasons Startups Fail. 2023**. Disponível em: <https://www.cbinsights.com/research/startup-failure-reasons-top>. Acesso em: 11 maio 2025.

DETONADEV. **Cidades brasileiras em destaque no empreendedorismo e inovação tecnológica. 2025**. Disponível em: <https://detonadev.com/news/986/cidades-brasileiras-em-destaque-no-empreendedorismo-e-inovacao-tecnologica>. Acesso em: 2 set. 2025.

ECONOMIA SC. **Florianópolis é reconhecida como um dos principais modelos globais de ecossistema de startups**. 12 jun. 2025. Disponível em: <https://economiasc.com/2025/06/12/florianopolis-e-reconhecida-como-um-dos-principais-modelos-globais-de-ecossistema-de-startups/>. Acesso em: 2 set. 2025.

ENDEAVOR BRASIL. **Cultura organizacional: como criar um ambiente que sustente o crescimento da sua empresa**. 2022. Disponível em: <https://endeavor.org.br>. Acesso em: 11 maio 2025.

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. **Startups e inovação: linhas de crédito e oportunidades de fomento**. 2023. Disponível em: <https://finep.gov.br>. Acesso em: 11 maio 2025.

FERREIRA, Allan Ramos et al. **Análise dos fatores que influenciam no desenvolvimento de startups em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Ponteditora, 2019. Disponível em:
<https://revistas.ponteditora.org/index.php/naus/article/view/120/94>. Acesso em: 15 set. 2019.

FOLHA DE S.PAULO. **Tecnologia alcança 25% do PIB de Florianópolis, maior fatia entre capitais**. 21 abr. 2025. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/04/tecnologia-alcanca-25-do-pib-de-florianopolis-maior-fatia-entre-capitais-diz-associacao.shtml>. Acesso em: 2 set. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

GOOGLE BRASIL. **Cinco anos de Google for Startups no Brasil**. 2024. Disponível em: <https://blog.google/intl/pt-br/novidades/iniciativas/cinco-anos-de-google-for-startups-no/>. Acesso em: 11 maio 2025.

GONZALEZ, Alejandra; SILVEIRA, Bruno. **Startups do Brasil em meio à pandemia: como o ecossistema brasileiro de startups tem enfrentado a crise**. BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2021. Disponível em:
<https://publications.iadb.org/pt/startups-do-brasil>. Acesso em: 11 maio 2025.

INOVATIVA BRASIL. **Programa Nacional de Aceleração de Startups**. 2024. Disponível em: <https://inovativabrasil.com.br>. Acesso em: 11 maio 2025.

INSTITUTO MILLENIUM. **Pesquisa mostra os principais motivos de fracasso das startups**. 2025. Disponível em: <https://institutomillennium.org.br/pesquisa-mostra-os-principais-motivos-de-fracasso-das-startups/>. Acesso em: 2 set. 2025.

INNOVATION SUMMIT BRASIL. **Startups no Brasil: avanços e barreiras**. 2022. Disponível em: <https://innovationsummitbrasil.com.br/startups-no-brasil/>. Acesso em: 2 set. 2025.

INVESTINOVA. **Principais desafios enfrentados pelas startups no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://investeinnova.com/investimentos/principais-desafios-enfrentados-startups-no-brasil.html>. Acesso em: 2 set. 2025.

ISTOÉ. **Conheça a nova capital do empreendedorismo brasileiro**. 8 jan. 2025. Disponível em: <https://istoe.com.br/istoegeral/2025/01/08/conheca-a-nova-capital-do-empreendedorismo-brasileiro/>. Acesso em: 2 set. 2025.

JC ONLINE. **Recife entra no radar global da inovação e estreia em ranking internacional de startups**. 12 jun. 2025. Disponível em:
<https://jc.uol.com.br/economia/2025/06/12/recife-entra-no-radar-global-da-inovacao-e-estreia-em-ranking-internacional-de-startups.html>. Acesso em: 2 set. 2025.

LIGA VENTURES. **Balanço do ecossistema de startups no Brasil em 2024: avanços e tendências**. 2024. Disponível em:

<https://liga.ventures/insights/artigos/balanco-do-ecossistema-de-startups-no-brasil-em-2024>. Acesso em: 11 maio 2025.

MENDES, Jerônimo. **Empreendedorismo 360° a Prática na Prática**. 3 ed. Rio de Janeiro, Atlas, 2017. ISBN 9788597012422.

MOSOM GROW. **Mapeando o Brasil além de São Paulo: quais cidades estão se tornando os novos hubs de inovação do país?** 2025. Disponível em: <https://mosomgrow.com.br/mapeando-o-brasil-alem-de-sao-paulo-quais-cidades-estao-se-tornando-os-novos-hubs-de-inovacao-do-pais/>. Acesso em: 2 set. 2025.

NOGUEIRA, Vanessa; ARRUDA, Carlos. **Causas Da Mortalidade Das Startups Brasileiras: como aumentar as chances de sobrevivência no mercado**. Nova Lima, DOM: v.9, n. 25, p. 26-33, 2015. Disponível em: <https://acervo.ci.fdc.org.br/AcervoDigital/Artigos%20FDC/Artigos%20DOM%2025/Causas%20da%20mortalidade%20das%20startups%20brasileiras.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

OLIVEIRA, E. de. **Startups Fintechs no Brasil: um estudo sobre os principais impactos sociais e mercadológicos nos últimos 10 anos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas) Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasília, 2019.

PÁDUA, Pedro Henrique Bandeira de. **Startups: um panorama sobre características, evolução e políticas de fomento no Brasil**. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/37185/1/StartupsPanoramaSobre.pdf>. Acesso em: 2 set. 2025.

PIRES, T. E. **Alguns insights em startups: um novo paradigma para a tríplice aliança ciência, tecnologia e inovação**. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, A.; QUEIROZ, I. **Análise dos fatores que influenciam no desenvolvimento de startups em Belo Horizonte**. NAUS-Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais, v. 1, n. 2, p. 041–055, 2018.

RIES, Eric. **A startup enxuta: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas**. São Paulo: Leya, 2021.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n. 1, jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 2 set. 2025.

SEBRAE. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Startups Report 2024.** Brasília: Sebrae, 2024. Disponível em: <https://sebrae.com.br>. Acesso em: 1 set. 2025.

SILVA, F. A. d. M. **Fatores que contribuem para o insucesso das startups: O reverso da "medalha"**. Tese (Doutorado), 2013.

STARTUP BRASIL. **O renascimento das startups no Brasil: navegando pelos desafios e traçando o crescimento futuro.** 2024. Disponível em: <https://startupbrasil.org/o-renascimento-das-startups-no-brasil>. Acesso em: 11 maio 2025.

VELARIOUS. **Por dentro do ecossistema de startups no Brasil.** 2022. Disponível em: <https://www.velarious.com/uk/1638/por-dentro-do-ecossistema-de-startups-no-brasil/>. Acesso em: 2 set. 2025.

WIRED. ***Porto Digital is the quixotic tech hub that actually worked.*** 2023. Disponível em: <https://www.wired.com/story/porto-digital-is-the-quixotic-tech-hub-that-actually-worked>. Acesso em: 2 set. 2025.

Capítulo 3
**A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NAS
EMPRESAS FAMILIARES**

Daniela Boreli
Giovana Maysa Brito Souza
Leticia Paba Vieira
Mariane Martir Vieira

A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NAS EMPRESAS FAMILIARES



DOI: 10.5281/zenodo.17457384

Daniela Boreli

Contadora e Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil, e-mail:

daniboreli@hotmail.com

Giovana Maysa Brito Souza

Graduanda em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas de Fernandópolis -

FIFE, e-mail: giovanamaysa123@gmail.com

Leticia Paba Vieira

Graduanda em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas de Fernandópolis -

FIFE, e-mail: leticiavieirapb@gmail.com

Mariane Martir Vieira

Graduanda em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas de Fernandópolis -

FIFE, e-mail: mariane3651@gmail.com

RESUMO

As empresas familiares representam a maioria dos empreendimentos no Brasil, sendo responsáveis por significativa parcela da geração de empregos e da movimentação econômica nacional. No entanto, sua gestão carrega desafios particulares, como conflitos interpessoais, dificuldades na profissionalização e na sucessão entre gerações. Nesse cenário, as informações contábeis ganham destaque como ferramenta estratégica essencial para a sustentabilidade e continuidade dessas organizações. O presente trabalho teve como objetivo investigar a importância das informações contábeis nas empresas familiares, analisando como sua correta utilização pode contribuir para a tomada de decisões mais seguras, a transparência na gestão, a redução de conflitos e a preparação para processos sucessórios. A

pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem qualitativa e bibliográfica, utilizando fontes acadêmicas e institucionais reconhecidas. A partir da análise do modelo dos Três Círculos (Família, Propriedade e Gestão), foram discutidas as inter-relações que impactam diretamente a dinâmica dessas empresas e como a contabilidade pode atuar como elemento de equilíbrio entre os interesses pessoais e empresariais. Constatou-se que o uso eficiente das informações contábeis contribui para a profissionalização da gestão, fortalece a governança corporativa, aumenta a confiança entre os membros da família e garante maior capacidade de adaptação frente às mudanças do mercado. Além disso, destaca-se que a qualidade da informação contábil influencia diretamente os processos decisórios, permitindo à empresa não apenas sobreviver, mas também se desenvolver de forma sustentável e inovadora, mesmo em contextos adversos.

Palavras-chave: empresa familiar; informações contábeis; sucessão.

ABSTRACT

Family firms constitute the majority of business organizations in Brazil, accounting for a significant share of employment generation and economic activity. Nevertheless, they face distinctive managerial challenges, such as interpersonal conflicts, difficulties in professionalization, and intergenerational succession issues. In this context, accounting information emerges as a critical strategic instrument to ensure organizational sustainability and continuity. This study aimed to examine the relevance of accounting information in family firms, assessing how its proper application can enhance decision-making reliability, managerial transparency, conflict mitigation, and succession planning. The research was conducted through a qualitative and bibliographic approach, drawing on recognized academic and institutional sources. Using the Three-Circle Model (Family, Ownership, and Management), the study explored the interrelations that shape the dynamics of family firms and how accounting can operate as a balancing mechanism between personal and business interests. The findings demonstrate that the effective use of accounting information fosters managerial professionalization, strengthens corporate governance, increases trust among family members, and enhances adaptability to market dynamics. Moreover, the quality of accounting information directly influences strategic decision-making processes, enabling family firms not only to maintain continuity but also to achieve sustainable and innovative development, even under adverse conditions.

Keywords: family business; accounting information; succession planning.

INTRODUÇÃO

Diante de uma competitividade cada vez mais acirrada, as empresas familiares, que desempenham um papel fundamental no cenário econômico, precisam se reinventar constantemente, especialmente diante das rápidas e contínuas mudanças do mundo atual. Nesse contexto, torna-se imprescindível utilizar as informações contábeis como aliadas estratégicas na busca pelo sucesso.

Essas informações devem ser baseadas em dados concretos e condizentes com a realidade da empresa, servindo de base segura para orientar as decisões de gestão. Dessa forma, evita-se a tomada de decisões pautadas em achismos, laços afetivos ou em visões distorcidas da realidade, o que pode comprometer o crescimento e a durabilidade do negócio.

A contabilidade tem um papel fundamental ao fornecer subsídios indispensáveis para a administração das organizações. Os dados contábeis adquirem relevância máxima no processo decisório, na medida em que oferecem análises históricas, avaliações detalhadas e sustentação para diferentes situações envolvendo o patrimônio da empresa (MARCELINO & SUZART, 2009)

Uma gestão eficiente, fundamentada em informações contábeis sólidas, contribui para práticas empresariais mais éticas e responsáveis. Esse tipo de gestão favorece uma distribuição mais equitativa dos recursos, além de reduzir os riscos de falhas administrativas que podem impactar negativamente a empresa e a sociedade como um todo (COSTA & FERREIRA, 2024).

Nesse contexto, o objetivo deste estudo é evidenciar a importância das informações contábeis em todos os âmbitos de uma empresa familiar, destacando seu papel na prevenção de conflitos entre os membros da família, no apoio à tomada de decisões estratégicas com base em dados fidedignos e, por fim, na influência que exerce sobre os desafios do processo sucessório.

A metodologia de pesquisa é pautada no estudo bibliográfico, a captação dos dados foi por meio da análise de obras acadêmicas, artigos, além de publicações relevantes acerca do tema. A pesquisa bibliográfica consiste no levantamento e na revisão de obras publicadas sobre a teoria que fundamentará o trabalho científico.

Esse tipo de pesquisa exige dedicação, estudo e análise por parte do pesquisador, que deve selecionar, interpretar e relacionar criticamente os conteúdos encontrados. O principal objetivo da pesquisa bibliográfica é reunir e examinar textos e estudos já publicados, a fim de embasar teoricamente o trabalho, apoiar a construção de argumentos e contextualizar o problema de pesquisa (SILVA, MAZZIONI & VARGAS, 2020).

As empresas familiares exercem uma influência importante tanto nas economias locais quanto nacionais. Elas colaboram em diversas frentes e desempenham um papel fundamental no progresso econômico, na geração de empregos, na inovação e no avanço social (PAUL, 2024).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 90% das empresas no Brasil possuem um perfil familiar. Elas são responsáveis por empregar 75% da força de trabalho no país e geram mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB) (SEBRAE, 2024).

Bragança & Netto afirmam, no que tange às empresas familiares, que “em um cenário de grave crise econômica, a sua importância se tornou ainda mais evidente quando consideradas as estratégias para a retomada do crescimento nacional. Essas empresas empregam mão de obra, estimulam o mercado e têm forte característica empreendedora”.

DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS FAMILIARES

Um empreendimento familiar representa a conexão entre dois sistemas diferentes, a família e o negócio. As empresas familiares podem incluir vários membros da família, seja na gestão ou como acionistas e membros do conselho de administração. Para uma empresa ser considerada familiar, não é essencial que todos os integrantes atuem como empregados (SEBRAE, 2022).

No mundo que conhecemos, é normal que um empresário, ao começar um negócio, recrute membros da sua família para colaborar, aproveitando a confiança estabelecida pelo vínculo familiar e os objetivos compartilhados (ALBERTACCI, 2022).

Todavia, a administração da empresa pode ser realizada por um indivíduo fora da família, o que não a torna menos familiar. Neste contexto, basta apenas que existam membros da família na equipe de diretores ou acionistas (SEBRAE, 2022).

O Modelo dos Três Círculos, desenvolvido por Renato Tagiuri e John Davis, é

amplamente utilizado para ilustrar as dinâmicas das empresas familiares. Esse modelo segmenta a estrutura da empresa familiar em três dimensões fundamentais: propriedade, família e gestão. A proposta do modelo é destacar as interações entre essas esferas e como podem surgir conflitos quando os interesses de cada uma delas se sobrepõem. Embora o modelo seja útil para compreender a complexidade dessas organizações, ele também evidencia o potencial de desentendimentos, especialmente em momentos críticos como a sucessão e a tomada de decisões estratégicas. A seguir, apresenta-se uma breve explicação de cada um dos círculos e suas intersecções (LUCHE & FREITAS, 2024):

Figura 1 - Modelo dos três círculos de Tagiuri e Davis



Adaptado dos autores Luche & Freitas (2024)

1. Família: Engloba os membros da família que estão diretos ou indiretamente envolvidos ou impactados pelas atividades da empresa. Nesta situação, são levados em consideração aspectos como o processo de sucessão, os valores familiares e as dinâmicas internas que influenciam as decisões e o funcionamento da organização (MOURA, JUCÁ & VIEIRA, 2024)

2. Propriedade: Aguilar, Pérez & Cabrera (2024), apontam que “este círculo inclui os acionistas ou proprietários da empresa, que podem ser membros da família ou investidores externos. Este círculo representa o lado financeiro e reflete quem detém a propriedade e o controle sobre a organização”.

3. Gestão: Segundo Luche & Freitas (2024), refere-se à administração das atividades cotidianas e à implementação da estratégia da empresa. A

participação de familiares na gestão pode estabelecer uma conexão profunda entre os valores familiares e as práticas empresariais, contudo, também pode representar um obstáculo à profissionalização da organização.

Intersecções dos Círculos: A interação entre esses três círculos estabelece um sistema dinâmico, no qual as decisões em um círculo influenciam diretamente os demais. Por exemplo, uma escolha relacionada à sucessão (família) poderá impactar na estrutura de governança (propriedade) e nas estratégias empresariais (gestão) (MOURA, JUCÁ & VIEIRA, 2024).

Além disso, O Modelo dos Três Círculos destaca as complexas interseções entre Família, Propriedade e Gestão nas empresas familiares. **Família e Propriedade:** Os familiares acionistas influenciam a empresa com uma visão de longo prazo, mas podem surgir conflitos sobre lucros e gestão. **Propriedade e Gestão:** Quando familiares controlam ambas as áreas, as decisões são rápidas e alinhadas aos valores da família, mas a falta de profissionalização pode limitar o crescimento e afetar a inovação. **Família e Gestão:** A presença de familiares na gestão fortalece a cultura de lealdade, mas pode dificultar a adoção de inovações e práticas profissionais (LUCHE & FREITAS, 2024).

Interseção Total: O Desafio da Sucessão: O ponto de maior complexidade no Modelo dos Três Círculos reside na interseção integral entre Família, Propriedade e Gestão. Nesse contexto, questões como sucessão, conflitos intergeracionais e a necessidade de inovação tornam-se particularmente desafiadoras. Empresas que não conseguem harmonizar essas três dimensões podem enfrentar sérios problemas de governança, disputas internas e dificuldades em adaptar-se às exigências de um mercado em constante evolução. O planejamento sucessório é o desafio central nessa interseção. Garantir uma transição de liderança fluida, em que os interesses familiares e empresariais estejam devidamente equilibrados, é crucial para assegurar a continuidade e o sucesso das empresas familiares. A compreensão do Modelo dos Três Círculos e das interações entre Família, Propriedade e Gestão é fundamental para lidar com as complexidades inerentes às empresas familiares. Este modelo proporciona uma estrutura robusta para a análise dos desafios e das oportunidades que surgem nas dinâmicas dessas organizações (LUCHE & FREITAS, 2024).

QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

De acordo com Souza, Fonseca & Martucheli (2022), as informações contábeis desempenham papel fundamental na avaliação do desempenho financeiro das organizações, também denominado desempenho econômico-financeiro, o qual representa os resultados decorrentes das atividades operacionais das empresas. Esse desempenho evidencia a capacidade de utilização dos ativos (tangíveis e intangíveis) na geração de receitas, estando intimamente relacionado aos fluxos de caixa. Assim, torna-se possível analisar os riscos corporativos e realizar comparações entre diferentes empresas. Dessa forma, o desempenho financeiro reflete indicadores de eficiência na alocação e utilização dos recursos empresariais com o objetivo de maximizar o valor para os acionistas.

As informações contábeis ganham relevância para vários usuários à medida que podem auxiliar na tomada de decisões. Em outras palavras, a contabilidade deve demonstrar a situação econômico-financeira da empresa para que se compreenda sua real condição. Assim, para melhorar a qualidade da informação, é necessário implementar características qualitativas de aprimoramento, que incluem identificar quais aspectos podem ser vantajosos para os usuários, identificar quais informações podem ser mais pertinentes quando compartilhadas, e confirmar se a informação está acessível e pode ser representada com precisão (SILVA; MAZZIONI & VARGAS, 2020).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a qualidade das informações contábeis é um fator essencial para a tomada de decisões econômicas por parte de usuários internos e externos das demonstrações financeiras, como investidores, credores, gestores e órgãos reguladores. Informações contábeis úteis devem ser relevantes, fidedignas, compreensíveis e comparáveis, conforme os princípios estabelecidos pelos órgãos normativos nacionais e internacionais, como o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o *International Accounting Standards Board* (IASB) e o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) (LIMA et al., 2016).

Segundo Teodósio et al. (2023), a qualidade da informação contábil exerce influência direta sobre o risco sistemático de empresas listadas na bolsa de valores. Os autores concluem que empresas com maior qualidade nas suas informações tendem a apresentar menor exposição a riscos de mercado, uma vez que oferecem maior previsibilidade e segurança para os investidores.

A comparabilidade das demonstrações financeiras também é destacada como elemento-chave da qualidade contábil, principalmente em cenários adversos como o da pandemia da *COVID-19*. De acordo com Moreira & Ressurreição (2024), a análise de empresas do setor de saúde evidenciou que aquelas que mantiveram um padrão informacional consistente durante o período de crise contribuíram para a melhor compreensão dos impactos econômicos causados pela pandemia, possibilitando decisões mais acertadas por parte dos usuários da informação.

Além disso, a adoção de novas normas, como os padrões internacionais *IFRS S1* e *S2*, que tratam da divulgação de informações de sustentabilidade, representa um avanço na qualidade das informações contábeis ao integrar aspectos ambientais, sociais e de governança (*ESG*) nos relatórios financeiros. Conforme argumentam Salgado, Souza & Sousa (2025), esses novos padrões aumentam a transparência e a utilidade das informações para o processo decisório.

Outro aspecto relevante é a influência de fatores locais na qualidade da informação contábil. Silva, Soares & Barbosa Neto (2025) apontam que aspectos econômicos, políticos e tecnológicos impactam significativamente a qualidade das informações fiscais e contábeis nos municípios brasileiros, revelando que a uniformidade normativa não é suficiente para garantir a homogeneidade na prática contábil.

O QUE É CONTABILIDADE E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS EMPRESAS FAMILIARES

A contabilidade pode ser compreendida como um sistema de informação que tem por finalidade registrar, organizar, demonstrar e interpretar os fatos econômicos e financeiros que afetam o patrimônio das entidades. De acordo com Hillen e Lavarda (2020), a contabilidade é essencial para o controle e gestão do desempenho empresarial.

Ela registra as transações das empresas para garantir sua continuação no mercado, fornecendo informações precisas e detalhadas essenciais para a tomada de decisões. Seu foco principal é o patrimônio de pessoas físicas ou jurídicas, buscando maximizar resultados, seja pela geração de lucros ou pela manutenção da viabilidade econômica (MATTES, DALONGARO & WESZ, 2018).

Nas empresas familiares, a contabilidade exerce um papel ainda mais

relevante, visto que essas organizações frequentemente carecem de uma estrutura administrativa formalizada. Segundo Kaveski e Beuren (2022), a contabilidade, quando bem estruturada, contribui significativamente para a sustentabilidade e continuidade das empresas familiares, atuando não apenas no controle financeiro, mas também como ferramenta de governança.

Além disso, a adoção de práticas de governança corporativa, apoiadas por sistemas contábeis, contribui para a redução de conflitos entre membros da família e para a profissionalização da gestão (ARAGÃO, CAMARA & MELO, 2012). Isso fortalece a cultura organizacional e melhora o desempenho global da empresa.

A sucessão é um dos principais desafios enfrentados por esse tipo de organização. A literatura evidencia que o planejamento sucessório, aliado ao uso da contabilidade gerencial, é fundamental para a longevidade dessas empresas (SILVA & OLIVEIRA, 2024). A contabilidade fornece informações que auxiliam na avaliação do patrimônio, no planejamento tributário e na definição de políticas internas para o processo de sucessão.

Segundo estudo de Posser *et al.* (2021), a contabilidade gerencial nas empresas familiares permite uma análise mais precisa dos custos e da rentabilidade, facilitando a tomada de decisões estratégicas. O estudo destaca que a implementação de práticas contábeis adequadas é essencial para a sucessão e crescimento dessas empresas.

A contabilidade, portanto, vai além da mera escrituração contábil. Conforme enfatizam Sousa (2024) e Hillen e Lavarda (2020), ela deve ser utilizada de forma estratégica, fornecendo informações precisas e tempestivas, essenciais para a sequência e competitividade das empresas familiares em um ambiente de negócios cada vez mais complexo.

A contabilidade como ferramenta de gestão e base para a tomada de decisões estratégicas nas empresas familiares

Segundo Vacari *et al.* (2023) as informações contábeis, quando utilizadas como instrumento de apoio à gestão pelos usuários internos da organização (como administradores e colaboradores), configuram-se como Contabilidade Gerencial, a qual consiste no processo de captação, organização e processamento de dados internos da empresa, transformando-os em informações claras e adaptadas às

necessidades dos gestores. Seu objetivo é apoiar o planejamento, controle e tomada de decisões estratégicas, focando no desempenho das atividades, projetos e situação econômico-financeira da organização. Ela prioriza informações úteis, precisas e confiáveis, voltadas para o presente e futuro da empresa, seguindo normas internacionais de contabilidade.

A contabilidade exerce um papel fundamental no âmbito empresarial, fornecendo informações precisas e relevantes que conferem maior segurança aos gestores no processo de tomada de decisões estratégicas. No contexto de empresas familiares, esse setor adquire ainda mais relevância ao possibilitar a demonstração clara dos resultados alcançados por uma geração, contribuindo para a transparência e a continuidade dos negócios nas gerações subsequentes (LAGUNDE & SIPPERT, 2021).

De acordo com Costa & Ferreira (2024), a contabilidade gerencial fornece subsídios que auxiliam na definição de metas, análise de desempenho, precificação, avaliação de investimentos e controle de custos. Esses elementos são cruciais para a gestão estratégica, pois permitem que os gestores tomem decisões informadas, reduzam incertezas e alinhem as ações empresariais aos objetivos de longo prazo.

Segundo Cardoso *et al.* (2023), a capacidade da contabilidade em fornecer dados que se traduzem em ações é o que a torna estratégica. Em um contexto altamente competitivo, como o mercado atual, as decisões não podem ser tomadas com base apenas na intuição ou experiência empírica. As informações contábeis, quando bem interpretadas, oferecem uma base técnica para avaliar oportunidades, medir riscos e acompanhar os resultados estratégicos de forma contínua.

Brissio *et al.* (2022) apontam ainda que a contabilidade estratégica deve ser compreendida como parte integrante da cultura gerencial da empresa. Quando a alta gestão valoriza a contabilidade como ferramenta de apoio à estratégia e não apenas como instrumento de cumprimento de obrigações legais, as decisões tendem a serem mais sustentáveis, inovadoras e alinhadas aos interesses organizacionais de longo prazo.

Por fim, Procopio *et al.* (2023) destacam que o futuro da contabilidade estratégica está diretamente relacionado à integração com sistemas de informação e tecnologias emergentes. A capacidade de gerar dados em tempo real, por meio de *softwares* e *dashboards* gerenciais, amplia o poder de análise e eleva a contabilidade a um papel decisivo na construção de estratégias organizacionais mais inteligentes,

dinâmicas e competitivas.

Dessa forma, a contabilidade, especialmente em sua vertente gerencial e estratégica, consolida-se como um dos principais pilares do processo decisório nas organizações. Ela transcende o aspecto técnico e passa a integrar o núcleo das decisões que moldam o futuro das empresas, reafirmando seu papel como elemento essencial à competitividade e à sustentabilidade empresarial.

PRINCIPAIS DESAFIOS DAS EMPRESAS FAMILIARES NA GESTÃO CONTÁBIL

O gerenciamento de empresas familiares apresenta desafios intrínsecos a esse tipo de organização, os quais também são comuns às empresas não familiares. Tais desafios abrangem desde a necessidade constante de inovação para a manutenção da liderança, o enfrentamento da concorrência no setor de atuação, a preservação de relacionamentos sólidos com clientes e fornecedores, até a administração eficiente dos recursos humanos, o investimento em atividades de prospecção e, de modo geral, a garantia da estabilidade financeira do empreendimento (INACIO, 2024).

Nesse contexto, a gestão de empresas familiares é reconhecida por sua complexidade e delicadeza, uma vez que envolve não apenas aspectos administrativos, mas também vínculos afetivos entre os envolvidos. Essa dualidade de relações torna o ambiente empresarial particularmente sensível, exigindo dos gestores uma habilidade apurada para equilibrar interesses emocionais e profissionais. Ao longo da trajetória dessas organizações, são frequentes os momentos críticos que demandam atenção redobrada e condutas estratégicas. Tais situações colocam à prova a capacidade de liderança e gerenciamento dos responsáveis (ZANATTO & GILIOLI, 2019).

É bastante comum que membros de uma mesma família compartilhem o ambiente de trabalho, especialmente em empresas de perfil familiar. No entanto, essa convivência pode gerar um nível elevado de informalidade nas relações interpessoais, o que representa um desafio significativo para a manutenção do profissionalismo no dia a dia da organização. Essa informalidade excessiva pode comprometer os resultados operacionais, além de desestruturar os processos internos da empresa (GOMES, SILVA & SILVA, 2022).

Além disso, o nepotismo constitui uma ameaça significativa nesse tipo de organização. A promoção de familiares com base exclusivamente em vínculos

sanguíneos, em detrimento do mérito, pode enfraquecer a motivação da equipe e impactar negativamente o desempenho da empresa. (SEBRAE, 2024).

Outro obstáculo relevante é a resistência à mudança. Embora a valorização da tradição seja uma característica marcante das empresas familiares, ela não deve ser confundida com a relutância em adotar inovações tecnológicas ou estratégias de modernização (SEBRAE, 2024).

Conflitos familiares e sua influência nas práticas contábeis

Conflitos são fenômenos sociais que tendem a se manifestar de maneira mais intensa nas empresas familiares devido aos efeitos psicodinâmicos resultantes da interação entre família, gestão e propriedade. As principais causas desses conflitos costumam estar nas relações entre os familiares, o que acaba influenciando negativamente a qualidade das decisões administrativas (KARAM, FILHO & ABIB, 2019).

O SEBRAE 2024 alega que “conflitos familiares podem se estender para o ambiente de trabalho, prejudicando as relações profissionais. Disputas sobre liderança, responsabilidades e decisões estratégicas podem criar um ambiente pouco favorável”.

Nesse contexto, diversos autores apontam que uma das características que diferenciam as empresas familiares das não familiares está nas fontes dos conflitos que surgem durante o processo de sucessão nos cargos de gestão. Todas as empresas familiares passam por esse momento e apresentam particularidades próprias. A sucessão pode ser vista como um "conflito geracional", que ocorre entre pais e filhos (duas gerações), entre primos (mesma geração) ou entre pais, filhos e netos (intergeracional). Além disso, um dos maiores desafios é a falta de um planejamento adequado para a transferência do poder e do controle da empresa. Quando chega o momento da sucessão, muitas vezes tanto o sucessor quanto o sucedido encontram-se fragilizados, dificultando a tomada das decisões necessárias para a continuidade do negócio (PERONI, 2020).

Gomes, Silva & Silva (2022) afirmam que há diversos conflitos dentro da gestão familiar que impedem que o processo de sucessão ocorra de maneira coerente e harmoniosa. Isso frequentemente acontece porque não há uma separação clara entre os interesses pessoais e os da empresa, ou seja, questões e problemas

familiares acabam sendo levados para o ambiente organizacional. O comportamento da família é geralmente influenciado pelas emoções, o que muitas vezes torna a administração mais complicada.

Portanto, para que as empresas familiares consigam realizar um processo de sucessão harmonioso e eficiente, é essencial que haja um planejamento cuidadoso da transferência de poder, além da separação clara entre os interesses pessoais e os da empresa. Dessa forma, será possível reduzir os conflitos emocionais que prejudicam a gestão e fortalecer a continuidade e o sucesso do negócio ao longo das gerações.

Profissionalização da empresa familiar

A profissionalização da gestão é essencial para garantir a continuidade e o crescimento sustentável das empresas familiares. Segundo Santos & Santos (2020), a implementação de práticas de governança corporativa é uma das estratégias mais eficazes para alcançar esse objetivo. A adoção de estruturas de governança, como conselhos de administração e comitês de auditoria, não só ajuda a minimizar conflitos familiares, mas também aprimora a eficiência da gestão. Além disso, os autores argumentam que a profissionalização permite que a empresa se adapte rapidamente às mudanças do mercado, fortalecendo sua posição e garantindo sua sustentabilidade em longo prazo.

A implementação de práticas profissionais pode resultar em diversos benefícios, como melhoria na tomada de decisões, aumento da eficiência operacional e maior capacidade de adaptação às mudanças do mercado. No entanto, a transição para uma gestão profissionalizada pode enfrentar desafios, como resistência à mudança por parte dos membros da família e dificuldades na definição clara dos papéis e responsabilidades dentro da organização. Monteiro *et al.* (2022) ressaltam que a preparação dos sucessores deve ir além do conhecimento técnico da área de atuação da empresa. O desenvolvimento de competências interpessoais e emocionais é igualmente fundamental para garantir que a nova liderança esteja apta a lidar com os desafios familiares e empresariais simultaneamente. Isso torna o processo de sucessão não apenas um ato de transferência de poder, mas também de transformação da empresa para que ela continue relevante em um mercado competitivo.

Além disso, a profissionalização está intimamente ligada à implementação de uma governança corporativa sólida. A criação de estruturas formais de governança como conselhos de administração e comitês de auditoria, pode auxiliar na gestão de conflitos familiares e na tomada de decisões estratégicas mais eficazes. Mucci (2020) enfatiza que a profissionalização é um pilar crucial para a preservação da essência da empresa familiar, permitindo que ela cresça e inove sem perder seus valores fundamentais.

Portanto, a profissionalização da empresa familiar não significa a exclusão dos membros da família da gestão, mas sim a adoção de práticas que permitam uma gestão mais eficiente, transparente e preparada para os desafios do mercado. Esse processo é fundamental para garantir a longevidade e o sucesso das empresas familiares no cenário atual.

MATERIAIS E MÉTODOS DE PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, voltada à compreensão aprofundada do papel estratégico das informações contábeis no contexto das empresas familiares. Segundo Sousa, Oliveira & Alves (2021), “a pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico”.

O estudo tem como objetivo investigar a importância das informações contábeis nas empresas familiares, analisando sua contribuição para a gestão organizacional, a tomada de decisões e a continuidade dos negócios, especialmente diante da sobreposição entre os domínios da família, da propriedade e da gestão. Pretende-se, ainda, compreender de que forma a contabilidade pode atuar na profissionalização da gestão, na prevenção de conflitos familiares, na promoção da transparência e na preservação do legado familiar, bem como avaliar a influência da qualidade da informação contábil frente aos desafios relacionados à sucessão, à governança corporativa e à competitividade do mercado.

A coleta de dados será realizada por meio da análise de obras acadêmicas, artigos científicos disponíveis em bases de dados confiáveis (como *Scielo*, *Google*

Acadêmico), além de publicações institucionais relevantes. A seleção do material seguirá critérios de atualidade, relevância para o tema e consistência teórica.

A análise dos dados será conduzida de forma interpretativa, com ênfase na identificação de padrões, relações e contribuições teóricas que subsidiem a discussão dos resultados e a formulação de conclusões coerentes com os objetivos propostos.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados teóricos evidenciou que as informações contábeis, quando aplicadas de forma estruturada, exercem influência significativa em diferentes dimensões das empresas familiares. Observou-se que a contabilidade atua como instrumento de apoio indispensável à gestão, permitindo maior clareza sobre a real situação econômico-financeira do negócio. Essa característica fortalece o processo decisório, reduzindo a dependência de escolhas baseadas em achismos ou em vínculos emocionais, o que é comum em organizações que possuem laços familiares fortes. De acordo com Costa e Ferreira (2024), relatórios gerenciais que apresentam custos, rentabilidade e fluxo de caixa fornecem subsídios consistentes para decisões estratégicas, contribuindo para o crescimento sustentável.

Outro resultado importante refere-se ao papel das informações contábeis nos processos sucessórios. A sucessão empresarial é reconhecida como um dos principais desafios das empresas familiares, sendo frequentemente marcada por disputas internas. Constatou-se que, quando a contabilidade é utilizada de forma estratégica, o processo de transição ocorre de maneira mais transparente e equilibrada, uma vez que os dados patrimoniais e tributários fornecem bases concretas para a distribuição de responsabilidades e para a continuidade do legado. Nesse sentido, Lagunde e Sippert (2021) reforçam que a contabilidade é elemento fundamental na avaliação patrimonial e no planejamento sucessório, pois evita a tomada de decisões guiadas por critérios exclusivamente pessoais.

Além disso, verificou-se que empresas familiares que adotam tecnologias e ferramentas modernas de gestão contábil conseguem responder com maior agilidade às demandas do mercado. A implementação de *softwares* e sistemas integrados amplia a capacidade analítica e favorece a inovação nos processos internos. Conforme apontam Procopio *et al.* (2023), o acesso a informações em tempo real fortalece a competitividade, uma vez que possibilita antecipar tendências e elaborar

estratégias de adaptação às mudanças do ambiente empresarial. Essa constatação reforça que a contabilidade deve ser entendida não apenas como obrigação legal, mas como diferencial competitivo.

Outro ponto relevante identificado na análise foi a contribuição das informações contábeis para a governança corporativa e a redução de conflitos familiares. A utilização de relatórios consistentes e transparentes permite a separação mais clara entre interesses pessoais e empresariais, favorecendo a confiança entre os membros da família e minimizando disputas que poderiam comprometer a continuidade do negócio. Nesse aspecto, Santos e Santos (2020) destacam que conselhos de administração apoiados em informações contábeis tendem a tomar decisões mais profissionais, equilibrando interesses familiares e organizacionais.

De forma geral, os resultados revelam que a contabilidade não se limita a um recurso técnico voltado ao registro de fatos financeiros, mas deve ser compreendida como uma ferramenta estratégica capaz de sustentar decisões, reduzir riscos, promover transparência e garantir a longevidade das empresas familiares. Ao ser utilizada de forma integrada à gestão, ela contribui para profissionalizar processos, reforçar a governança e preparar a organização para enfrentar tanto os desafios do presente quanto os da sucessão das próximas gerações.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A análise realizada ao longo deste estudo evidenciou que as informações contábeis vão muito além do simples cumprimento de obrigações legais. Elas funcionam como um pilar para a organização, a competitividade e a continuidade das empresas familiares. Observou-se que uma das principais fragilidades desse tipo de negócio está na informalidade dos processos e na ausência de uma gestão profissionalizada, o que pode levar à tomada de decisões com base em fatores emocionais ou percepções subjetivas.

Verificou-se que, quando a contabilidade é aplicada de forma estruturada, ela oferece uma visão clara e realista da situação financeira, permitindo a identificação de problemas e oportunidades. Relatórios precisos e atualizados possibilitam controlar custos, analisar a rentabilidade e direcionar estratégias de forma mais segura, reduzindo riscos e aumentando as chances de sucesso.

No que se refere à sucessão, constatou-se que a falta de planejamento formal

e de informações organizadas tende a gerar conflitos e a dificultar a transição de liderança. Por outro lado, quando os dados contábeis são utilizados de maneira estratégica, o processo se torna mais transparente, equilibrado e favorável à continuidade do negócio.

Além disso, observou-se que empresas familiares que investem em ferramentas e sistemas para aprimorar a gestão contábil conseguem se adaptar com maior rapidez às mudanças do mercado. Isso reforça que a contabilidade deve ser vista como parte essencial da estratégia e do crescimento sustentável.

De forma geral, os resultados apontam que a profissionalização da gestão, a valorização das informações contábeis e a sua integração às decisões empresariais são fatores determinantes para reduzir conflitos, aumentar a competitividade e garantir a longevidade das empresas familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu constatar que as informações contábeis desempenham um papel estratégico e indispensável para a sobrevivência, continuidade e crescimento das empresas familiares. Ao longo do estudo, evidenciou-se que a contabilidade vai além do registro de fatos econômicos, assumindo função essencial no processo de tomada de decisões, no planejamento sucessório, na governança corporativa e na redução de conflitos familiares.

Verificou-se que a falta de profissionalização e a informalidade, características comuns em negócios de perfil familiar, podem comprometer a competitividade e a sustentabilidade dessas organizações. Nesse cenário, a utilização estruturada das informações contábeis mostrou-se capaz de oferecer maior transparência, segurança e equilíbrio nas relações entre família, propriedade e gestão, reduzindo riscos e fortalecendo a confiança entre os envolvidos.

Outro ponto relevante refere-se ao impacto da contabilidade na sucessão, um dos maiores desafios enfrentados pelas empresas familiares. Observou-se que a aplicação adequada de relatórios e análises contábeis proporciona bases sólidas para a continuidade do negócio, minimizando disputas emocionais e garantindo uma transição de poder mais organizada e eficiente. Além disso, destacou-se a importância da adoção de práticas modernas de gestão contábil, apoiadas por sistemas de informação e tecnologias, como diferencial competitivo no mercado atual.

Conclui-se, portanto, que o fortalecimento da cultura contábil e a valorização das informações gerenciais são fatores decisivos para assegurar a longevidade das empresas familiares. A contabilidade deve ser compreendida não apenas como uma exigência legal, mas como uma aliada estratégica que contribui para decisões mais racionais, processos sucessórios mais justos, práticas de governança mais sólidas e, sobretudo, para a consolidação dessas empresas como pilares fundamentais da economia nacional.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, A. J. A.; PÉREZ, G. Z.; CABRERA, J. D. B. **Modelos de Gestión en las Empresas Familiares**. *GESTIÓN DE LAS ORGANIZACIONES Y DE LAS TENDENCIAS ADMINISTRATIVAS* CAP. 4., 2024. DOI: 10.55204/pmea.73.c153.

Disponível em:

<<https://puertomaderoeditorial.com.ar/index.php/pmea/catalog/download/73/199/343?inline>>. Acesso em: 28/05/2025.

ALBERTACCI, L. **O que é uma empresa familiar e quais os cuidados com o negócio?**. 2022. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-uma-empresa-familiar-e-quais-os-cuidados-com-o-negocio/1637473305>>. Acesso em: 01/04/2025.

ARAGÃO, B. M.; CAMARA, A. R. M.; MELO, F. A. O. **A influência da adoção da governança corporativa pelas empresas familiares**. Cadernos UniFOA, Volta Redonda, v.7, n. 1 Esp, p. 218, 2012. DOI: 10.47385/cadunifoa.v7.n1 Esp.2032. Disponível em: <<https://revistas.unifoa.edu.br/cadernos/article/view/2032>>. Acesso em: 02/06/2025.

BRAGANÇA, F.; NETTO, F. G. M. **O protocolo familiar e a mediação: instrumentos de prevenção de conflitos nas empresas familiares**. Revista brasileira de resolução alternativa de conflitos, V.2, N.3, 2020. Disponível em: <<https://rbadr.emnuvens.com.br/rbadr/article/view/74>>. Acesso em: 07/06/2025.

BRISSIO, I. W. L. *et al.* **A importância da contabilidade gerencial como instrumento nas tomadas de decisões: um estudo comparativo com contadores e empresários em iúna-es**. In: Anais do Congresso de Administração, Sociedade e Inovação - CASI (Evento *On-line*). Anais...Volta Redonda(RJ) Universidade Federal Fluminense, 2022. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/14casi/474019-a-importancia-da-contabilidade-gerencial-como-instrumento-nas-tomadas-de-decisoes--um-estudo-comparativo-com-cont/>>. Acesso em: 10/05/2025.

CARDOSO, B. O.; OLIVEIRA, J. F.; FIGUEIREDO, P. V. S.; GARRIDO, E. P.; FONTOURA, J. R. de A. **A contabilidade gerencial como ferramenta de auxílio ao**

planejamento orçamentário nas organizações: uma revisão sistemática.

CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES, [S. l.], v. 16, n. 11, p. 27928–27943,

2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.11-190. Disponível em:

<<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2772>>. Acesso em: 10/05/2025.

COSTA, A. P. A.; FERREIRA, J. E. Z. A importância da contabilidade gerencial para as tomadas de decisões estratégicas das empresas: o papel crucial das informações contábeis. *REVISTA FOCO*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. e3848, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n1-005. Disponível em:

<<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3848>>. Acesso em: 09/05/2025.

GOMES, A. E.; SILVA, E. F. L.; SILVA, G. C. D. Gestão de empresa familiar e seus principais desafios. 2022. Disponível em:

<<https://www.grupounibra.com/repositorio/ADMIN/2022/gestao-de-empresa-familiar-e-seus-principais-desafios39.pdf>>. Acesso em: 07/06/2025.

HILLEN, C.; LAVARDA, C. E. F. Orçamento e ciclo de vida em empresas familiares em processo de sucessão. *USP, São Paulo*, v. 31, n. 83, p. 212-227, maio/ago. 2020. DOI: 10.1590/1808-057x201909600. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rcf/a/7LzqbhMtcVNYQsXJd3GP48b/?lang=pt>>. Acesso em: 02/06/2025.

INACIO, D. G. Desafios e implicações na gestão de empresas familiares: um estudo de caso da refricel refrigeração e climatização. 2024. Disponível em:

<<https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/5637/TCC-19.12.2024.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 07/06/2025.

KARAM, P. B. S.; FILHO, C. A. P. M.; ABIB, G. Conflicts in boards of family firms: a theoretical framework for strategic decision-making: a theoretical framework for strategic decision-making. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 23, n. 6, p. 703- 720, nov. 2019. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rac/a/hGfxjnypZKRzzgp5NXBdbkj/?format=pdf&lang=en>>. Acesso em: 07/06/2025.

KAVESKI, I. D. S.; BEUREN, I. M. Comportamento *stewardship* e desempenho gerencial em empresas familiares. *Revista de Contabilidade e Organizações*, São Paulo, Brasil, v. 16, p. e195446, 2022. DOI: 10.11606/issn.1982-6486.rco.2022.195446.

Disponível em: <<https://revistas.usp.br/rco/article/view/195446>>. Acesso em: 02/06/2025.

LAGUNDE, V. B.; SIPPERT, J. T. A importância da contabilidade no processo de sucessão de uma empresa familiar. *Revista interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 185–197, 2021. DOI: 10.33053/revint.v8i1.350.

Disponível em:

<<https://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/revint/article/view/350>>. Acesso em: 12/05/2025.

LIMA, I. G.; CARMO, C. R. S.; CUNHA, F. S.; OLIVEIRA, M. G. de. **Aspectos qualitativos da informação contábil: uma revisão analítica acerca da qualidade informacional introduzida a partir dos normativos contábeis estabelecidos pelo CPC, IASB E FASB.** Revista Mineira de Contabilidade, [S. l.], v. 4, n. 48, p. 32–42, 2016.

Disponível em: <<https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/248>>. Acesso em: 07/06/2025.

LUCHE, J. R. D.; FREITAS, C. R. **Empresas Familiares e a IA: Governança, Desafios e Sucesso.** Recife: Even3 Publicações, 2024. DOI 10.29327/5445530. Disponível em:

<<https://publicacoes.even3.com.br/book/empresas-familiares-e-a-ia-governanca-desafios-e-sucesso-4455305#:~:text=O%20livro%20explora%20a%20import%C3%A2ncia,empresariais%20%20gerando%20desafios%20e%20oportunidades>>. Acesso em: 15/04/2025.

MARCELINO, Carolina Venturini; SUZART, Janilson Antonio da Silva. O papel das informações contábeis no processo decisório das indústrias situadas na Região Metropolitana de Salvador. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, [S. l.], Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1090>. Acesso em: 14/08/2025.

MATTES, C. S.; DALONGARO, R. C.; WESZ, L. F. P. **A história da contabilidade e seus aspectos contemporâneos: Uma contribuição teórica ao profissional da atualidade.**

RICADI- Revista Interdisciplinar Contabilidade, Administração e Direito, São Luiz Gonzaga, Vol. 04, p. 55-56, Jan/Jul 2018. Disponível em: <<https://urisaoluiz.com.br/site/wp-content/uploads/2018/08/Revista-4%C2%AA-edi%C3%A7%C3%A3o-1-Artigo-03.pdf>>. Acesso em: 07/06/2025.

MONTEIRO, G. L.; YAMAUCHI, J. M.; KUMANAYA, D. R. G.; MORAES, L. E. de O.; BONINI, L. M. de M. **Sucesso e profissionalização nas empresas familiares: o RH como fator estratégico nesse processo.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 8, n. 10, p. 1449–1465, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i10.7248.

Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7248>>. Acesso em: 17/05/2025.

MOREIRA, R. de L.; RESSURREIÇÃO, D. S. **Qualidade da informação contábil na pandemia: a comparabilidade dos relatórios financeiros das companhias de saúde.** Revista Mineira de Contabilidade, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 67–77, 2024. DOI: 10.51320/rmc.v25i2.1560. Disponível em:

<<https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/1560>>. Acesso em: 07/06/2025.

MOURA, G. L.; JUCÁ, K.; VIEIRA, R. S. G. **Governança, Inovação e Empreendedorismo Feminino de Alto Impacto Social: O Que Aconselharia John Davis a 20 Mulheres Líderes Sobre o Futuro dos seus Empreendimentos?** Revista Portuguesa de Gestão Contemporânea, V.5, Nº1, p.66-82, jan./jun. 2024. Disponível em:

<<https://revistas.editoraenterprising.net/index.php/rpgc/article/view/790/980>>. Acesso em: 06/05/2025

MUCCI, D. M. **A profissionalização como pilar para a preservação da essência da empresa familiar.** Revista Mineira de Contabilidade, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 4–9, 2020. Disponível em: <<https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/1299>>. Acesso em: 17/05/2025.

PAUL, S. S. **BUSINESS - BENEFITS AND CHALLENGES OF FAMILY OWNED BUSINESS.** In: *Futuristic Trends in Management Volume 3 Book 7*. [s.l.] IIP Series, 2024. Disponível em: <<https://iipseries.org/assets/docupload/rs1202420D4673DE945639.pdf>>. Acesso em: 07/06/2025.

PERONI, C. **Conflitos decorrentes do processo sucessório em empresa familiar : um estudo de caso.** 2020. Disponível em: <<http://repositorio.upf.br/bitstream/riupf/2178/1/PF2020Carine%20Peroni.pdf>>. Acesso em: 07/06/2025.

POSSER, T. *et al.* **A contabilidade gerencial nas empresas familiares: um estudo em uma distribuidora de produtos hospitalares.** In: Anais do InternationalConference in Management andAccounting - Congresso de Gestão e Controladoria da Unochapecó - Congresso FURB de Ciências Contábeis - Congresso de Iniciação Científica. Anais...Chapecó(SC) Unochapecó, 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/cogecont2021/397150-a-contabilidade-gerencial-nas-empresas-familiares--um-estudo-em-uma-distribuidora-de-produtos-hospitalares/>>. Acesso em: 27/05/2025.

PROCOPIO, D. F.; DE ASSIS, P. R.; MAIA JUNIOR, A. J.; SANTANA, E.; CORRÊA, S. R. dos S. **Desvendando o futuro financeiro: a revolução dos sistemas de informação na contabilidade gerencial empresarial.** *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, [S. l.], v. 16, n. 11, p. 28800–28816, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.11-242. Disponível em: <<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/3364>>. Acesso em: 10/05/2025.

SALGADO, N. DE N. B.; SOUZA, P. V. S. DE; SOUSA, A. M. DE. **IFRS S1 e S2: Avanço na Qualidade das Informações Contábeis?.** Revista Paraense de Contabilidade, v. 10, n. 1, p. 1-9, 22 jan. 2025. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/388493828_IFRS_S1_e_S2_Avanco_na_Qualidade_e_das_Informacoes_Contabeis>. Acesso em: 07/06/2025.

SANTOS, E. G. O.; SANTOS, R. G. L. **A governança corporativa: aplicação em empresa familiar.** E-book VI JOIN... Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 17-32. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65156>>. Acesso em: 17/05/2025.

SEBRAE. **Negócios familiares: entenda como eles funcionam.** 2022. Disponível em:
<<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/as-caracteristicas-de-negocios-familiares,48e89e665b182410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 01/04/2025.

SEBRAE. **Vantagens e desafios na gestão das empresas familiares.** 2024. Disponível em:
<<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/am/artigos/vantagens-e-desafios-na-gestao-das-empresas-familiares,5d776f10703bd810VgnVCM1000001b00320aRCRD#:~:text=As%20empresas%20familiares%20empregam%2075,%C3%A0%20sucesso%C3%A3o%20de%20tr%C3%AAs%20gera%C3%A7%C3%B5es>>. Acesso em: 01/04/2025.

SILVA, A. C. da.; OLIVEIRA, M. S. da S. S. **A importância do processo sucessório nas empresas familiares.** E-Acadêmica, [S. l.], v. 5, n. 3, p. e0453556, 2024. DOI: 10.52076/eacad-v5i3.556. Disponível em:
<<https://www.eacademica.org/eacademica/article/view/556>>. Acesso em: 02/06/2025.

SILVA, M. A. C.; SOARES, C. S. A.; NETO, J. E. B. **Qualidade da informação contábil e fiscal no Brasil.** REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 330–347, 2025. DOI: 10.21680/2176-9036.2025v17n1ID35441. Disponível em:
<<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/35441>>. Acesso em: 07/06/2025.

SILVA, N. P. da.; MAZZIONI, S.; VARGAS, L. A. **Qualidade da informação contábil: uma análise das empresas de utilidade pública listadas na B3.** CONTABILOMETRIA - *Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, Monte Carmelo, v. 7, n. 1, p. 61-76, jan.-jun./2020. Disponível em:
<<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/contabilometria/article/view/1796>>. Acesso em: 24/04/2025.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos.** Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em:
<<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>>. Acesso em: 13/05/2025.

SOUSA, M. B. **A contabilidade rural como ferramenta estratégica: estudo sobre a importância para empresas familiares do agronegócio.** 2024. Disponível em:
<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/43307/1/Mylena%20Bispo%20-%20VF%20-%2013%20nov%202024_Windsor%20Espenser%20Vei%201.pdf>. Acesso em: 02/06/2025.

SOUZA, A. A. de.; FONSECA, S. E.; MARTUCHELI, C. T. **Qualidade das**

informações contábeis, governança corporativa e desempenho financeiro: uma análise comparativa de empresas brasileiras e francesas. Revista Catarinense da Ciência Contábil, [S. l.], v. 21, p. e3322, 2022. DOI: 10.16930/2237-766220223322. Disponível em: <<https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3322>>. Acesso em: 20/05/2025.

TEODÓSIO, I. R. M.; MEDEIROS, J. T.; VASCONCELOS, A. C. de; DE LUCA, M. M.

Qualidade das informações contábeis e risco sistemático no mercado acionário brasileiro. Revista Catarinense da Ciência Contábil, [S. l.], v. 22, p. e3357, 2023. DOI: 10.16930/2237-766220233357. Disponível em: <<https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3357>>. Acesso em: 07/06/2025.

VACARI, S. S.; ECKERT, A.; LEITES, E. T.; FONTANA, F. B.; MECCA, M. S. **A contabilidade como ferramenta de gestão e incremento da competitividade para micro e pequenas empresas.** Revista Conhecimento Contábil, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 71–92, 2023.

DOI: 10.31864/2447-2921.2023.5302. Disponível em: <<https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RCC/article/view/5302>>. Acesso em: 12/05/2025.

ZANATTO, T.; GILIOLI, R. M. **Os desafios da gestão em uma empresa familiar.** Empreendedorismo, Gestão e Negócios, v. 8, n. 8, Mar. 2019, p. 293-306. Disponível em: <<https://fatece.edu.br/arquivos/arquivos-revistas/empreendedorismo/volume8/Tatiane%20Zanatto;%20Rosecler%20Maschio%20Gilio%20li.pdf>>. Acesso em: 09/06/2025.

Capítulo 4
A FORMAÇÃO DOCENTE E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO:
UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS EM SALA DE AULA
Francisco Silva Oliveira

A FORMAÇÃO DOCENTE E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS EM SALA DE AULA



DOI: 10.5281/zenodo.17457409

Francisco Silva Oliveira

Graduando em Letras inglês e português pelo Universidade Estadual do Maranhão.

Nascido e residente em Santa Luzia do Paruá-Ma, é atuante como professor da municipal de educação e particular, além de atuar como pesquisador do grupo de pesquisa MELP (UEMA)

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a formação docente e quais as dificuldades curriculares e práticas a respeito da inclusão, partindo da crua realidade dos professores. Se pode argumentar que a formação docente básica não se debruça com afinco no estudo da educação especial e inclusiva, ou seja, é insuficiente, pois torna o trabalho prático do profissional da educação mais difícil por não sido contemplado com esse estudo na graduação. Nesse sentido, os estágios curriculares não preparam o graduando para lidar com a realidade e os desafios de uma sala com alunos com deficiência. O presente trabalho se dá a partir de uma pesquisa bibliográfica que servirá de base para a reflexão do assunto e apontar as possíveis soluções para essa problemática que possui uma série de problemas.

Palavras-chave: Educação especial, inclusão, formação docente, escola.

1. Introdução

A formação docente de qualidade é um dos pilares centrais para a construção de uma educação de qualidade. No entanto, a realidade é destoante no tocante a esse assunto, pois o currículo das licenciaturas ainda não é contemplado com disciplinas totalmente voltadas para a área da educação especial e inclusiva. Muito se discute e pesquisa a respeito da educação no tocante a abordagens e métodos de ensino

inclusivos, partindo de teorias da adaptação que são postas na prática. Segundo Reis e Coutinho (2024), a educação especial e inclusiva no Brasil representa um campo dinâmico e desafiador, cuja trajetória reflete mudanças sociais, políticas e pedagógicas profundas.

Os estágios curriculares não são suficientes para preparar os graduandos para o ensino com equidade e atenção devida aos alunos com necessidades especiais. Não há uma preparação prévia por parte da grade curricular. Temas como educação especial e currículo vêm, atualmente, recebendo atenção das reformas educacionais, dos pesquisadores e da comunidade escolar, embora com distintas formas de preocupação.

As pesquisas científicas têm contribuído de forma expressiva na compreensão de transtornos e de como fazer uso de métodos para que o educando tenha êxito nas habilidades propostas para a sua série. Mas, ainda assim, a prática escolar não é inclusiva, mesmo sendo um direito constitucional que, além dele, é assegurado por outro documento importantíssimo: o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Há variedade de dispositivos legislativos que contribuem para que haja a garantia de um ensino de qualidade e equitativo, mas os formandos não saem da graduação preparados para lidar com crianças atípicas, tornando a formação docente incompleta e o ensino-aprendizagem ineficiente.

2. Desenvolvimento

2.1. Educação Inclusiva: Conceitos e Princípios

Pensar em uma educação que seja abrangente e totalmente inclusiva é algo bem recente, que remonta ao pensamento freiriano que visa a democratização da educação. No entanto, apesar dos avanços legislativos e históricos, desafios persistem na contemporaneidade, sobretudo no que diz respeito à resistência cultural, ao despreparo docente e à insuficiência de recursos pedagógicos adaptados. Estudos recentes indicam uma lacuna significativa entre o que é previsto pela legislação e a prática cotidiana nas escolas, reforçando a necessidade de reflexões e ações mais integradas (Santos, 2021).

Segundo o Ministério da educação, Brasil (2007):

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar.(Brasil, 2007, p. 2).

Ao compreender as lacunas que existem dentro do plano real de ensino nas escolas da educação básica brasileira, se nota a importância montar um ambiente que promova igualdade, equidade, protagonismo e acessibilidade. Somente ao estruturar esses pilares que se pode construir uma educação verdadeiramente inclusiva.

2.2. O Professor Diante da Diversidade

O docente é peça chave no contexto escolar e no processo de ensino aprendizagem, pois é o agente de transformação social que acolhe e prepara os discentes para a sociedade. O processo de formação do profissional da educação é um processo crucial e deve ser contínuo, ele não pode se prender somente a graduação, pois ele tem que estar devidamente preparado para os desafios do “chão da sala de aula” ao qual ele ministrará conteúdos e vai ser inclusivo. Como afirma Canen e Xavier (2011):

A formação de professores, seja ela inicial ou continuada, constitui-se como um locus privilegiado, não só para refletir e discutir sobre essas questões, como para a criação e a implementação de proposições que possibilitem vislumbrar novos caminhos e avanços no que tange ao trato da diversidade cultural no contexto escolar(CANEN, XAVIER, 2011, p. 641)

O professor na contemporaneidade não apenas leciona, mas ajuda o aluno ter acesso à informação, atendendo como mediador, ou seja, facilitador do conhecimento. Em contrapartida, existem uma série de desafios para o professor para que ele possa executar um bom trabalho, como a falta de apoio da família, a sobrecarga da função que o obriga a se desdobrar para planejar aulas, participar de reuniões, corrigir trabalhos e atuar como mediador. Além disso, o grande número de alunos por sala

torna o desenvolvimento do fazer pedagógico menos eficaz, dificultando a prática da inclusão no ambiente escolar.

Para além das adversidades já citadas, o currículo das licenciaturas não têm uma grade específica para a educação especial e inclusiva, deixando uma falha na formação dos docentes. A exemplo, não se consegue aplicar o ensino de forma eficaz com aluno que possua uma deficiência como TEA (transtorno do espectro autista), sem entender o transtorno e quais os meios para adaptar o conteúdo trabalho ao aluno para que ele aprenda e se torne o foco principal de todo o processo. Essa falha na formação de professores desencoraja os graduandos no período de estágio curricular obrigatório, pois lhe foram passados o conteúdo programático e a didática para lecionar, mas não como lidar com alunos que tenham necessidades especiais. Dessa forma, se cria um limbo entre os professores despreparados e os alunos, que, por mais que haja legislação que assegurem seus direitos, não terão uma educação inclusiva e equitativa. Por isso, se faz necessário mudanças no currículo das licenciaturas, para que, assim, a educação brasileira seja inclusiva e se cumpram as leis de acesso à educação de qualidade.

2.3. Práticas Pedagógicas Inclusivas

As práticas do fazer pedagógico, são as metodologias que asseguram a eficácia do processo de ensino aprendizado para os alunos. As autoras Pereira e Pimentel (2020) destacam a importância de uma pedagogia que valoriza a diversidade e o tempo de cada aluno, afirmando que:

(...) as práticas pedagógicas inclusivas problematizam as concepções disseminadas socialmente acerca dos estigmas produzidos sobre os alunos que aprendem num tempo e ritmo diferenciados, corroborando com o entendimento que a diversidade faz parte da condição humana. O desenvolvimento de tais práticas requer que o professor centralize seu olhar nas potencialidades dos estudantes, escolhendo metodologias, recursos, estratégias que desafiem os discentes e permitam a aprendizagem e o desenvolvimento. (PEREIRA; PIMENTEL, 2020, p. 2)

É preciso que haja adaptações no meio de ensino, como estratégia metodológica para que o processo de ensino aprendizado seja feito com êxito e equidade, assim atendendo as necessidades de alunos atípicos. Essas adequações podem ser feitas das diversas formas, como o uso de recursos tecnológicos ou

didáticos, mas cabe ao professor entender a realidade do discente e seu conhecimento de mundo para empregar a melhor abordagem de ensino. Dessa forma, o aluno se torna o protagonista, transformando o esse vínculo entre ele e o professor em uma troca de conhecimentos e experiências que contribuem para o crescimento profissional e social de ambos sujeitos. Segundo Correa (1989):

Para se reproduzir e reproduzir a estrutura social onde se insere, a escola não pode limitar-se a assegurar a sua reprodução. Ela tem de produzir inovações, tem de reproduzir na inovação e reproduzir inovações. Inovações que sejam parcelares, segmentares, racionais, e controladas e cuja introdução não questione o contexto institucional em que são concebidas, em suma, inovações que não sejam inovantes, que não desencadeiem um movimento “incontrolado” e “irracional” de produções de inovações (CORREA, 1989, p. 14).

O desenvolvimento dos alunos no ambiente escolar é resultado de uma série de fatores. Entre eles a presença da família se destaca, mesmo com um papel secundário, tem um peso considerável em todo processo de ensino, pois o acompanhamento escolar. A sua necessidade é vital para que o docente melhore ou mantenha o seu desempenho, continue engajado e motivado a participar ativamente da vida escolar sem restrições. O auxílio dos responsáveis pode ser visto na participação das reuniões escolares, auxiliando o discente na rotina de estudos, valorização de empenho e cuidando do socioemocional da criança.

As adaptações para crianças com necessidades especiais são imprescindíveis para o sucesso da aprendizagem e educação inclusiva, mas sem a presença da família nesse processo, as chances de falha são maiores que a de acertos.

2.4 A Formação Docente no Contexto da Inclusão

É perceptível a importância das licenciaturas na contemporaneidade e o seu difícil papel de formar novos seres autônomos e responsáveis pelo futuro. Mas em contrapartida se nota um defeito gritante na formação docente, a não inclusão de uma ou mais cadeiras que contemplem os transtornos comumente avistados em sala, os quais não recebem a atenção que deveria pelo fato de a maioria dos profissionais formados, mesmo passando pelo estágio supervisionado, não tem competência para trabalhar com crianças atípicas por não terem tido a formação para lidar com esses discentes.

O estágio é o primeiro contato dos graduandos com a realidade escolar, mas o contato inicial não resolve o problema abordado no presente artigo. O acadêmico de Letras, Matemática e outras graduações não são oportunizados como de pedagogia que obrigatoriamente tem cadeiras específicas para os estudos dos transtornos, com trabalhar com as crianças portadoras deles e como realizar as adaptações.

Ao analisar da seguinte perspectiva, é mais entender a gravidade do problema. Para criar um ambiente inclusivo, precisa começar na formação docente, que prioriza a experimentação docente, pesquisa e extensão, enquanto tangencia o estudo da educação especial e inclusiva que fará falta ao futuro docente que pisará em salas lotadas de alunos e diversos outros problemas. Dessa forma, a inclusão é minada no processo anterior ao ensino, comprometendo a formação e fechando os olhos do professor para um dos maiores desafios da carreira docente, a necessidade de ensinar e abranger todos os alunos com equidade respeitando suas dificuldades.

2.5 Desafios e Barreiras para a Inclusão em Sala de Aula

Ao imaginar a inclusão no ambiente escolar, logo se pensa em um espaço amplo com estrutura adequada, profissionais qualificados e de apoio, sala cheia de recursos, mas essa não é a realidade de todas as escolas da educação básica brasileira. O que se tem é uma quantidade reduzida de recursos pedagógicos e, quando se necessita desses recursos, o docente se vê obrigado a desembolsar do próprio ganho para garantir um direito basilar dos estudantes.

Da perspectiva do professor, isso é desestimulante. A classe não recebe o um piso salarial que valorize e torne a profissão digna. Além disso, há situações em que o profissional da educação se percebe sozinho em uma sala com diversas crianças, tendo o objetivo de as alfabetizar e não tendo alguém para lhe auxiliar, dificultando ainda mais o processo. Já na educação de anos finais, o que normalmente acontece é o descaso da coordenação que mesmo tendo ciência de alunos atípicos, não os assiste de maneira adequada ou provém profissional especializado para atuar na tutoria e auxílio de cada professor que se encontra em sala de aula. Outro ponto muito importante é a estrutura, pois os esforços de vários profissionais são desvalidados devido a estruturar escolar em diversos locais que dificultam a aplicabilidade das adequações que tentam promover a equidade e acessibilidade no ambiente de ensino.

Entre outros problemas que tem ligação direta ao tema abordado é a falta de incentivo a buscar de formação continuada. Se pensar em acessibilidade e viabilizações para o ensino, se nota uma serie de problemas e, da mesma forma é com o acesso a formação continuada. Os programas de formação continuada não tempo possuem maneiras práticas de acesso como extensões universitárias por meio de polos espalhados em diversas localidades, facilitando a entrada de educadores, os preparando para melhor lidar com os discentes na sala de aula.

Considerações Finais

Em virtude dos fatos mencionados, é notório que somente a formação docente é suficiente para garantir a inclusão no ambiente escolar de maneira assertiva, pois para se alcançar tal feito é preciso haver mudanças nas grades curriculares das licenciaturas, fazendo com que os graduandos tenham acesso a cadeiras não mais optativas, preparando-o para todas as eventuais situações da profissão e já o situando para o que ele encontrar no estágio supervisionado.

Uma possível solução é conscientização da classe que a graduação não é suficiente, e há uma necessidade real da formação continuada. A busca de conhecimento e aprimoramento não continuar sendo vista como uma questão pessoal e sim uma contribuição para a sociedade como um ensino de qualidade. Além disso, a entrada nos PPGs são uma ótima forma de produção de conhecimento, pois eles influenciam o aluno a produzir e pesquisar, enquanto se qualifica.

Também é preciso que haja mais investimento em educação em educação. Para isso se faz preciso dar continuidade a luta que se iniciou em 2011, que ainda tramita no Congresso, para que o valor repassado a educação brasileira seja o de no mínimo 10% do produto interno bruto do país. Da mesma forma, não se pode deixar que o contrário aconteça, pois há uma queda nos gastos com a educação que ocorreu entre 2015 e 2021. Com o investimento adequado se pode promover a estrutura adequada, merenda de qualidade, abundância de recursos pedagógicos e salários que valorizem a classe dos profissionais docentes.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 4 set. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.
- CANEN, Ana; XAVIER, Giseli Pereli de Moura. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 777-795, set./dez. 2011.
- CORREIA, J A. **Inovação Pedagógica e Formação de Professores**. Porto. Edições ASA. 1989.
- MOREIRA, Laura Ceretta; BAUMEL, Roseli C. Rocha de C. Currículo em educação especial: tendências e debates. **DOSSIÊ - CULTURA E ESCOLA: SABERES, TEMPOS E ESPAÇOS COMO DIMENSÕES DO CURRÍCULO**, [s. l.], 9 mar. 2015. Disponível em: [https://doi.org/10.1590/0104-4060.224]. Acesso em: 04 de set. de 2025
- PELO. **Mito derrubado: “O Brasil já investe o suficiente em educação porque gasta um percentual do PIB similar à média dos países da OCDE”**. Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2025/04/10/mito-derrubado-o-brasil-ja-investe-o-suficiente-em-educacao-porque-gasta-um-percentual-do-pib-similar-a-media-dos-paises-da-ocde/>.
- PEREIRA, Delma dos Santos Silva; PIMENTEL, Susana Couto. **Práticas pedagógicas inclusivas: um direito de aprender**. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL NORDESTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (EPEN), 25., 2020. **Trabalho Completo [...]**. [S. l.]: ANPED, 2020. p. 6721-6734. ISSN 2595-7945.
- Reis, M. R., & Coutinho, D. J. G. (2024). **HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO BRASIL**. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 10(12), 2725–2741. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i12.17490>
- SANTOS, L. S. R. **Políticas públicas e educação especial: análise crítica dos avanços e desafios na implementação da inclusão escolar**. Aracaju: UFS, 2024. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br>. Acesso em: 4 set. 202.
- TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M. DOS; FREITAS, M. N. C. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 4, p. 527–542, dez. 2016.

Capítulo 5
**REGULAMENTAÇÃO DAS APOSTAS NO BRASIL:
DESAFIOS CONSTITUCIONAIS, ECONÔMICOS E SOCIAIS
ENVOLVIDOS EM SUA IMPLEMENTAÇÃO COMPARATIVO
INTERNACIONAL**
Matheus Correia Pontes

REGULAMENTAÇÃO DAS APOSTAS NO BRASIL: DESAFIOS CONSTITUCIONAIS, ECONÔMICOS E SOCIAIS ENVOLVIDOS EM SUA IMPLEMENTAÇÃO COMPARATIVO INTERNACIONAL

 DOI: 10.5281/zenodo.17459454

Matheus Correia Pontes

Mestrando Acadêmico em Direito Constitucional Econômico das Faculdades Alves Faria – UNIALFA. Goiânia-GO. E-mail: Adv.matheuscorreia@gmail.com. Instagram: @Matheuscorreiap

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar criticamente os limites e desafios da regulamentação das apostas eletrônicas no Brasil, à luz da recente promulgação da Lei nº 14.790/2023. O problema jurídico que orienta esta investigação consiste em verificar se o atual modelo normativo brasileiro, centrado na arrecadação e autorização formal da atividade, é capaz de promover justiça fiscal, proteção ao consumidor e prevenção de danos sociais. O objetivo geral da pesquisa é avaliar, sob uma perspectiva constitucional e econômica, a efetividade regulatória da nova legislação. Especificamente, busca-se: (i) contextualizar a evolução normativa das apostas no Brasil; (ii) examinar os fundamentos constitucionais da intervenção estatal nesse setor; (iii) discutir o papel da tributação com função extrafiscal; (iv) identificar os riscos decorrentes da hipervulnerabilidade do consumidor-apostador; e (v) comparar modelos regulatórios internacionais que possam oferecer parâmetros ao ordenamento nacional. Utilizando-se do método dedutivo, com base em revisão bibliográfica e análise de dados empíricos oficiais, conclui-se que a eficácia da regulamentação brasileira depende de uma atuação estatal articulada e técnica, voltada à prevenção do vício, à fiscalização ativa das operadoras e à promoção de um ambiente digital seguro. Defende-se um modelo regulatório equilibrado, que integre princípios constitucionais da dignidade humana, da função social da atividade econômica e da proteção integral do consumidor.

Palavras-chave: apostas eletrônicas; direito do consumidor; função fiscal; regulação econômica; justiça social.

ABSTRACT

This article critically examines the regulatory limits and challenges of electronic betting in Brazil in light of the recent enactment of Law No. 14,790/2023. The central legal issue addressed is whether the current Brazilian regulatory framework—focused on taxation and formal authorization—is sufficient to promote fiscal justice, consumer protection, and social harm prevention. The general objective is to assess, from a constitutional and economic perspective, the effectiveness of the new legislation. Specifically, the study aims to: (i) contextualize the normative evolution of betting in

Brazil; (ii) examine the constitutional foundations of state intervention in this sector; (iii) discuss the role of taxation with an extrafiscal function; (iv) identify the risks stemming from the hypervulnerability of the betting consumer; and (v) compare international regulatory models that may guide national improvements. Using a deductive method based on literature review and empirical data analysis, the article concludes that the success of the Brazilian regulation depends on a technically coordinated and proactive state intervention, directed at addiction prevention, effective oversight of betting operators, and the promotion of a secure digital environment. The study advocates for a balanced regulatory model grounded in constitutional principles such as human dignity, the social function of economic activity, and comprehensive consumer protection.

Keywords: electronic betting; economic law; consumer protection; extrafiscal function; fiscal justice.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil vivenciou um processo acelerado de digitalização das relações de consumo, o que impactou diretamente a forma como atividades tradicionalmente proibidas ou reguladas, como os jogos de azar, passaram a se manifestar. As apostas eletrônicas, particularmente as chamadas apostas de quota fixa, cresceram exponencialmente, operando à margem da legislação vigente até o advento da Lei nº 14.790/2023¹.

A regulamentação das apostas no Brasil revela-se, portanto, como uma tentativa de resposta do Estado a um fenômeno consolidado socialmente. No entanto, essa resposta deve ser analisada criticamente sob o prisma constitucional, especialmente no que se refere à função social da ordem econômica, aos limites da livre iniciativa e à defesa dos direitos dos consumidores, cuja vulnerabilidade é acentuada no ambiente digital.

A comparação com modelos internacionais fornece parâmetros relevantes. No Reino Unido, a UK Gambling Commission atua como autoridade independente desde o Gambling Act de 2005², exigindo medidas rígidas de proteção ao consumidor, como limites de perda, autoexclusão e prevenção de danos sociais. Na Itália, o Decreto Dignità (2018) proibiu integralmente a publicidade de jogos de azar em meios de

¹ BRASIL. **Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023**. Dispõe sobre a tributação das apostas de quota fixa e altera as Leis nº 5.172/1966, nº 9.613/1998, nº 13.756/2018 e nº 14.183/2021. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 29 dez. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14790.htm. Acesso em: 6 jun. 2025.

² UNITED KINGDOM. **Gambling Act 2005**. London: The National Archives, 2005. Disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2005/19/contents>. Acesso em: 6 jun. 2025.

comunicação e plataformas digitais³, enfrenta críticas por não assegurar canais informativos eficazes ao público, favorecendo a migração para plataformas ilegais. Tais exemplos demonstram que o sucesso de uma política de regulação das apostas depende do equilíbrio entre controle, transparência e educação.

Com base na doutrina de Almeida (2006), Pasqual e Manfroi (2024), Vasques e Cunha (2024), e em dados oficiais, este artigo pretende oferecer uma análise reflexiva sobre os fundamentos e os desafios da regulação das apostas on-line no Brasil.

2. EVOLUÇÃO NORMATIVA E A LEI Nº 14.790/2023

A trajetória normativa brasileira em relação aos jogos de azar é marcada por um longo período de proibição. Desde o Decreto-Lei nº 9.215, de 1946⁴, o Estado brasileiro adotou uma postura moralizante e repressiva, banindo a exploração de atividades consideradas contrárias aos bons costumes e à ordem pública. Tal proibição, porém, manteve-se anacrônica diante da expansão global dos mercados de entretenimento e da emergência de novas tecnologias de interação digital.

Seguindo essa lógica, extrai que “O Brasil enfrentou, nos últimos anos, finalmente uma substituição do tratamento criminal/contravencional da matéria por uma disciplina econômica, fiscal e extrafiscal” (VASQUES; CUNHA, 2024, p. 38)⁵.

O marco inaugural de abertura regulatória ocorre com a promulgação da Lei nº 13.756/2018, que autorizou a modalidade de apostas de quota fixa, condicionando sua implementação a futura regulamentação. Durante esse período de “vácuo regulatório”, plataformas estrangeiras passaram a operar de forma indireta no país, valendo-se da ausência de proibição expressa para captar usuários brasileiros e movimentar cifras bilionárias.

“Ocorre que durante mais de quatro anos após a aprovação nenhuma regulamentação foi aprovada, o que ocorreu somente em 2023. O

³ ITÁLIA. **Decreto-Legge nº 87, de 12 de julho de 2018**. Disposizioni urgenti per la dignità dei lavoratori e delle imprese (*Decreto Dignità*). *Gazzetta Ufficiale della Repubblica Italiana*, Roma, 13 jul. 2018. Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2018/07/13/18G00122/sg>. Acesso em: 6 jun. 2025.

⁴ BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946**. Proíbe o funcionamento de cassinos em todo o território nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Rio de Janeiro, RJ, 30 abr. 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del9215.htm. Acesso em: 6 jun. 2025.

⁵ VASQUES, Priscilla Maria Santana Macedo; CUNHA, Isaac Rodrigues. **Regulamentação, tributação e proteção do consumidor nas apostas eletrônicas: o lugar das ‘e-bets’ no direito brasileiro**. *Revista Interagir*, Fortaleza, v. 19, n. 127, p. 38-41, jul./set. 2024

resultado desta inércia legislativa foi a proliferação de empresas explorando apostas esportivas no Brasil, e da forma que lhes parecia mais conveniente, pois não tinham qualquer regulamentação a seguir.” (PASQUAL; MANFROI, 2024, p. 177)⁶.

A Lei nº 14.790/2023 surge como resposta institucional a esse cenário de informalidade e crescimento exponencial do mercado. Inspirada em modelos internacionais, a norma define os contornos jurídicos para a exploração comercial das apostas de quota fixa, abrangendo desde requisitos de autorização e obrigações fiscais até normas de compliance, integridade e responsabilidade social.

Segundo Silva e Rezende (2024), “A regulamentação das apostas de quota fixa por meio da Lei nº 14.790/2023 configura importante avanço legislativo, pois estabelece um marco legal que oferece segurança jurídica, arrecadação fiscal e mecanismos de controle, rompendo com a zona de incerteza normativa que antes prevalecia.” (SILVA; REZENDE, 2024, p. 5549)⁷.

A estrutura normativa da nova lei é complementada por uma série de portarias do Ministério da Fazenda – como as de nº 1.330/2023⁸, nº 561/2024⁹ e nº 827/2024¹⁰ – que detalham as exigências operacionais para as casas de apostas, estabelecendo capital mínimo, plano de integridade, critérios de publicidade e mecanismos de controle interno. Segundo nota técnica da SENACON “*Não basta disciplinar a atividade econômica formalmente. É necessário que o Estado esteja aparelhado com estrutura técnica e orçamentária suficiente para garantir a eficácia regulatória*”

⁶ PASQUAL, Cristina Stringari; MANFROI, Geórgia. **Jogos de azar e de apostas de quota fixa on-line: reflexões sobre a proteção do consumidor-apostador**. Revista de Direito do Consumidor e Garantia dos Direitos, Natal, v. 17, n. 1, p. 176–193, jan./jun. 2024.

⁷ SILVA, Eduardo Cardoso da; REZENDE, Paulo Izídio da Silva. *A regulamentação das apostas esportivas no Brasil: a Lei nº 14.790 de 29 de dezembro de 2023*. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 5549, out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i10.16433>.

⁸ BRASIL. Ministério da Fazenda. *Portaria Normativa MF nº 1.330, de 26 de julho de 2023*. Estabelece as regras gerais para a exploração comercial de apostas de quota fixa no Brasil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 jul. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mf-n-1.330-de-26-de-julho-de-2023-498147006>. Acesso em: 06 jun. 2025.

⁹ BRASIL. Ministério da Fazenda. *Portaria Normativa MF nº 561, de 8 de março de 2024*. Dispõe sobre a política de integridade, requisitos técnicos e procedimentos para autorização das empresas operadoras. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mf-n-561-de-8-de-marco-de-2024-529137321>. Acesso em: 06 jun. 2025.

¹⁰ BRASIL. Ministério da Fazenda. *Portaria Normativa MF nº 827, de 25 de abril de 2024*. Regulamenta os procedimentos de fiscalização, critérios de publicidade e penalidades aplicáveis às operadoras de apostas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 abr. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mf-n-827-de-25-de-abril-de-2024-534124898>. Acesso em: 06 jun. 2025.

(BRASIL, 2025, p. 5)¹¹.

No entanto, conforme alertam Pasqual e Manfroi (2024), embora tecnicamente densa, a regulamentação carece de efetividade institucional, sobretudo no que diz respeito à criação de um órgão regulador independente com capacidade técnica e orçamentária, vejamos:

“A nova regulamentação não apenas estabelece normas claras para a operação de empresas de apostas, mas também busca assegurar a proteção dos consumidores, reconhecendo a vulnerabilidade inerente às relações de consumo. No entanto, a efetividade dessas normas ainda é um desafio, especialmente considerando o contexto das publicidades enganosas e as táticas de marketing agressivas que frequentemente utilizam influenciadores digitais para atrair um público vulnerável, muitas vezes sem a devida transparência sobre os riscos envolvidos”¹²

Por fim, é necessário destacar que o marco legal brasileiro ainda não se descolou integralmente de sua herança proibitiva. A regulamentação proposta é densa, mas incipiente na articulação com políticas públicas sociais, sobretudo no que tange à prevenção da ludopatia, à proteção de consumidores vulneráveis e à responsabilização por danos coletivos.

Quanto à ludopatia, é relevante destacar sua classificação técnica no campo da saúde mental. Conforme citam Vasques e Cunha (2024)¹³, “o jogo compulsivo é classificado como uma espécie de transtorno mental não relacionado à substância (APA, 2014), e o jogo patológico é doença, de CID 10 V F63.0 (WHO, 2019)”.

O ordenamento vigente traça um caminho, mas ainda exige investimento político e institucional para consolidar-se como instrumento efetivo de justiça econômica e proteção social.

¹¹ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Nota Técnica Conjunta SEDECON/SENACON nº 01/2025 – SEI nº 240001.000359/2025-19*. Brasília, 2025. p. 3. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/nota-tecnica-sobre-bets-orienta-atuacao-do-sistema-nacional-de-defesa-do-consumidor/SEI240001_000359_2025_NOTATECNICAACONJUNTASEDCONRJESENACON1.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.

¹² PASQUAL, Cristina Stringari; MANFROI, Geórgia. *Jogos de azar e de apostas de quota fixa on-line: reflexões sobre a proteção do consumidor-apostador*. Revista de Direito do Consumidor e Garantia dos Direitos, Natal, v. 17, n. 1, p. 180, jan./jun. 2024.

¹³ VASQUES, Priscilla Maria Santana Macedo; CUNHA, Isaac Rodrigues. *Regulamentação, tributação e proteção do consumidor nas apostas eletrônicas: o lugar das ‘e-bets’ no direito brasileiro*. Revista Interagir, Fortaleza, v. 19, n. 127, p. 39, jul./set. 2024.

3. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA REGULAÇÃO E FUNÇÃO EXTRAFISCAL DOS TRIBUTOS

A regulação das apostas eletrônicas não pode ser compreendida apenas sob uma ótica econômica ou arrecadatória. Trata-se de um fenômeno jurídico que transita por valores constitucionais fundamentais da ordem econômica, como a função social da atividade econômica, a defesa do consumidor, a livre iniciativa com responsabilidade e a justiça fiscal.

Nos termos do art. 170 da Constituição Federal, a ordem econômica funda-se na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por fim assegurar a todos existências dignas, conforme os ditames da justiça social. A liberdade econômica, portanto, não é absoluta: encontra limites nos princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), da função social (art. 170, III) e da defesa do consumidor (art. 170, V), conforme a Constituição de 1988¹⁴. Assim, como observa Fernando Dias Menezes de Almeida (2006)¹⁵, o Estado regulador tem o dever de intervir em mercados disfuncionais para reequilibrar relações, proteger hipossuficientes e preservar bens jurídicos coletivos.

O mercado de apostas eletrônicas, por sua natureza, apresenta riscos relevantes à saúde pública, ao equilíbrio financeiro das famílias e à integridade de grupos vulneráveis. Justifica-se, portanto, o seu enquadramento como atividade regulada, sujeita a limites, deveres e fiscalização.

Um mercado avaliado em agosto de 2024 segundo dados do próprio Banco Central em sua Nota Técnica 513/2024¹⁶, que constatou uma movimentação de R\$ 20,8 bilhões em transferências recebidas apenas via Pix, importante é sua regulamentação.

Nesse sentido, a Lei nº 14.790/2023 não apenas regula a atividade, mas também institui um conjunto de instrumentos tributários com função extrafiscal, isto é,

¹⁴ BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Art. 1º, inciso III – dignidade da pessoa humana. Art. 170, caput – valorização do trabalho humano, livre iniciativa e justiça social. Art. 170, inciso III – função social da propriedade. Art. 170, inciso V – defesa do consumidor.

¹⁵ ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. *Teoria da Regulação*. In: CARDOZO, José Eduardo Martins et al. (Org.). *Curso de Direito Administrativo Econômico*. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 84.

¹⁶ BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Nota Técnica nº 513/2024 – BCB/SECRE*. Análise técnica sobre o mercado de apostas online no Brasil e o perfil dos apostadores. Brasília, 23 set. 2024. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/09/estudo-apostas-bc-24set2024.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

com objetivo de orientar condutas e mitigar riscos sociais. Dentre esses, destaca-se a criação do Imposto de Intervenção no Domínio Econômico (IDE)¹⁷ incidente sobre a receita bruta operacional das casas de aposta, com alíquota diferenciada e destinação específica. Além disso, a lei prevê contribuição social sobre o prêmio dos apostadores e exige a destinação de parte das receitas ao financiamento de políticas públicas.

Conforme ressalta Canotilho (2007)¹⁸, *“A intervenção por via fiscal, através de medidas extrafiscais, visa condicionar o comportamento dos agentes econômicos, corrigindo distorções do mercado e promovendo objetivos de justiça material”*. A tributação extrafiscal é compatível com o modelo constitucional de intervenção estatal indireta, funcionando como mecanismo de controle sobre práticas econômicas potencialmente lesivas ao interesse público.

A arrecadação, nesse caso, não é um fim em si, mas um meio para atingir objetivos legítimos de proteção, inclusão e correção de desigualdades, a nota técnica da SENACON, também dispõe alerta da temática, ao informar que *“A arrecadação decorrente da atividade de apostas deve necessariamente ser revertida em políticas públicas destinadas à prevenção da ludopatia, à proteção da saúde mental e à educação financeira da população.”*¹⁹

A utilização de tributos como ferramenta regulatória é especialmente importante em mercados como o de jogos, que operam com forte apelo emocional e ampla penetração em segmentos populares. A lógica da tributação seletiva deve refletir a capacidade contributiva real dos operadores e apostadores, sem comprometer o mínimo existencial. Além disso, como destacam Vasques e Cunha (2024)²⁰, *“É imperioso que os recursos arrecadados com a tributação das apostas sejam destinados a ações voltadas à prevenção da ludopatia, à educação financeira e ao tratamento de dependentes, sob pena de a tributação converter-se em mecanismo regressivo e perverso de arrecadação.”*

¹⁷ Capítulo IV – Da Tributação da Exploração Comercial de Apostas de Quota Fixa, Artigos 23 a 26 da Lei nº 14.790/2023 - Os artigos seguintes disciplinam sua base de cálculo, contribuintes, periodicidade e alíquotas. BRASIL. *Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023*. Dispõe sobre a tributação das apostas de quota fixa e institui o Imposto de Intervenção no Domínio Econômico – IDE. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 29 dez. 2023. Cap. IV, arts. 23–26. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14790.htm. Acesso em: 6 jun. 2025.

¹⁸ CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2007. p. 1212.

¹⁹ *Idem* 12.

²⁰ VASQUES, Priscilla Maria Santana Macedo; CUNHA, Isaac Rodrigues. *Regulamentação, tributação e proteção do consumidor nas apostas eletrônicas: o lugar das ‘e-bets’ no direito brasileiro*. Revista Interagir, Fortaleza, v. 19, n. 127, p. 40, jul./set. 2024.

Por fim, é importante reconhecer que a eficácia da regulação constitucional e da tributação extrafiscal depende da criação de mecanismos institucionais de controle social, transparência e fiscalização ativa. A mera previsão legal é insuficiente diante da complexidade do mercado digital. É necessária uma atuação estatal coordenada e tecnicamente capacitada, capaz de articular os princípios da ordem econômica com a proteção de direitos fundamentais.

4. VULNERABILIDADE DIGITAL E PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR-APOSTADOR

O ordenamento jurídico brasileiro consagra, no artigo 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal²¹, o direito fundamental à proteção do consumidor, princípio que adquire contornos ainda mais sensíveis quando aplicado ao contexto digital. No mercado de apostas eletrônicas, o consumidor encontra-se em posição de hipervulnerabilidade – termo que designa uma condição agravada de fragilidade informacional, econômica, emocional e tecnológica. Essa vulnerabilidade é amplificada pelo uso de algoritmos, design persuasivo (*dark patterns*) e dinâmicas comportamentais que induzem a condutas impulsivas e reiteradas de consumo.

Conforme Nota Técnica Conjunta SEDECON/SENACON (2025)²²:

A arquitetura digital das plataformas de apostas é propositalmente projetada com base em princípios da *behavioral economics*, para maximizar o tempo de permanência e o nível de engajamento do usuário. As interfaces utilizam elementos visuais vibrantes, efeitos sonoros associados à sensação de ganho (como toques de ‘vitória’), notificações em tempo real e reforços intermitentes que operam como gatilhos de recompensa, todos inspirados na lógica dos mecanismos de reforço variável utilizados em jogos de azar tradicionais [...]

A ausência de mecanismos de controle sobre a publicidade e a forma como as apostas são promovidas digitalmente tem exposto consumidores, especialmente jovens e populações de baixa renda, a um risco de dano ampliado.”

A hipervulnerabilidade do apostador digital decorre não apenas da sua posição jurídica de destinatário final do serviço, mas sobretudo da ausência de compreensão técnica sobre os sistemas de aposta, as probabilidades reais de ganho e os riscos

²¹ BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Art. 5º, inciso XXXII. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 jun. 2025.

²² BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Nota Técnica Conjunta SEDECON/SENACON nº 01/2025 – SEI nº 240001.000359/2025-19*. Brasília, 2025. p. 3. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/09/estudo-apostas-bc-24set2024.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025

estatísticos envolvidos, exposição de usuários a um sistema complexo, oculto e direcionado para ganhos em razão da sua atividade no sistema. Soma-se a isso a frequente utilização de estratégias de recompensa intermitente e gamificação, que aumentam a adesão ao jogo e reduzem o senso crítico do usuário, de modo a direcionar inconscientemente.

No ambiente digital, a assimetria informacional entre operadores de apostas e usuários é intensificada por barreiras técnicas, econômicas e cognitivas. Como afirmam Pasqualotto e Soares (2017)²³, “o consumidor digital encontra-se em uma posição de hipervulnerabilidade”, não apenas por falta de proficiência tecnológica, mas também pela incapacidade de compreender a lógica algorítmica e os mecanismos persuasivos embutidos nas plataformas. Tal condição exige uma atuação estatal mais robusta, com limites normativos claros e efetivos à exploração econômica, garantindo que a autonomia contratual não seja reduzida a uma ficção jurídica.

Dados divulgados pelo Banco Central (2024)²⁴ revelam que, em agosto de 2024, aproximadamente 5 milhões eram beneficiários do Programa Bolsa Família. A concentração desse público entre os principais usuários das plataformas revela não apenas a capilaridade do mercado, mas também sua penetração em grupos socialmente fragilizados, cujos direitos fundamentais devem ser prioridade na formulação das políticas públicas.

É fundamental compreender que, embora a atividade esteja legalizada, a ausência de mecanismos eficazes de prevenção e reparação aprofunda o desequilíbrio contratual. Como destacam Vasques e Cunha (2024)²⁵:

“A implementação de medidas de contenção de dano é imprescindível, como a imposição de limites compulsórios de tempo de permanência na plataforma, valor máximo de aposta, pausas programadas, mecanismos de autoexclusão, suporte psicológico acessível e avaliação periódica de perfil de risco do usuário” (VASQUES; CUNHA, 2024, p. 40).

²³ PASQUALOTTO, Adalberto; SOARES, Fabiana Rampazzo. *Consumidor Hipervulnerável: análise crítica, substrato axiológico, contornos e abrangência*. Revista de Direito do Consumidor, v. 113, p. 81–109, set.–out. 2017.

²⁴ BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Nota Técnica nº 513/2024 – BCB/SECRE*. Análise técnica sobre o mercado de apostas online no Brasil e o perfil dos apostadores. Brasília, 23 set. 2024. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/09/estudo-apostas-bc-24set2024.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

²⁵ VASQUES, Priscilla Maria Santana Macedo; CUNHA, Isaac Rodrigues. *Regulamentação, tributação e proteção do consumidor nas apostas eletrônicas: o lugar das ‘e-bets’ no direito brasileiro*. Revista Interagir, Fortaleza, v. 19, n. 127, p. 38–41, jul./set. 2024.

A regulação, nesse sentido, deve incorporar a lógica da precaução, alinhando-se ao princípio da dignidade da pessoa humana e da proteção integral do consumidor. A eficácia da norma protetiva está diretamente vinculada à capacidade do Estado em agir preventivamente diante dos efeitos colaterais do modelo de negócio adotado pelas plataformas. Em última análise, a proteção do consumidor-apostador não pode ser percebida como entrave à livre iniciativa, mas como instrumento necessário para garantir a legitimidade constitucional da atividade econômica regulada.

5. MODELOS INTERNACIONAIS E LIÇÕES PARA O BRASIL

A comparação com experiências internacionais contribui para compreender os desafios e potenciais soluções na construção de um modelo brasileiro de regulação das apostas eletrônicas. Entre os exemplos mais consolidados, destacam-se o Reino Unido e a Itália, cujas estratégias regulatórias, ainda que distintas, oferecem importantes lições.

No Reino Unido, o modelo é centralizado na UK Gambling Commission²⁶, criada pelo Gambling Act de 2005²⁷, cuja atuação é reconhecida por seu caráter técnico, independente e responsivo. A legislação britânica adota o princípio do “*responsible gambling*”, que impõe às operadoras obrigações de proteção ativa ao consumidor, como ferramentas de autoexclusão, limites de tempo e valores apostados, e controle de comportamentos de risco.

Além disso, conforme observam Reith e Wardle (2022), o Reino Unido vem consolidando uma abordagem centrada na saúde pública (*public health approach*), na qual os danos do jogo são entendidos como problemas coletivos e estruturais, e não apenas individuais. Para fundamentar sua análise sobre a abordagem de saúde pública adotada no Reino Unido em relação aos danos causados pelo jogo, você pode utilizar a seguinte citação direta extraída do capítulo “The Framing of Gambling and the Commercial Determinants of Harm: Challenges for Regulation in the UK”, de Gerda Reith e Heather Wardle (2022)²⁸: “*In Britain, despite recent repeated calls for gambling*

²⁶ UNITED KINGDOM. *Gambling Act 2005*. London: The National Archives, 2005. Disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2005/19/contents>. Acesso em: 6 jun. 2025.

²⁷ UK GAMBLING COMMISSION. *About us. Birmingham*, 2024. Disponível em: <https://www.gamblingcommission.gov.uk>. Acesso em: 6 jun. 2025.

²⁸ REITH, Gerda; WARDLE, Heather. *The framing of gambling and the commercial determinants of harm: challenges for regulation in the UK*. In: NIKKINEN, J.; et al. (eds.). *The global gambling industry*.

to be re-framed as a public health issue and regulated accordingly, it continues to be framed primarily in terms of economic activity and consumerism.”

Essa citação destaca a persistência de uma perspectiva econômica e de consumo na regulamentação do jogo no Reino Unido, apesar das propostas para uma abordagem centrada na saúde pública.

Esse modelo envolve, de forma articulada, os setores de saúde, educação, bem-estar social e fiscalização, garantindo uma proteção integrada aos cidadãos.

Outro aspecto relevante é a capacidade adaptativa do sistema britânico, que conta com mecanismos contínuos de revisão normativa e monitoramento de dados. Essa estrutura dinâmica permite responder com agilidade às inovações tecnológicas, promovendo uma regulação responsiva e atualizada.

Em contraste, a Itália adotou uma política mais restritiva por meio do *Decreto Dignità* (2018), que proibiu integralmente a publicidade de jogos e apostas. Embora a medida tenha o mérito de buscar reduzir estímulos ao consumo de jogos de azar, ela tem sido criticada por não garantir mecanismos eficazes de informação e transparência ao consumidor. Como destacam Lombi e Pedroni (2019)²⁹, *“the State is in effect a monopolist and promoter of a market which generates or favours excessive or pathological behaviours, with important implications for its concurrent role of guarantor of public health.”*

A experiência italiana demonstra que medidas repressivas, quando não acompanhadas de estratégias educativas e canais informativos acessíveis, podem produzir efeitos contraproducentes, como a migração do consumidor para ambientes desprotegidos.

Nesse contexto, o Brasil deve buscar um modelo que concilie a proteção do consumidor com a transparência institucional e a corresponsabilidade social das operadoras. A regulação deve ir além da proibição ou da simples autorização, incorporando elementos como educação digital, fiscalização responsiva, acesso à informação e vínculo dos operadores com políticas públicas de mitigação de danos. Uma legislação equilibrada, acompanhada de estrutura técnica eficiente e princípios

Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden, 2022. p. 71–86. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-658-35635-4_6. Acesso em: 6 jun. 2025.

²⁹ LOMBI, Linda; PEDRONI, Marco. *Rethinking the Approach to Gambling Disorder: The Case of the Italian Healthcare Services*. *Italian Sociological Review*, v. 9, n. 3, p. 385, 2019. Disponível em: <https://sfera.unife.it/retrieve/e309ade3-4c30-3969-e053-3a05fe0a2c94/2019%20LOmbi%20Pedroni.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

constitucionais orientadores, é condição essencial para que o país possa consolidar uma política regulatória inclusiva, justa e eficaz.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A regulamentação das apostas eletrônicas no Brasil representa um avanço normativo necessário diante do crescimento incontrolado dessa atividade no ambiente digital. No entanto, sua eficácia depende da forma como o Estado articula os pilares constitucionais da ordem econômica, os mecanismos de proteção do consumidor e as obrigações de responsabilidade social atribuídas aos agentes privados.

A simples legalização, sem um sistema efetivo de controle, fiscalização e destinação social dos recursos, tende a reproduzir desigualdades e aprofundar vulnerabilidades. A Lei nº 14.790/2023 inaugura um novo ciclo jurídico, mas ainda carece de solidez institucional, clareza em sua função extrafiscal e integração com políticas públicas de prevenção, educação financeira e tratamento da ludopatia.

Como afirmam Vasques e Cunha (2024), “não basta legalizar: é preciso regular com responsabilidade, considerando que o jogo pode representar tanto fonte de receita quanto vetor de exclusão social”. Essa regulação deve estar comprometida com a construção de um ambiente digital justo, transparente e democrático, em que o lucro das plataformas não se sobreponha à dignidade dos usuários.

A comparação internacional revela que modelos de sucesso, como o britânico, associam controle normativo, revisão contínua, proteção ativa do consumidor e uma abordagem de saúde pública. Por outro lado, a experiência italiana demonstra os riscos de medidas repressivas desvinculadas de estratégias educativas e de informação.

Destaco que seria interessante a criação de um observatório regulatório multissetorial pode ser o instrumento mais eficiente de acompanhamento dos efeitos sociais, econômicos e sanitários das apostas eletrônicas.

O Brasil tem a oportunidade de desenvolver uma política regulatória própria, constitucionalmente orientada, que promova a inclusão social, a justiça fiscal e a proteção integral do cidadão. Para tanto, é preciso fortalecer a governança regulatória, garantir transparência nos fluxos financeiros, e estabelecer mecanismos de controle que não se limitem ao aspecto arrecadatório, mas avancem sobre a função social da atividade econômica regulada.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. *Teoria da Regulação*. In: CARDOZO, José Eduardo Martins et al. (Org.). *Curso de Direito Administrativo Econômico*. São Paulo: Malheiros, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Nota Técnica nº 513/2024 – BCB/SECRE*. Análise técnica sobre o mercado de apostas online no Brasil e o perfil dos apostadores. Brasília, 23 set. 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 02 jun. 2025.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *O imposto especial sobre o jogo no contexto jurídico-constitucional fiscal*. In: MARTINS, I. G. (Coord.). *O tributo: reflexão multidisciplinar sobre sua natureza*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GAINSBURY, Sally; BLASZCZYNSKI, Alex. *How blockchain and open data may revolutionize gambling*. *Gaming Law Review*, v. 21, n. 7, p. 482–492, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1089/glr2.2017.2172>.

PASQUAL, Cristina Stringari; MANFROI, Geórgia. *Jogos de azar e de apostas de quota fixa on-line: reflexões sobre a proteção do consumidor-apostador*. *Revista de Direito do Consumidor e Garantia dos Direitos*, Natal, v. 17, n. 1, p. 176–193, jan./jun. 2024.

REITH, Gerda; WARDLE, Heather. *Gambling harm: a global problem requiring global solutions*. *Addiction Research & Theory*, v. 30, n. 2, p. 89–92, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/16066359.2022.2034232>.

ROSSI, Barbara et al. *Advertising bans and illegal gambling: exploring the unintended consequences in Italy*. *International Gambling Studies*, v. 20, n. 3, p. 412–431, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/14459795.2020.1771731>.

SILVA, Eduardo Cardoso da; REZENDE, Paulo Izídio da Silva. *A regulamentação das apostas esportivas no Brasil: a Lei nº 14.790 de 29 de dezembro de 2023*. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE*, São Paulo, v. 10, n. 10, out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i10.16433>.

VASQUES, Priscilla Maria Santana Macedo; CUNHA, Isaac Rodrigues. *Regulamentação, tributação e proteção do consumidor nas apostas eletrônicas: o lugar das ‘e-bets’ no direito brasileiro*. *Revista Interagir*, Fortaleza, v. 19, n. 127, p. 38-41, jul./set. 2024.

Capítulo 6
REVOLTA DE MASSAS EM UM CENÁRIO DE
AUTORREPRODUÇÃO DESTRUTIVA DO CAPITAL: UMA
ANÁLISE A PARTIR DE ISTVÁN MÉSZÁROS
Luan de Jesus Oliveira

REVOLTA DE MASSAS EM UM CENÁRIO DE AUTORREPRODUÇÃO DESTRUTIVA DO CAPITAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE ISTVÁN MÉSZÁROS

 DOI: 10.5281/zenodo.17459465

Luan de Jesus Oliveira

*Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do
Estado da Bahia.*

Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade Federal da Bahia.

E-mail: luandejesusoliveira@outlook.com

RESUMO

O artigo discute a crise estrutural do capital a partir da teoria marxista e das contribuições de István Mészáros, destacando seus impactos na dinâmica social e nas revoltas contemporâneas. Inicialmente, analisa-se a transição do movimento do trabalho para uma postura defensiva no século XX, condicionada pelo reformismo social-democrata e pela crença nas reformas graduais via parlamento, em contraste com a perspectiva revolucionária defendida por Marx, Luxemburgo e Lênin. Essas estratégias, embora tenham gerado conquistas conjunturais, revelaram-se insuficientes para romper com a lógica burguesa. A partir da década de 1970, consolida-se a crise estrutural do capital, a qual se difere das crises cíclicas, sobretudo, por seu caráter universal, global, prolongado e irreversível dentro do sistema. Essa crise, impulsionada pela autorreprodução destrutiva do capital, agrava contradições sociais, amplia desigualdades e evidencia o anacronismo do modelo vigente, o qual subordina a vida humana e a natureza referenciado pela lógica da acumulação. Atualmente, apesar da capacidade produtiva para satisfazer necessidades básicas, persistem problemas como a fome e a miséria, demonstrando a irracionalidade do sistema. As revoltas de massas do século XXI, ainda que fragmentadas e focadas em demandas imediatas, refletem a insatisfação com os efeitos da globalização capitalista e apontam a necessidade de um projeto estratégico capaz de articular tais lutas à superação do sistema.

Palavras-chave: Revolta de Massas. Crise Estrutural do Capital. Autorreprodução destrutiva do Capital.

ABSTRACT

The article discusses the structural crisis of capital based on Marxist theory and the contributions of István Mészáros, highlighting its impacts on social dynamics and contemporary revolts. Initially, it analyzes the transition of the labor movement to a defensive stance in the 20th century, conditioned by social democratic reformism and the belief in gradual reforms via parliament, in contrast to the revolutionary perspective defended by Marx, Luxemburg, and Lenin. These strategies, although they generated

conjunctural achievements, proved insufficient to break with bourgeois logic. From the 1970s onwards, the structural crisis of capital consolidated, which differs from cyclical crises, above all, in its universal, global, prolonged, and irreversible character within the system. This crisis, driven by the destructive self-reproduction of capital, aggravates social contradictions, widens inequalities, and highlights the anachronism of the current model, which subordinates human life and nature to the logic of accumulation. Currently, despite the productive capacity to satisfy basic needs, problems such as hunger and poverty persist, demonstrating the irrationality of the system. The mass revolts of the 21st century, although fragmented and focused on immediate demands, reflect dissatisfaction with the effects of capitalist globalization and point to the need for a strategic project capable of articulating these struggles to overcome the system.

Keywords: Mass revolt. Structural crisis of capital. Destructive self-reproduction of capital.

INTRODUÇÃO: O REFORMISMO E A POSTURA DEFENSIVA DO MOVIMENTO DO TRABALHO NO SÉCULO XX

Para se compreender a atual conjuntura do movimento do trabalho torna-se necessário, inicialmente, perceber quais fatores contribuíram para a constituição de uma postura defensiva – que se limita a lutas institucionais - no principal instrumento de ação da classe trabalhadora no século passado, os partidos de massas, em contraposição a uma postura ofensiva que se contraponha a totalidade do capitalismo. (MÉSZÁROS, 2010).

Consideramos a socialdemocracia alemã como marcadora do processo de inculcação dos traços reformistas no movimento do trabalho. Neste aspecto, vale lembrar que após a derrota da Comuna de Paris em 1871 o centro de gravidade do movimento dos trabalhadores europeus havia se transferido da França para a Alemanha (ENGELS, 2012). Além disso, ressalta-se ainda o argumento de Lênin, ao estudar o processo revolucionário do qual fez parte na Rússia, segundo o qual o sucesso da revolução na Rússia dependia do sucesso da revolução na Alemanha. A derrota do projeto de revolução na Alemanha levou os bolcheviques a operarem um projeto de manutenção das conquistas, visto que era impossível, sob esta ótica, construir o socialismo isoladamente. Diante destes termos, é imperativo compreender o movimento reformista e a socialdemocracia europeia, em particular a alemã.

O estudo da socialdemocracia ocupa espaço significativo na teoria social marxista. Diversos autores (MÉSZÁROS, 2010; LUXEMBURGO, 2010; LÊNIN, 2012)

se debruçaram sobre os problemas referentes ao revisionismo baseando-se na teoria de Marx para demonstrar a impossibilidade de ruptura com a sociedade burguesa através de reformas pontuais dentro dos limites do Estado.

As lutas defensivas incidem contra os efeitos do capitalismo e estão diretamente relacionadas às fases de desenvolvimento do capital – a última acabou nos anos 1970. Devido a sua própria natureza, as conquistas defensivas são apenas concessões conjunturais possíveis do sistema e se restringem à esfera institucional e parlamentar (MÉSZAROS, 2011). No século XX, as políticas de consenso, as estratégias de pleno emprego e a luta pela expansão do Estado de Bem-Estar Social são exemplos de lutas claramente defensivas. Esta forma de ação, que se tornou hegemônica na maioria dos partidos trabalhistas, teve como grandes defensores e difusores os socialdemocratas alemães e a Segunda Internacional dos Trabalhadores.

Segundo Mészáros (2010), a adoção da política de permuta em detrimento de uma postura revolucionária por parte dos partidos de massa começou no último terço do século XIX, tendo início em 1860 nos países capitalistas dominantes. Neste período, ocorreu a fundação e ascensão do Partido Socialdemocrata Alemão (SPD) – em 1875. Esta organização, da qual fez parte Rosa Luxemburgo, passou, no final do século XIX, a seguir as diretrizes teóricas propostas por Eduard Bernstein – em detrimento das diretrizes propostas por ela - que consistiam em

[Defender] que a revolução era desnecessária, pois se poderia chegar ao socialismo através de reformas graduais do capitalismo, com a multiplicação de cooperativas de produção e consumo, o aumento do poder sindical e a ampliação da democracia parlamentar. O SPD, dizia Bernstein, devia deixar de ser o partido da revolução social, tornando-se o partido da reforma social. (BENJAMIN, 2010, pg. 8-9)

Percebe-se, desse modo, que o SPD inverteu a ordem da teoria marxiana ao abrir mão da objetividade da revolução socialista para reivindicar a reforma social como eixo definitivo da transformação da sociedade, na ocasião, Rosa Luxemburgo defendeu que

o resultado mais próximo e mais provável é uma mudança de tática visando obter por todos os meios os resultados práticos da luta, isto é, as reformas sociais. O ponto de vista de classe, nítido e irreconciliável, que só tem razão de ser se tiver em vista a conquista do poder, tornar-se-á cada vez mais um obstáculo, a partir do momento em que os resultados práticos imediatos venham a constituir a finalidade principal. A consequência direta será a adoção de uma “política de compensações”, em outras palavras, uma “política de barganha”, e uma atitude conciliacionista, habilmente diplomática. (2010, pg. 62)

Do mesmo modo, já no início do século XX e, principalmente, no momento decisivo da Primeira Guerra Mundial, o SPD adotou igualmente uma postura contrária aos pressupostos marxistas e apoiou a guerra imperialista, assumindo uma postura social-chauvinista, que consiste em apoiar a sua pátria quanto à escravização de pátrias alheias (LÊNIN, 1916). Ao analisar a II Internacional dos Trabalhadores, que seguia as diretrizes de Karl Kautsky, Lênin afirma que (1916, pg. 2-3)

O conteúdo político do oportunismo e do social-chauvinismo é o mesmo: a colaboração das classes, a renúncia à ditadura do proletariado, a renúncia às ações revolucionárias, o reconhecimento sem reservas da legalidade burguesa, a falta de confiança no proletariado, a confiança na burguesia. O social-chauvinismo é a continuação direta e o coroamento da política operária liberal inglesa, do millerandismo e do bernsteinianismo.

Este reformismo, que surgiu com destaque a partir da socialdemocracia alemã, tornou-se tendência dominante nos partidos trabalhistas e socialdemocratas dos países capitalistas mais fortes (MÉSZÁROS, 2010). Dialeticamente, na medida em que se fortalecia, o reformismo enfraquecia e marginalizava a ala radical do movimento operário. Já no início do século XX era possível observar as vitórias parciais dos partidos reformistas, que se limitavam ao parlamento, a ganhos nos marcos do Estado burguês, em 1912, por exemplo, o PSD tinha a maior bancada parlamentar da Alemanha.

Contudo, verifica-se o contraste desta posição com as teorizações de Marx (2012), segundo a qual o único propósito do Estado é eternizar a escravidão do trabalho e o domínio do capital, o que torna problemático pensar o Parlamento como espaço de transformação para uma sociedade socialista. Mézaros fez importantes reflexões sobre o parlamento e a impossibilidade de qualquer mudança substancial neste espaço, pois, para se superar a ordem burguesa seria preciso eliminar os três pilares constitutivos do sistema: capital, trabalho assalariado e Estado. Assim sendo, reforçando e legitimando o parlamento não se pode ir além da lógica vigente pois

o capital é a força extraparlamentar par excellence, cujo poder de controle sociometabólico não pode ser politicamente constrangido pelo Parlamento. [...] E é por ser a força extraparlamentar par excellence que o capital nada tem a temer das reformas promulgadas no interior da sua estrutura política parlamentar. (MÉSZÁROS, 2010, pg. 39).

Sobre a mesma questão, Luxemburgo (2010, pg. 57) adverte ainda que

o parlamentarismo em conjunto não se apresenta absolutamente como elemento diretamente socialista, penetrando pouco a pouco toda a sociedade capitalista, como o supõe Bernstein, mas ao contrário como meio específico do Estado de classe burguês, visando desenvolver e amadurecer os antagonismos capitalistas.

Nessa conjuntura, o maior resultado político das lutas defensivas foi o surgimento do Estado de Bem-Estar Social após a II Guerra Mundial, em uma fase expansionista do capital que foi dominante nos 25 anos seguintes. A partir deste Estado, que garantia ganhos parciais a classe trabalhadora através da garantia de alguns direitos fundamentais por meio de investimentos na saúde, educação, seguridade social, etc., os trabalhadores assumiram a ideia do Estado como representante da classe trabalhadora, extraíndo dele todo o caráter de classe, numa ilusão sob a qual a melhoria de vida da classe trabalhadora dependeria inexoravelmente do desenvolvimento do Estado.

Além de proporcionar o apassivamento da classe trabalhadora, o Estado de Bem-Estar Social também serviu para conter o surgimento de crises cíclicas, como a de 1929, ao se tornar em um Estado comprador para executar as suas políticas públicas.

Este panorama foi profundamente alterado a partir dos anos 1970 quando a fase expansionista do capital chegou ao seu limite, culminando no sepultamento da teoria reformista. O que se viu a partir daí foram as políticas de austeridade e o advento do Estado neoliberal. Desse modo, é imperioso que se discuta este novo cenário, conhecido na teoria social marxista como a Crise Estrutural do Capital.

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

A partir da elaboração de Mészáros em *Atualidade Histórica da Ofensiva Socialista* podemos analisar como o capitalismo engendrou a crise estrutural, suas contradições internas e determinações para o movimento do trabalho, haja vista que ela está diretamente associada aos limites últimos do sistema.

Inicialmente, é preciso considerar que as crises constituem a gênese do capitalismo e são fundamentais para o próprio desenvolvimento do capital, como ocorreu com a crise cíclica de 1929-1933. No entanto, o atual estágio de desenvolvimento do sistema, inaugurado nos anos 1970, trouxe para a ordem do dia

a discussão sobre a crise estrutural do capital, a qual o universo do capital ainda não tinha se deparado.

Segundo Mészáros (2010), as três dimensões fundamentais do capital são produção, consumo e circulação/distribuição/realização. Em pleno funcionamento, as três operam o mecanismo de autoexpansão do capital e possibilitam o deslocamento interno das contradições – condição *sine qua non* das crises cíclicas. Ou seja, enquanto as *limitações imediatas* de uma das dimensões do capital puderem ser positivamente superadas através do deslocamento das contradições para outra esfera ou da sua utilização para alavancar a autopropulsão do capital as crises não podem afetar toda a estrutura do universo do capital. Por isso, as crises estruturais surgem quando se torna impossível o deslocamento das contradições, pois se trata não dos limites imediatos, mas dos *limites últimos* do sistema do capital. Esse panorama constitui uma condição objetiva da substituição do atual modelo de sociedade por um sistema alternativo antagônico, por isso, essa discussão se torna essencial para o movimento socialista, que desde o século XX sofre com a preeminência das lutas defensivas.

Mészáros ilustra como exemplo de crise cíclica a ocorrida entre 1929 e 1933. Segundo o autor, ela foi essencialmente uma crise de realização (não afetou as três dimensões fundamentais do sistema) e o mundo do capital superou com relativa facilidade as adversidades apresentadas naquela conjuntura, apesar da mesma ser chamada de “Grande Crise Econômica”. No referido período, o mundo do capital tinha inúmeras possibilidades de sair da depressão dentro do próprio sistema, pois, uma das características das crises cíclicas é a possibilidade de encontrar soluções *dentro da ordem*, o que permite ao capital se reconstruir de modo ainda mais forte.

Nos termos de Mészáros

a crise de 1929-1933 [...] forneceu estímulo e pressão necessários para o realinhamento de suas várias forças constituintes, conforme as relações de poder alteradas objetivamente, contribuindo muito, desse modo, para o desenvolvimento das enormes possibilidades do capital inerentes à sua “totalidade intensiva”(2010, págs. 88-89).

Para elucidar essa dinâmica de reconstrução das crises cíclicas Mészáros aponta diversas vantagens obtidas pelo capital após a “Grande Crise Econômica” tanto no âmbito externo como no âmbito interno.

No campo externo a crise possibilitou que o imperialismo antes multicentrado

passasse a operar sob a hegemonia norte-americana; o estabelecimento de um Sistema Monetário Internacional; a exportação de capital em grande escala e a incorporação relativa, em graus variados, das economias das sociedades pós-capitalistas (MÉSZÁROS, 2010).

Internamente, a crise cíclica iniciada em 1929 permitiu o uso da intervenção estatal para a expansão do capital privado; transferências de indústrias falidas para o setor público; o desenvolvimento e operação de uma economia de “pleno emprego”; a abertura de novos mercados e ramos de produção no plano da “economia de consumo” e o estabelecimento de um imenso complexo industrial/militar (MÉSZÁROS, 2010).

Destarte, após a superação da crise de 1929-1933 e ao fim da Segunda Guerra o capital viveu nos 30 anos seguintes a sua fase expansiva, os anos dourados do capital (PANIAGO, 2014), onde praticamente não se discutia as crises capitalistas. Esse cenário só veio a ser alterado com o advento da crise estrutural na década de 1970.

A crise estrutural surge nas três dimensões internas do capital - produção, consumo e circulação/distribuição/realização – e causam o *bloqueio sistemático* das partes constituintes vitais do sistema, eis aqui uma diferença elementar, enquanto as crises cíclicas originam-se em uma, ou no máximo duas esferas do capital, uma crise estrutural nasce em todas as dimensões internas do sistema. Deve-se mencionar essa diferença porque o não entendimento dessa relação pode causar uma má interpretação de uma crise cíclica - quando a mesma apresenta uma *aparência* de crise estrutural -, um erro que consoante Mézaros, Stálin cometeu sobre a “Grande Crise Econômica”

Um bloqueio temporário de *um* dos canais internos pode emperrar todo o sistema com relativa facilidade, criando a *aparência* de uma crise estrutural juntamente com algumas estratégias voluntaristas resultantes da percepção equivocada de um bloqueio temporário como crise estrutural. Nesse contexto, vale lembrar a avaliação fatalmente otimista que Stalin fez da crise do final da década de 1920 e as consequências devastadoras que aquela teve para as políticas implementadas por ele tanto no plano interno como no internacional (MÉSZÁROS, 2010, p. 75)

Dito isso, Mézárós observa ainda que a novidade histórica da crise estrutural reside em quatro aspectos fundamentais

1. seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade); 2. Seu alcance é, de fato, global (no sentido mais literal e ameaçador do termo) em lugar de limitado a um conjunto particular de países [...]; 3. Sua escala de tempo é extensa, contínua – se preferir permanente – em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; e 4. Em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante. (MÉSZAROS p. 69-70).

Neste contexto, a interpretação coerente de uma crise do capital é imprescindível para que o movimento do trabalho identifique os antagonismos existentes no cerne do sistema, condição fundamental para a sua superação por outro modo abrangente de controle sociometabólico. Um problema manifesto para o efetivo entendimento da crise – e velha arma da ideologia burguesa – é a mistificação da realidade produzida pelos representantes científicos da classe dominante.

A mistificação ideológica e seus porta-vozes buscam atribuir o ressurgimento de alguns problemas sociais inerentes à crise estrutural do capital à fatores como a “Segunda Revolução Industrial”, a “revolução da informação” e outras frases vazias na forma e no conteúdo, Mézaros estuda o desenvolvimento da crise e dos problemas sociais intrínsecos sob o paradigma marxista, o que lhe permitiu constatar quatro categorias de contradições que estão diretamente ligadas à administração da crise estrutural do capital:

1) as contradições socioeconômicas internas do capital avançado; 2) as contradições sociais, econômicas e políticas das sociedades pós-capitalistas; 3) as rivalidades, tensões e contradições crescentes entre os países capitalistas mais importantes; 4) as dificuldades crescentes para manter o sistema neocolonial de dominação. (MÉSZAROS, 2010, págs. 93-94).

Todavia, apesar dos problemas acima mencionados, não há no universo do capital uma tendência para a diminuição destes antagonismos

[...] a tendência é para a intensificação, e não para a diminuição, dos antagonismos existentes. Além disso, a gravidade da crise é acentuada pelo efetivo confinamento da intervenção à esfera dos efeitos, tornando proibitivo atacar suas causas (MÉSZÁROS, 2010, pg. 94).

Soma-se ao fato da impossibilidade de resolução dos problemas da crise estrutural dentro da sociedade burguesa o fato do atual estágio de desenvolvimento

do capital possibilitar objetivamente o pleno gozo das faculdades humanas, mas o negar em virtude da manutenção deste sistema sociometabólico, o que demonstra seu anacronismo histórico, o capital chegou ao estágio onde seu único objetivo é sua autorreprodução.

Portanto, considera-se que esta crise – a primeira crise de abundância – expõe o caráter mais destrutivo do capital e evidencia a falta de justificativa para a manutenção da sociedade burguesa. No bojo da atual conjuntura capitalista, a natureza e os seres humanos estão cada vez mais se tornando supérfluos para o capital, não obstante, esse movimento engendra ao mesmo tempo a possibilidade evidente de ruptura com o sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A AUTORREPRODUÇÃO DESTRUTIVA DO CAPITAL - NOTAS PARA UMA ANÁLISE DAS REVOLTAS DO SÉCULO XXI

A partir dessa conjuntura de crise estrutural e com o fim do Estado de Bem Estar Social, o capital tem como único objetivo a sua autorreprodução destrutiva (Mészáros, 2010). Isso põe em cheque, neste sentido, a sobrevivência da própria humanidade, afinal, a autorreprodução consiste na subordinação de tudo, desde a natureza até as necessidades humanas, ao capital. Conforme Pinassi (2013, p.139)

o desenvolvimento do capital rompeu as últimas amarras que o prendiam a alguma necessidade humana. Na atualidade, evidencia-se todo seu caráter autorreferenciado, o capital com *causa sui*, conforme define Mészáros em *Para além do capital*.

No que tange ao seu caráter devastador, é ímpar observar estes dados trazidos por Ziegler, professor de sociologia em Genebra e na Sorbonne e relator especial da ONU sobre o direito à alimentação, que reforçam o caráter destrutivo da crise do sistema do capital:

a população grave e permanentemente subalimentada no mundo soma cerca de 900 milhões de pessoas, aumentando a cada ano. Isso é quase 1/6 da humanidade, já que somos 6 bilhões de pessoas. A população subalimentada é destruída fisicamente por invalidez, sendo que 100 mil pessoas morrem por dia devido à fome. [...] a agricultura mundial, agora, poderia alimentar 12 bilhões de pessoas. [...] Ou seja, somos a metade de 12 bilhões e, a cada dia, morrem 100 mil pessoas vítimas da fome [...] verificamos que, no ano passado (2010), houve um total de mais de 58 milhões de vítimas (por fome, epidemia, guerras induzidas por multinacionais na África etc.), segundo os

critérios da ONU. Dois milhões a mais que o total de vítimas da II Guerra Mundial. (ZIEGLER, 2011, pg. 2).

Por outro lado, ao atingir de forma destrutiva todas as esferas da vida social, o capital permite objetivamente a sua substituição por outro modo abrangente de controle sociometabólico e expõe cada vez mais seu anacronismo histórico (MÉSZÁROS, 2010). Apesar das forças do trabalho estarem aprisionadas às lutas defensivas, conforme descrito acima, as manifestações de massa que eclodem em partes distintas no mundo lutando por demandas imediatas demonstram a possibilidade estratégica aberta por essa conjuntura.

Sobre essas manifestações e as teorias que tentam analisá-las isoladamente, ou seja, sem discuti-las correlacionando com a crise do sistema do capital, Zizek pontua que

É fácil observar como essa particularização de protestos ajuda os defensores da ordem mundial existente; não há nenhuma ameaça contra a ordem global como tal, e sim problemas locais específicos. Aqui, no entanto, deve-se ressuscitar o bom e velho conceito marxista de totalidade – neste caso, da totalidade do capitalismo global. O capitalismo global é um processo complexo que afeta diversos países de maneiras variadas, e o que unifica tantos protestos em sua multiplicidade é que são todas reações contra as múltiplas facetas da globalização capitalista. (2013, pg. 104).

De um modo geral, podemos considerar que essas manifestações estão intimamente associadas, apesar de pautarem objetivos pontuais, como a devastação sistemática da natureza, a repressão, o fundamentalismo religioso, os gastos absurdos com a indústria bélica, a desumanização dos seres humanos, a fome sistêmica, a criminalização da pobreza, os problemas urbanos e rurais, o capital financeiro, a autodeterminação dos povos, a educação pública, etc. Contudo, a partir da teoria marxista, consideramos que essas demandas são impossíveis de serem efetivamente resolvidas dentro da ordem burguesa pois a real transformação do atual sistema sociometabólico, pressupõe, também, segundo Mézáros (2010), a luta por essas demandas imediatas.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, César. Apresentação. In: LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Prefácio – As lutas de classes na França**. In: MARX, Karl. As lutas de classes na França. São Paulo: Boitempo, 2012.

LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. As lutas de classes na França. São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, István. **Atualidade histórica da ofensiva socialista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

PANIAGO, C.. A Crise Estrutural e a Centralidade das Classes Sociais. **Revista Katálisis**, v. 17, p. 50-58, jun/2014.

PINASSI, Maria Orlanda. **Desenvolvimento, crise estrutural e luta de classes: uma leitura das manifestações de junho**. In: SAMPAIO JR., Plínio. (org.). Jornadas de Junho: a revolta popular em debate. São Paulo: ICP, 2014.

ZIEGLER, Jean. **Genocídio silencioso: um sexto da humanidade não tem o que comer**. Diário da Liberdade. 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. **Problemas no paraíso**. In: Ermínia Maricato ... [et al.]. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. - 1. ed. - São Paulo Boitempo : Carta Maior, 2013.

Capítulo 7

HOJE É DIA DE FESTA N'ARUANDA: PADÊS E ZUELAS NO ILÊ AXÉ ORUSSALÊ

Luiz Gustavo Santos da Silva
Eudes Batista Siqueira

HOJE É DIA DE FESTA N'ARUANDA: PADÊS E ZUELAS NO ILÊ AXÉ ORUSSALÊ



DOI: 10.5281/zenodo.17459469

Luiz Gustavo Santos da Silva

Pós-Doutor em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC-UESB)

Docente em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Relações

Étnicas e Contemporaneidade. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-

graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro –

ProPed/UERJ). Email: gustavofirmina@gmail.com

Eudes Batista Siqueira

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e

Contemporaneidade (UESB). Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade

pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: eudes-oke@hotmail.com

RESUMO

Partindo do pressuposto de que os terreiros de candomblé são espaços pluriétnicos, lugares em que circulam mitos, ritos, ancestralidades e que estes produzem saberes, compreendemos como as relações estabelecidas entre os sujeitos da pesquisa entrevistados são construídas. O ilê fica localizado no município de Gongogi, região sul da Bahia. Utilizamos a Hermenêutica de Profundidade (Thompson, 1995) como referencial metodológico e a etnografia, enquanto método de estudo, entendendo como o padê, nome ioruba que designa rituais de aberturas dedicados aos orixás e a zuela, nome banto que se refere às cantigas utilizadas nos rituais dos terreiros articulam identidades e diferenças dentro do Ilê Axé Orussalê. Através das interações vividas pelos participantes da pesquisa, utilizando como recurso a técnica das histórias de vida temática, analisamos como o padê e a zuela, formas simbólicas legadas pelos povos africanos em diáspora são articuladas neste espaço, construindo sentidos étnicos de “ser de terreiro”. Além disso, destacamos que tais práticas possibilitam refletir sobre processos de resistência cultural, estratégias de manutenção da memória coletiva e formas de transmissão intergeracional de saberes, fundamentais para a compreensão da complexidade das identidades afro-brasileiras, de sua continuidade histórica e da vitalidade política e espiritual presente nos terreiros, reafirmando sua centralidade como patrimônio cultural imaterial.

Palavras-chave: Padê; Zuela; Identidades; Diferenças; Histórias de vida temática.

ABSTRACT

Starting from the assumption that Candomblé terreiros are multiethnic spaces—places where myths, rites, and ancestral traditions circulate and produce knowledge—we seek to understand how the relationships established among the interviewed research participants are constructed. The Ilê is located in the municipality of Gongogi, in the southern region of Bahia. We adopted Depth Hermeneutics (Thompson, 1995) as a methodological framework and ethnography as the research method, examining how *padê*—a Yoruba term that designates opening rituals dedicated to the orixás—and *zuela*—a Bantu term that refers to songs performed in the rituals of the terreiros—articulate identities and differences within Ilê Axé Orussalê. Through the interactions experienced by the research participants, and using the technique of thematic life histories, we analyzed how *padê* and *zuela*, symbolic forms inherited from African peoples in the diaspora, are articulated in this space, constructing ethnic meanings of “being from the terreiro.” Furthermore, we emphasize that such practices make it possible to reflect on processes of cultural resistance, strategies for maintaining collective memory, and forms of intergenerational knowledge transmission, which are fundamental to understanding the complexity of Afro-Brazilian identities, their historical continuity, and the political and spiritual vitality present in the terreiros, reaffirming their centrality as intangible cultural heritage.

Keywords: Padê; Zuela; Identities; Differences; Thematic life stories.

INTRODUÇÃO

De acordo com Clifford (1998), a escrita etnográfica é uma espécie de negociação construtiva em andamento, na qual estão envolvidos diferentes sujeitos conscientes e politicamente significativos. Dados esses fatores, podemos dizer que a construção de dados no trabalho etnográfico é algo complexo, muitas vezes dificultoso sendo, contudo, um importante elemento da pesquisa que precisa ser problematizado. Do mesmo modo, Thompson (1995) já nos adverte que a interpretação de fenômenos culturais é arriscada e cheia de conflitos, pois, as formas simbólicas a serem investigadas já são interpretadas pelos sujeitos nativos. O cuidado e a responsabilidade do pesquisador são ainda mais necessários para não promovermos práticas de enquadramento de memórias, quando trabalhamos com as memórias subterrâneas, como diz Pollak (1992).

O presente estudo se baseia na Hermenêutica da Profundidade (HP), proposta por John B. Thompson (1995). Para o autor, este referencial coloca em destaque o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica importante, exigindo uma interpretação. Dessa forma, devemos conceder um papel central ao processo de

interpretação, pois, só assim, poderemos fazer justiça ao caráter distintivo do campo-objeto. (THOMPSON, 1995).

Ainda seguindo os direcionamentos do autor, a Hermenêutica da vida cotidiana ou mesmo interpretação da doxa constituiu-se no primeiro momento da pesquisa de campo neste trabalho e nele procuramos identificar interpretações acerca dos seus símbolos e significados. A palavra doxa tem diferentes entendimentos na filosofia e na história das civilizações antigas (gregas e hebraicas), passando a desempenhar diferentes sentidos na contemporaneidade. De modo geral, compreende-se a doxa como o estudo das opiniões dos sujeitos num determinado contexto sócio-histórico. Reportando-se aos estudos de Thompson sobre a Hermenêutica de Profundidade nas ciências sociais, Veronese e Guareschi (2006) ilustra bem tal questão ao afirmar que a interpretação da doxa é a hermenêutica da vida cotidiana em que está presente uma avaliação criteriosa de como os sujeitos entendem sua realidade cotidiana. Thompson refere-se a essa etapa como 'um momento etnográfico' que reconstrói as maneiras como as pessoas percebem a realidade no entorno, suas opiniões, crenças e entendimentos. No entanto, ressalta que a interpretação da doxa se torna o ponto de partida, apenas o primeiro passo para o início do trabalho hermenêutico (VERONESE; GUARESCHI, 2006).

Ao afirmar que a hermenêutica da vida cotidiana é um ponto de partida primordial e inevitável do enfoque da Hermenêutica de Profundidade, Thompson ainda enfatiza que este deve se basear, o quanto possível, em uma elucidação das maneiras como as formas simbólicas são interpretadas e compreendidas pelas pessoas que as produzem e as recebem no decurso de suas vidas cotidianas, sendo um estágio preliminar indispensável ao enfoque da HP. Através de entrevistas, observação participante e outros tipos de pesquisa etnográfica, podemos reconstruir como as formas simbólicas são interpretadas e compreendidas nos vários contextos de vida social (THOMPSON, 1995).

Partindo desses pressupostos, entendemos que a etnografia se concretiza vinculada à observação participante, obrigando seus praticantes a experimentarem, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as complexidades da tradução, requerendo sempre um difícil aprendizado linguístico, algum grau de envolvimento direto de conversação e um frequente 'desarranjo' de expectativas pessoais e culturais. (CLIFFORD, 1998)

Esta técnica é “usada como principal procedimento investigativo e associado a muitas técnicas de coleta de dados” (CLIFFORD, 1998, p.139) possibilitando um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado. Ainda sobre este procedimento, o autor argumenta que a observação participante é uma fórmula para o contínuo vaivém entre o “interior” e o “exterior” dos acontecimentos: de um lado captando sentidos de ocorrências e gestos específicos, através da empatia; de outro, para situar esses significados em contextos mais amplos (CLIFFORD, 1998).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA: AS HISTÓRIAS DE VIDA TEMÁTICA

Uma das razões primordiais para utilização da técnica da entrevista na perspectiva da história de vida temática reside no fato dela ter possibilitado o estabelecimento de uma conversação ou um diálogo entre informante e analista, pesquisador e sujeito. Procedimento que acontece no tempo real da apreensão e que, para tanto, necessita de personagens vivos colocados em situação de diálogo. As entrevistas temáticas “são aquelas que versam prioritariamente a participação do entrevistado com o tema escolhido”, diz Alberti (2004, p.37-38). Já as entrevistas de história de vida “tem como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou” (Idem).

Podemos dizer que a entrevista na história de vida contém, no seu interior, diversas entrevistas temáticas, pois, ao longo da narrativa da trajetória de vida, os temas relevantes são aprofundados. Podemos inferir que uma entrevista de história de vida é geralmente mais extensa do que uma entrevista temática: falar sobre uma vida, realizando cortes de profundidade em alguns momentos, exige que entrevistado e entrevistador disponham de tempo bem maior do que se elegessem apenas um desses cortes como objeto da entrevista. (ALBERTI, 2004).

À medida em que a pesquisa foi sendo aprofundada, percebemos a necessidade de fazer um trabalho aliando a história de vida à história temática, considerando que além dos colaboradores narrarem simbolismos invocados e evocados nas zuelas no momento do padê, também contaram como muitos desses significados foram gerados em suas vivências. Como sugere Alberti, é possível que em um determinado estudo, sejam escolhidos ambos os tipos de entrevistas. Nesse

sentido, nada impede que se façam entrevistas mais longas, de história de vida, com pessoas consideradas representativas ou cujo envolvimento com o tema seja avaliado como mais estratégico, ao lado de entrevistas temáticas com outros atores. Isso depende da adequação desse procedimento aos propósitos do projeto. (ALBERTI, 2004).

A técnica foi utilizada para identificar como estes sujeitos incorporaram estas cantigas no seu universo de significação da vida e quais os sentidos que elas desempenham no curso rotineiro do seu dia a dia. Portanto, a autonomia dos colaboradores de se fazerem ser ouvidos é o que confere status de coerência e veracidade aos simbolismos estudados, o que nos leva a compreender tais simbolismos como fontes mediadoras de culturas e fronteiras nas interações construídas socialmente no terreiro.

Dessa forma, algumas questões se tonam importantes: como as zuelas são reconstruídas? Quem tem o poder de definir se uma zuela pode ou não ser cantada no terreiro ou em algum ritual específico? Quem pode tirar a zuela? O que diz cada zuela?

Algumas destas questões poderão ficar sem respostas satisfatórias neste trabalho, pois os significados de cada zuela movimentam dimensões profundas da subjetividade de cada sujeito. Por outro lado, cada zuela é um fundamento e, como diz Mãe Léa, uma das entrevistadas na pesquisa, “são coisas nossas”, por que “segredo é segredo, não pode ser revelado”. Logo, lidar com o segredo tanto enriquece quanto dificulta o trabalho de pesquisa. Tudo depende dos pactos feitos, com quem são feitos e de seus desdobramentos.

As zuelas são textos que estruturam símbolos vivenciados e, portanto, ressignificados dentro e fora dos momentos que constituem os rituais, ou seja, na interação dos sujeitos entre si quando vivenciam estes significados em outros momentos do cotidiano, ilustrando as suas vidas social e culturalmente. Neste sentido, faz-se importante mencionar que as zuelas, assim como outras formas simbólicas, estão para além dos derredores do terreiro, pois suas simbologias também são parte intrínseca das culturas que formam a sociedade brasileira como um todo.

O padê é de origem jeje-mina e nagô-queto, mas se evidencia como o encontro de vários ancestrais africanos em solo brasileiro. Aqui os termos ancestrais das encruzilhadas e mulheres e homens da rua nos levam a convergência de vários ancestrais africanos que são todos chamados de Exu no terreiro pesquisado. Com a

palavra Exu, queremos explicitar a sua pluralidade de símbolos legados pelas culturas africanas e que foram recompostos cotidianamente em solo brasileiro. Exu, ancestral de origem nagô-queto, aqui no Brasil agregou diversos outros ancestrais de origens jeje-mina e congo-angola. Além disso, recebeu diversos nomes e apelidos, todos recriados em diferentes contextos histórico-culturais.

ANÁLISE DOS DADOS: PADÊS E ZUELAS NO ILÊ AXÉ ORUSSALÊ

Participamos efetivamente do cotidiano do terreiro Ilê Axé Orussalê, a fim de compreendermos de modo mais apropriado a dinâmica de elementos que surgiam, a exemplo da articulação entre os padês, as festas e outros rituais mais amplos. Durante a observação, estivemos em contato direto com os sujeitos da pesquisa no terreiro, acompanhando as festas e outros rituais, desde os mais secretos e pontuais até as atividades mais comuns do grupo. Neste processo de participação, procuramos compreender como as zuelas foram utilizadas pelos sujeitos tanto no padê e nas festas quanto nas demais formas de interações que se estabeleciam cotidianamente. As zuelas foram catalogadas nos seguintes momentos: Comida de Sete Facadas, em março de 2015; Corte da Festa de Exu e Pombagira, em maio de 2015; Festa de Exu e Pombagira, em maio de 2015; Corte da Feijoada de Ogum, em junho de 2015; Padê da Festa de Ogum, em junho de 2015.

Seguindo estes caminhos, afirmamos que a entrada no campo se deu através de constantes diálogos com a ialorixá do terreiro, Mãe Léa que permitiu a realização da pesquisa diante do compromisso de que fossem resguardados os segredos que não devem ser publicados. Com a permissão da entrevistada, passamos a identificar e catalogar as zuelas, através da observação participante, utilizando diários de campo e gravador de áudio. As zuelas foram transcritas para os diários de campo e depois corrigidas junto aos colaboradores durante as nossas entrevistas, que ocorreram em momentos distintos.

O ILÊ AXÉ ORUSSALÊ E SUA DESCENDÊNCIA

O Ilê Axé Orussalê foi fundado na década de 60, na cidade de Gongogi-BA, quando mãe Léa trabalhava na linha de quimbanda e umbanda, ocasião em que a casa levava o nome de Terreiro de Senhor Ogum e do caboclo Sultão das Matas. O

terreiro funcionou inicialmente na Avenida Joel Vasconcelos, nº. 16, onde Mãe Léa já trabalhava desde 1966. Depois que Mãe Léa foi iniciada no candomblé por Pai Zé de Ogum (Lundungunzo), nos ritos das nações queto e angola, o terreiro passou a ser designado por Ilê Axé Orussalê, afirmando-se como descendente de nação queto-angola. Já na Rua João Apóstolo, nº. 81, este terreiro se configurou como uma referência das religiões afro-brasileiras no sul da Bahia, recebendo sujeitos de diferentes descendências, saberes e práticas em seu axé.

Em 2003, o terreiro mudou suas instalações para a Avenida Gongogi, nº. 40-B, onde continua realizando encontros e cruzando interações de sujeitos que nele encontram razões para “crescer”, se “desenvolver” e “cuidar das raízes”, como diz Mãe Léa. É neste contexto de encontros nos terreiros que as vidas de Mãe Léa, Tia Cira, Manoel, José Carlos, Kaiala e outros tantos sujeitos se cruzam. Convém, pois, que desde já apresentemos os colaboradores da pesquisa.

Quando iniciamos as entrevistas com os colaboradores, procuramos em meio a tantas informações diálogos que envolvessem o padê, por ser o ritual definido previamente como recorte da pesquisa. Ao falar do padê, os entrevistados deram ênfase aos elementos que estruturam as suas afirmações enquanto sujeitos de terreiros, entre idas e vindas, saídas e retornos de redes de ralações e pertencimentos que se iniciaram mediados por variados processos, tais como: períodos de gestação de suas mães, momento do nascimento, brincadeiras da infância, vivências familiares, reencontros com o seu “eu”, processos iniciáticos etc. A seguir, apresentamos alguns excertos das histórias contadas pelos sujeitos.

Mãe Léa, ialorixá iniciada há meio século e mãe-de-santo desde 1966, é também fundadora das iaôs em Gongogi e declara-se gente de terreiro desde sempre. Assim ela inicia as histórias que nos contou:

Eu tinha 15 para 16 anos, estava grávida de meu primeiro filho! Eu era evangélica, me casei com quinze anos e nove meses, com um rapaz não evangélico e depois começou os orixás do candomblé me perseguir depois disso aí, depois que eu me casei. Eu via visões, via pessoas saírem de dentro da parede. Eu deitava e via pessoas pularem por cima de mim, de uma parede para outra. Perdi minha vó materna eu tinha 12 anos, ela era muito apegada a mim aí eu passei a ter alucinações como se eu estivesse vendo a minha vó. Eu sentia que era minha vó, mas o rosto dela não via, hoje eu sei que era apenas alucinações, essa parte de minha vó era apenas alucinações. Aí foram em uma casa muito conhecida por nome Onorato, em Ibirataia (Tesourinha na época), foram lá na casa dele, mandou um banho e fizeram uma consulta para mim, isso a família de meu marido.

Enquanto eu estava ali dominada por eles tomava o banho mas quando eu estava lucida não tomava porque não acreditava ainda tinha algo da religião passada, evangélica, que ainda sentia muito forte em mim. (...) Aí tive meu primeiro filho, tive meu segundo filho, quando tive meu terceiro filho, uma menina que morreu em São Paulo, lá me levaram em uma casa para me tratar e lá escravo começou a me pegar e quando ficava grávida era quando ele mais me maltratava, era Sete Facadas. Me levaram em uma casa e quando cheguei lá era uma seção espírita, a mulher trabalhou comigo e ficou ali um bom tempo em minha consulta, depois eu passei a ser médium de transporte, depois médium de cabeceira, depois ela disse que meu problema, minha raiz não era espírita e sim candomblé e o marido dela era do candomblé, aí me infiltraram na casa dele. (MÃE LÉA, Ilê Axé Orussalê, Gongogi-BA, 2015).

Tia Cira, ebome iniciada em 1996 é uma das primeiras iaôs do terreiro, acompanha os trabalhos do terreiro há mais de 40 anos e declara-se gente de terreiro desde sempre. Assim inicia a nos contar algumas histórias de suas vivências:

Me chamo Ilci Pereira da Silva, descendente de Aurelino Leal, filha de Davi Pereira da Silva e Almerinda José Ferreira. Meu pai mineiro, minha mãe baiana. Então é uma descendência misturada. Fui criada por aqui mesmo na fazenda Lembrança, aqui em Gongogi, quando fui para Ipiaú já estava adulta, casada e mãe de um filho. Morei em Ipiaú, voltei para aqui de novo, para a casa de meus avôs, separei do marido e voltei para casa de meus pais. A minha vida é um pouco complicada. Minha história com Orixás começou eu tinha nove anos, eu saía para brincar com meus coleguinhas e quando chegava lá ficavam brincando dentro dos matos, dentro dos roçados, ia pegar lenha, aí começavam a cantar. Nisso, aqueles negócios me pegava e eu caía lá dura e eles não sabiam o que era e corriam para chamar minha mãe, que quando chegava lá me trazia para casa. Quando eu fiz 13 anos a minha mãe me reclamou e eu cheguei de baixo de um pé de... aquela flor que chama juá babão, bem grande, florido e eu sentei de baixo chorando. Aqui é o terreiro da casa de minha mãe e aqui é o pé de juá, eu sentei aqui, a minha mãe passava aqui toda hora chorando para lá e para cá me procurando e eu vendo ela assim, ó, e ela não me via. (TIA CIRA, Ilê Axé Orussalê, Gongogi-BA, 2015).

Numa etapa posterior de sua vida, Tia Cira retoma a sua ligação com o Ilê Axé Orussalê. Ela nos informa que quando foi morar em Vitória-ES, e lá se estabelecendo por quase uma década, encontrou a necessidade de “fazer o santo”, iniciar-se no terreiro como iaô.

Uns negócios me pegavam lá em Vitória, aí Manoel pediu socorro a ela e ela [Mãe Léa] foi para lá fez o trabalho uns negócios lá e veio embora. Teve um negócio que me pegou que falou lá, que conversou e Manoel ligou para ela, e ela foi, e quando chegou lá ele disse que ele obedecia quem desse mais (...). Esse não era nada meu. Dizem que foi mandado para vim para vim para me destruir. Aí, ela pegou ele fez o que tinha de fazer, prendeu e puxou o da minha nação, foi

quando eu fiz o santo. Tem 19 anos, vai fazer 20 no mês de Abril. (TIA CIRA, Ilê Axé Orussalê, Gongogi-BA, 2015).

Nadson Perigo, ogã de sala iniciado em 1996, confirmado como ogã há 13 anos e filho biológico de Mãe Léa, declara-se gente de terreiro desde sempre. Defendendo que seu nome é de um pai de santo ancestral de seu avô de santo, ele diz ter orgulho de trazer esse nome. E desta maneira ele inicia as histórias de suas vivências com o candomblé.

Meu nome no candomblé é Kissicaramgombi Luango, eu vim de nossa família, de Salvador, do ilê e meu primeiro pai de santo se foi e continuo com outro pai de santo agora lá em Salvador, de outro bairro. Na verdade, eu odiava, eu não gostava do candomblé, há vinte e um anos atrás teve uma confusão comigo quando teve uma festa aqui e eu entrei nessa confusão porque eu brigava de mais (...). Nisso minha mãe ficou sabendo, minha mãe de sangue, que é minha tia de santo, que é mãe Léa, que é sua mãe de santo. Foi que ela me orientou e como ela não poderia fazer nada por ser minha mãe de sangue, fui para Salvador e foi aí que eu entrei no candomblé. Foi uma coisa rápida, já cheguei, fiz o que tinha que fazer e tenho o maior orgulho de minha nação, do ilê. Já tive raiva porque já passei por vários perrengues, sempre tem aqueles altos e baixos, já tive várias oportunidades para sair, mas eu acho que só a morte, viu, para me tirar da minha religião, que eu amo do fundo do coração. Vai fazer vinte anos agora dia nove de agosto [de iniciado], e doze a treze de confirmado. (...) O nome Perigo veio por conta do futebol mesmo, mas eu já tinha uma certeza que eu era do candomblé, mas eu tinha raiva não por isso, mas eu tinha uma certeza que um dia podia até entrar e foi aí que veio o medo também. (...) (NADSON PERIGO, Ilê Axé Orussalê, Gongogi-BA, 2015).

Manoel, ogã de toque que começou a tocar atabaque com 10 anos de idade, foi iniciado como ogã em 2001, em nome de um pedido de lemanjá Ogunté. Ele começa a nos contar as suas histórias afirmando que chegou a Gongogi por vocação de seu pai biológico, que veio com a família da região camponesa do município de Jequié, no sudoeste da Bahia.

Meu nome é Manoel Pires dos Santos, fui nascido em Jequié, de Jequié meus pais mudaram para Jitaúna, moramos muito tempo em Jitaúna, ficamos muito tempo nessa região, depois, meu pai gostava muito de roça aí moramos na roça em Campina do finado Urbano Cem Conto naquela época. Só que meu pai era assim de déu-em-déu, quando não dava certo em um canto... Aí a gente foi para outra fazenda que chama Ribeirão Preto e moramos muito tempo lá, naquela época voltamos para Campina e da Campina vinhamos aqui para Gongogi, e nessa história de Gongogi estou aqui até hoje com minha família. Ele (o pai) ficava assim: *eu vou para o sul, vou para o sul*. Eu dei umas andadas, fui para São Paulo, morei 6 anos no Espírito Santo, mas hoje a minha terra querida que eu considero é Gongogi.

Minha data de nascimento é 21 de Março de 1962, vê aí se não é 54 anos. Quando eu vim aqui para Gongogi eu tinha na base de uns 5 anos por aí, vim pequeno, pequenininho, hoje eu estou com 54 anos de idade. (MANOEL, Ilê Axé Orussalê, Gongogi-BA, 2015).

Orgulhosamente Manoel também fala das suas primeiras vivências e aprendizados com os toques e zuelas nos terreiros.

A história de tocar coro é a seguinte: eu, na época, eu era muito invocado, a minha mãe era uma pessoa farrista na lei do santo, minha mãe naquela época rezava para Santo Antônio todo dia 12 para o dia 13. Após a reza que ela rezava para Santo Antônio, aí começava o povo, meu tio, os parentes dela faziam um samba e eu era invocado para aprender e praticamente eu hoje o que aprendi no toque eu aprendi sem ninguém me ensinar, não era por nada, era porque eu era invocado, e outra coisa, quando eu chegava que via alguém que sabia executar era mais que eu encostava. Aí fui começando a tocar mais praticamente eu não tive professor de toque, eu aprendi por meus próprios esforços, por meu bem querer. Tem vários ogã aí que tem professor, né? (...) (MANOEL, Ilê Axé Orussalê, Gongogi-BA, 2015).

A afirmação com Ilê Axé Orussalê ocorreu para atender os apelos de lemanjá Ogunté, orixá de frente de Indiará (Kayá Undemb)³⁰.

(...) Tenho essa mãe criadora, que é essa véa Léa, mãe criadora e que praticamente é mãe. Então chegou uma época que Indiará fez aquele santo e tinha que arrumar um Ogã para botar para ser o Ogã de lemanjá Ogunté. (...) Eu entrei nas obrigações, fui pro roncó, passei 21 dias no roncó, cuidei do santo, raspei o santo, hoje sou raspado, todo mundo sabe, sou raspado, borizado, carrego minha digina nas minhas costas, todo mundo sabe que sou filho de Xangô, de Oxum e Oxóssi. Hoje eu não abandono a macumba, de jeito nenhum. Sou assim, popular, não desfaço da religião de ninguém e nem aceito que ninguém desfaça da minha religião. Cada qual sabe onde é que sobe, sabe onde é que bota o braço, onde alcança. (MANOEL, Ilê Axé Orussalê, Gongogi-BA, 2015).

Kaiala, iaô iniciada em 2012, é filha de santo de Pai Fernando, filha biológica de Indiará e neta biológica de Mãe Léa. Em 2016, ela recebeu cargo de iamoró no Ilê Axé Orussalê, confirmando-se como uma importante liderança jovem no candomblé.

Nasci em seis do cinco de 1999, em Ipiaú. Tem gente que fala assim: ah, eu já nasci dentro do candomblé. É o meu caso. Que mainha sambava comigo na barriga. Sapateava lá dentro. Nasci ali vendo as coisas do candomblé, dentro de casa. No decá de minha mãe eu tinha dois anos. Era miudinha. Lembro que minha vó pegou um adjá, me colocou um pano da costa, amarrou um pano em minha cabeça e me colocou uma conta de Oxum, uma conta de sete dias, de um fio só,

³⁰ Tamara Indiará Ferreira Tamandaré é filha biológica de Mãe Léa. Filha de lemanjá Ogunté, recebeu decá em 2001 no Ilê Axé Orussalê, ocasião em que Manoel foi iniciado como ogã de lemanjá Ogunté.

um ian. Colocou no meu pescoço, pegou na minha mãe e saiu comigo e eu saí sacudindo o adjá. A gente em a foto até hoje. Eu fico toda besta quando vejo a foto. Sempre vesti saia, como você sabe. (...) Passado o tempo eu fui me aprofundando. (...) Minha feitura foi em onze de fevereiro de dois mil e doze. A nação do meu orixá é queto. Cada orixá tem uma nação. Odé é rei de queto, não deve ser iniciado em Angola. (...) Cada orixá recebe um fundamento diferente. Entre nação, entre zuelas na hora de cortes, entre zuelas na hora de bori e outras coisas. Se fosse para eu ser iniciada em outra nação, eu seria iniciada com Exu Bara Lonan, que pode iniciada em qualquer nação. Ou com Oxumarê. No angola Oxumarê é cultuado como Angorô e no queto como Oxumarê mesmo. Algumas casas o cultuam como Bessem. (...) Essas nações viram da África, quando os escravos vieram. (KAYALA, Ilê Axé Orussalê, Gongogi-BA, 2015).

Todos os colaboradores trazem consigo o fato de herdarem os legados ancestrais africanos e indígenas a partir de suas famílias. Eles já trazem em suas descendências as essências que os afirmam enquanto sujeitos de terreiros. Nas feitura são reafirmados traços culturais destes pertencimentos ancestrais, que possibilitam aos sujeitos diferenciarem-se por meio de diversos aspectos. Sousa Júnior (2011, p. 46) nos diz que “a ancestralidade é a origem de um povo”, ela “assemelha-se ao conceito grego de arké”. Conforme o autor, a ancestralidade nos remete aos sentidos profundos da vida.

Ela remete ao início de um determinado grupo, não a qualquer início, mas aos primórdios, instante de fundamento, tempo mítico imemorial, perdido no tempo cronológico, revivido no rito que cria todos os tempos, nos conduzindo a fazer uma experiência de um momento tão humano que só poderia ser divino. (SOUSA JÚNIOR, 2011, p.46).

Em várias passagens de suas narrativas, Mãe Léa fala da manifestação dos orixás cobrando que os seus trabalhos tinham que ser iniciados das raízes. Embora ela já tivesse uma vivência com diversas denominações das religiões afro-brasileiras, os orixás cobravam que ela devesse iniciar das raízes e não do tronco: “Minha raiz não era espírita e sim candomblé e o marido dela era do candomblé, aí me infiltraram na casa dele”. Em outra passagem ela diz: “Já tinham dado um jeito para Onorato chegar, mas Onorato chegou e disse que não tocava a mão em mim, disse que o meu negócio não era para ele”. Passou por centros espíritas, foi borizada numa casa de candomblé de base espírita e umbandista. Trabalhou ainda com Pedro Borges no quimbanda, mas os orixás queriam que o trabalho se iniciasse pelo começo.

Sobre a ocasião da casa de Pedro Borges, Mãe Léa afirma: “Quando ele chamou quem se apresentou foi meu pai Sultão das Matas, que disse: *isso aí foi arte*

minha não, foi de quem pode mais que eu, o Senhor Ogum". Tendo o caboclo Sultão das Matas como mensageiro – o que de pronto já evidencia também um pertencimento indígena – o principal causador dos sofrimentos de Mãe Léa era *Sete Facadas*. O caboclo *Sultão das Matas* vinha dar os recados de quem pode mais, de Senhor Ogum, mas quem provocava o conflito entre as ancestralidades e as identidades de Mãe Léa era "o escravo".

Conforme acompanhamos na história de Tia Cira, quando ela morava em Vitória-ES, conta que sofreu perseguições de vagantes que mandaram para lhe destruir. Mas, anteriormente a essa passagem, ela diz: "Minha história com Orixás começou eu tinha nove anos, eu saía para brincar com meus coleguinhas e quando chegava lá ficavam brincando dentro dos matos, dentro dos roçados, ia pegar lenha, aí começavam a cantar". E quando sua mãe não o conseguiu encontrar, já em estado de desespero, ela disse: "oche, mãe, estou aqui". Nesse dia, diz Tia Cira, "ela entendeu que eu tinha alguma coisa". Já depois de adulta e tendo passado pela casa de Santa Piau em Ubaitaba, ela passa a frequentar o terreiro de Mãe Léa: "Aí comecei a fazer saia e sambava na casa dela, caboclo me pegava, mas até aí orixá não".

Nadson Perigo iniciando sua fala, diz: "Na verdade, eu odiava, eu não gostava do candomblé". Foi a partir de uma confusão, porque "brigava demais", que ele pôde se afirmar como sujeito de terreiro. "Foi que ela me orientou e como ela não poderia fazer nada por ser minha mãe de sangue, fui para Salvador e foi aí que eu entrei no candomblé", completa. Numa outra passagem, ele diz "Eu vi quando ele [Zé de Ogum] entrou, eu vi um leão entrando com ele e eu corri dizendo: entrou um leão aí. *Onde menino?* Sumiu!" Esse fato, que envolve mito e realidade, como diria Eliade (uma vez que a realidade histórica também se realiza por meio dos mitos) é a certeza que faz Nadson Perigo acreditar que já era do candomblé.

Depois quando eu era maior, que ele foi me contar essa história, mas o nome Perigo veio por conta do futebol mesmo, mas eu já tinha uma certeza que eu era do candomblé, mas eu tinha raiva não por isso, mas eu tinha uma certeza que um dia podia até entrar e foi aí que veio o medo também. (NADSON PERIGO, Ilê Axé Orussalê, Gongogi-BA, 2015).

Já depois de raspado, apesar da convivência que sempre com o candomblé por ser filho biológico de Mãe Léa, ele reafirma: "Foi uma coisa rápida, já cheguei fiz o que tinha que fazer e tenho o maior orgulho de minha nação, do ilê".

José Carlos inicia as suas narrativas sobre a sua história no candomblé mencionando a sua mãe:

Ela começou com mesa branca, era espírita, isso aí eu não me recordo, não foi em meu tempo, ela disse que ficou muito tempo trabalhando no espiritismo, daí desse espiritismo que ela achou de dar oferenda a Cosme e Damião, não tocava batia palmas. (JOSÉ CARLOS, Ilê Axé Orussalê, Gongogi-BA, 2015).

Depois de ter reverenciado à memória de sua mãe, ele fala sobre o privilégio de tocar na saída de santo de Mãe Léa: “Eu fui um dos ogãs que tive o privilégio de tocar para saída do santo da mãe Léa, eu e a minha irmã, porque minha irmã tocava um queto como ninguém. Então fui eu que toquei para a saída do santo da mãe Léa”. Isto, segundo ele, é a ligação de parentesco, de família entre ele e o terreiro estudado.

Manoel também conta a sua história no candomblé a partir de sua mãe biológica: “A história de tocar coro é a seguinte: eu, na época, eu era muito invocado, a minha mãe era uma pessoa farrista na lei do santo, minha mãe naquela época rezava para Santo Antônio todo dia 12 para o dia 13”.

Denominando-se como “baiano indígena”, e tendo conhecimento de que o candomblé “veio da parte negra”, ele diz: “fui pro roncó, passei 21 dias no roncó, cuidei do santo, raspei o santo, hoje sou raspado, todo mundo sabe, sou raspado, borizado, carrego minha digina nas minhas costas, todo mundo sabe que sou filho de Xangô, de Oxum e Oxóssi”. E pessequinho ele diz: “Então eu estou na macumba e não desprezo minha macumba por nada, de jeito nem maneira nenhuma. Se ali tem uma festa, eu vou, vou na igreja católica, vou na igreja de crente, vou em qualquer lugar, eu vou, não importa, mas minha a macumba eu não deixo”.

Os sujeitos estão inseridos em um dado contexto cultural local que não se restringe apenas ao ilê em que foram iniciados, mas também trazem elementos de outros espaços, de outros aprendizados, que comumente estão ligados aos demais terreiros do município, da região e de outros lugares mais longínquos. Na verdade, quando os sujeitos contam as suas histórias, fazem referências a aprendizados trazidos de outros espaços, que de alguma maneira se entrelaçam aos pertencimentos vivenciados no ilê onde foram iniciados. A palavra Terreiro, portanto, une todas as demais denominações: casa, ilê, pegi, barracão, etc. provenientes de diferentes grupos e detentoras de distintos significados. As zuelas enunciam estes diferentes pertencimentos e saberes.

Até a década de 60, Gongogi tinha vários Terreiros, mas não necessariamente de pessoas iniciadas. Percebemos a feitura como um marco que transforma uma realidade histórica dos terreiros de Gongogi. A precursora deste processo foi Mãe Léa, a fundadora das iaôs em Gongogi. Segundo ela, foi Pai Zé de Ogum (em negrito na tabela) que levou o candomblé queeto e angola para Gongogi.

Todos e todas que são da família Orum Funjá foram iniciados por Pai Zé de Ogum, exceto Mãe Alaíde, que foi iniciada por Mãe Léa. Todos e todas, porém, já trabalhavam como pais e mães-de-santo, segundo eles, na linha de umbanda ou quimbanda, onde o sincretismo afro-brasileiro se evidencia mais forte. O que fica evidente, segundo os colaboradores, é que o que define um terreiro como sendo candomblé ou umbanda é o processo de feitura, no entanto, esta classificação demonstra que umbanda, naquele contexto, seriam todos os terreiros conduzidos por mães e pais-de-santo não iniciados no modelo nagô-queeto e jeje-mina.

A organização dos grupos de candomblé em Gongogi, e muito provavelmente na região sul, se baseava nas formas de organização dos candomblés de umbanda, quimbanda e caboclo, o que traz uma forte ligação entre ancestralidade, sincretismo e dupla pertença. Umbanda aqui não se trata de uma denominação comumente entendida por alguns teóricos como uma religião que se distancia do universo ancestral africano e indígena, mas de um tipo de organização autônoma que muito se aproxima das confrarias religiosas discutidas por Bastide (1971), principalmente no que se refere ao modo doméstico de funcionamento das atividades e do forte sincretismo afrocatólico-indígena mencionado pelos colaboradores.

Como diz Consorte (1999, p. 80), o Candomblé, ao assumir-se como religião, “implicando a imediata recusa da denominação de seita, corriqueiramente atribuída pela sociedade e incorporada pelos seus próprios adeptos, evidenciava, de pronto, a mudança de patamar que se buscava na relação com o catolicismo e as demais religiões denominadas como tais”. Consorte ainda explica que

Engendrado como foi nas entranhas da escravidão, não há como negar que o fenômeno do sincretismo religioso afro-brasileiro encontra-se inapelavelmente ligado ao processo de inserção do negro na sociedade brasileira e, conseqüentemente, ao da (re) construção da sua identidade revestindo-se da maior complexidade devido a multiplicidade de suas implicações. (CONSORTE, 1999, p.80).

Assim, o processo de iniciação, protagonizado por pai Zé de Ogum (Lundugunzo) da família de santo Oru Funjá, é um marco na história dos terreiros do

município. Este processo demarca um novo processo de aprendizado dos legados ancestrais africanos e das identidades étnicas dos sujeitos, mas não necessariamente uma ruptura, em vez disso, inaugura um processo de integração intergrupar e interação étnica. A feitura (ritos de iniciação que envolvem diferentes legados africanos), traz consigo novos símbolos carregados de mitos e valores culturais fundamentados na cosmovisão africana entendida comumente por diversos autores como jeje-nagô. Logo, a feitura é um campo de interação de primordial relevância para a investigação de qualquer fenômeno ou forma simbólica no candomblé, inclusive das zuelas, uma vez que estas passam pelo crivo de diferentes papéis exercidos pelos sujeitos em distintos momentos do padê e dos demais rituais procedidos pelas cantigas.

A partir de sua iniciação no Candomblé, Mãe Léa (Orussalê – nome que recebeu no renascimento como os seus orixás) assume outras posturas diante do candomblé “Os orixás queriam que eu seguisse os fundamentos e trabalhasse”. O apelo dos orixás não era apenas para que Mãe Léa continuasse o trabalho de mãe-de-santo; tratava-se agora também de voltar às raízes, o que nas palavras de Mãe Léa “são os fundamentos”. O passado ancestral justaposto de crenças em origens se acha ressignificado na contemporaneidade, por meio das raízes ditas pelos Orixás e pelos fundamentos ditos pela lalorixá, o que comprovam uma relação indissociável entre ancestralidade e identidade, e por que não dizer entre contingência e emergência, uma vez que se volta às raízes para afirmar as africanidades de seus pertencimentos étnico-religiosos, ao tempo que o sincretismo, antes válido para justificar o direito aos cultos agora serve como mote das transformações operadas no novo contexto.

Na nação Angola, a presença dos caboclos é indispensável. Os caboclos, os chamados bate-folhas ou cata-folhas, são regidos pelos Orixás. Dessa forma, cada orixá tem seus próprios bate-folhas para trabalhar harmonicamente. Os caboclos de Mãe Léa são: Sultão das Matas (bate-folha de Ogum), Boiadeiro (cata-folha de Iansã) e Juremeira (cata-folha de Oxóssi). Para Mãe Léa, “os caboclos são entidades subalternas aos orixás e os orixás não são subalternos a ninguém”. Os orixás têm uma posição de superioridade frente às demais entidades, sejam elas: caboclos, boiadeiros, marujos, ciganos etc.

Mas, como percebemos aqui, o caboclo toma a posição de intermediário entre a ancestralidade africana e os sujeitos do Terreiro. Isto fica muito claro quando Tia

Cira diz “A descendência de candomblé era de índios, era de rezador, era dessas coisas, não existia esse negócio de fazer santo”. No entanto, no seu processo de iniciação, o Caboclo Pataxó passa a ser intermediário dos orixás.

Relacionando “o dom de berço” e sua família, ela fala sobre este duplo pertencimentos indígenas e africanos. Tia Cira, ao falar da relação entre esses diferentes pertencimentos quando de sua iniciação, relata:

Aí já veio Orixá ... A minha descendência foi puxada de caboclo porque quando fez santo, minha mãe é Angola e queto, aí ela já puxou os meus Orixás, já veio do Angola, não tem mais nada a ver com meu caboclo, eles continuam do jeito que eles eram. Boiadeiro não é caboclo mesmo, boiadeiro é inquice, é egum. Agora Pataxó pode ler em qualquer lugar ele nunca foi morto, ele é vivo ele nunca morreu. (TIA CIRA, Ilê Axé Orussalê, Gongogi-BA, 2015).

Tia Cira cita o Boiadeiro, que é cata-folha de lãnsã, que estaria hierarquicamente acima do caboclo Pataxó, porém a sua relação de pertencimento ancestral é mais forte com o este último, uma vez que este já veio “de dote”, já nasceu com ela. Isto pode ser melhor explicado por ela mesmo em outros trechos de suas narrativas: “De quando eu me entendo por gente a minha descendência é desse jeito. A minha descendência começou assim, se eu tenho isso não foi ninguém quem me deu”. E prossegue “Os caboclos não podem passar na frente dos Orixás, mais os meus Orixás foram puxados depois e meu caboclo ele já veio de dote”.

Deste modo, a feitura de santo, como é conhecido o processo iniciático, não aniquilou os pertencimentos étnicos dos sujeitos que advinham de outras vivências e que traziam outros pertencimentos étnicos. O ori, portanto, não apagou os significados que formavam a identidade dos sujeitos, e, em vez disso, os sujeitos procuraram maneiras de ressignificar as diferentes maneiras de pertencer a este ou àquele grupo. Os mitos e ritos tomados como referência para justificarem seus pertencimentos étnicos estão em inúmeras culturas africanas, no entanto, os sujeitos constroem sentidos étnicos à medida que diferenciam esses traços dando-lhes significados que realçam e afirmam as suas identidades, construindo formas de pertencer e de não pertencer a determinados grupos e ancestrais.

José Carlos, depois de ter ficado muito tempo afastado das festas de candomblé em decorrência do falecimento de sua mãe biológica, diz que teve um dia que o veio a Gongogi e tocou na casa de Mãe Celma. Em seguida veio fazer uma

visita no terreiro de Mãe Léa. Foi neste dia que a ligação despertou novamente e que se sentiu novamente fortaleza para continuar fazendo o que ele sempre adorou fazer.

Eu estava encolhido e quem é do candomblé, no meu caso eu já nasci como você vai ver aí o que vem e meu desenrolar, então eu fiquei assim dentro da seita eu era muito influente eu vi muito, muito, muito. Desde quando a base, aquela estrutura que eu acompanhava faltou, aí eu fiquei solto, para mim voltar a me encaixar outra vez foi difícil, e foi por isso que durou esse tempo todo para eu poder me encaixar novamente, retomar o de antes. (JOSÉ CARLOS, Ilê Axé Orussalê, Gongogi-BA, 2015).

Acerca dessa caminhada no candomblé, ele narra o que lhe motivou a estabelecer o seu compromisso com o terreiro: “Olha tem mais tempo, mas assim com responsabilidade, como ogã da casa tenho uns 6 anos mais ou menos. Antes eu já frequentava, mas frequentava por frequentar. Continuando “se você me perguntar: por que você escolheu? Você vai corrigir tudo isso aí e vai ver que tem uma ligação. Minha mãe foi madrinha de santo da véa Léa. (...) Que foi eu e minha irmã que tocou para a saída de santo da véa Léa. Por que isso? Porque na língua do candomblé todas as duas falavam a mesma língua”. Reforçando seu argumento, ele diz:

A mesma língua, é tanto que mãe, o sobrinho, que era pai de santo da véa Léa e a véa Léa todos falam a mesma língua. Deu para entender? Do candomblé é a mesma língua. Mãe tocava Angola, mãe tocava todas as línguas: angola, queto, ijexá, enfim. Veja aí a véa Léa toca tudo também. Zé de Ogum – berolo – também tocava tudo. Então foi por aí que eu pude me encaixar de volta. (JOSÉ CARLOS, Ilê Axé Orussalê, Gongogi-BA, 2015).

Carneiro (1961, p. 79) observa que “os Orixás nagôs são, em geral, personagens evemerizados, que representam as forças elementares da natureza ou as atividades econômicas que se entregavam os negros na região do Níger”. Em território africano, o culto aos Orixás era constituído de forma regional e patriarcal. Em Oió, por exemplo, cultuava-se Xangô, orixá da justiça, do fogo e dos raios. Já em Irê, o domínio religioso era de Ogum, divindade ligada à guerra e a tecnologia.

Devido ao processo escravocrata, esse sistema coletivo territorial africano não foi possível de ser implantado no Brasil, como lembram diversos autores, a exemplo de Bastide (1971). Não por acaso os sujeitos de terreiros criaram um sistema próprio de descendência, baseados não apenas nas nações e as famílias de santo como elementos de fronteiras étnicas, mas também na diversidade de povos e culturas africanas reivindicadas através da ancestralidade que depende de diversos atributos

de um determinado sujeito com os orixás, inquices e voduns, um movimento que envolve mais uma vez as subjetividades dos sujeitos ao se relacionarem os orixás, inquices e voduns que são dono do ori.

Mesmo quando o espaço de convivência passa, neste processo de reformulação dos rituais, a receber um título: Ilê Axé, que significa “Casa de Força”, o sentido de terreiro continua sendo evocado como um espaço territorial que enuncia modos de organização estruturados por saberes e práticas de legados africanos dos diversos grupos negros e indígenas no Brasil. O terreiro é espaço de reunião, espaço de trocas entre sujeitos de diferentes saberes e práticas das culturas afro-brasileiras. Os traços culturais diferenciadores dessas culturas são negociados pelos sujeitos no terreiro, de modo que certos traços se tornam característicos de determinados grupos, variando de acordo com as subjetividades e as vivências de cada sujeito nas interações compartilhadas em tempos e espaços que se cruzam cotidianamente.

As formas de filiações étnicas podem se pautar, portanto, na variação e no cruzamento desses traços que são trabalhados em nome das distinções, quando os sujeitos recriam maneiras de manter seus símbolos identitários em face das diferenças que lhes fazem peculiares no processo interativo das convivências. Assim, traços como nações, famílias de santo, orixás, inquices, voduns e caboclos que fazem parte do ori de cada sujeito, zuelas, toques, danças, comidas e uma infinidade de sentidos operados por meio das palavras, sentimentos, gestos e atitudes são recompostos culturalmente pelos sujeitos em face das relações étnicas construídas nas vivências dos terreiros.

O terreiro, antes espaço físico onde os africanos escravizados promoviam seus encontros com cantos e danças, passa a ser um espaço social de compartilhamento de vivências e negociações políticas, um espaço, como diria Sodré (1998) de cruzamento dos espaços e dos tempos compreendidos na especialização do grupo negro. Os africanos transformaram o terreiro em espaço vital que se mobiliza, altera o sentido de tempos e espaços, que ganha novos contornos, outros sentidos, significados próprios de seus entendimentos organizativos da vida. Nações, famílias de santo e sistema de descendência reencontram-se num jogo multivocal da reelaboração dos mitos e ritos afro-brasileiros, em que os atributos étnicos de cada sujeito se enunciam por meio dos saberes que eles carregam, de suas ancestralidades e das diversas etnicidades compartilhadas no terreiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo começa com Exu no padê, até chegar à culminância da festa, com a feijoada. Um momento deriva da existência do outro, passando a ser fruto daquele momento principiado. A festa não tem fim, é retomada nos dias seguintes até se encerrar os trabalhos zuelando para Oxalá e rezando os fundamentos de encerramento. Existe uma relação de interdependência entre as festas. A feijoada de Ogum depende da Festa de Exu e Pombagira, que se realiza antes ou depois da Páscoa. Não por acaso as outras obrigações do ano dependem destas primeiras obrigações para serem realizadas e todas elas terminam e recomeçam na virada do ano, com a obrigação de Oxalá, em dezembro. O momento de culminância da obrigação é na passagem de ano, exatamente a zero hora, momento em que os filhos e filhas da casa estão na roda de ingoroci. Fogos de artifícios explodem no céu e a zero hora ecoam diferentes ilás, gritos polifônicos de um discurso vivido que não cessa de evoluir. Os orixás, inquices e voduns de cada iaô descem para renovar as suas forças.

As formas simbólicas objetos deste estudo não são apenas objetos, elas são vividas, narradas, imaginadas, ritualizadas. Elas não existem em outro lugar senão na criação simbólica de sujeitos conscientes de sua atuação política na sociedade. Os símbolos palavras, comidas, toques e nomes estão nas encruzilhadas, nas matas, nos rios, nos mares, nas montanhas, nos rancos das trovoadas, no fogo dos raios, na lama, nos pantanais, nos diversos elementos da natureza. Todavia, elas só se tornam símbolos quando cantadas, quando pronunciadas, quando reinventadas, quando reivindicadas. Os símbolos não são nada para a humanidade se não são a capacidade de criar diferentes formas de significação para a vida.

A forma como cada sujeito elabora e produz expressões culturais faz parte da própria existência, dos complexos que emanam das construções históricas, políticas e filosóficas das formas de socialização humana que se reconstrói em tempos e contextos diversos. Assim, toda forma de *expressar algo* pode ser uma forma simbólica, na medida em que os seus significados estão sempre ligados a aspectos histórico-culturais, em determinadas condições de estruturação e interação.

Os colaboradores, em função de suas experiências e saberes, deram ênfases a formas simbólicas diferenciadas. Alguns se aprofundaram mais nas comidas, outros nos toques, e outros nas qualidades de Exu. Podemos perquirir, com essa questão,

que cada sujeito fala daquilo que identifica os seus pertencimentos, as suas ancestralidades. Ampliar o campo de percepção e análise dessas formas simbólicas não significou abandonar o objeto da pesquisa, mas implicou construir sempre novas possibilidades de interpretações em torno de sua complexidade.

Através das interações vividas pelos sujeitos de terreiros, uma infinidade de elementos são simbolizados na construção dinâmica dos sentidos étnicos de ser de terreiro: personagens (não apenas pessoas), lugares, objetos, sentimentos e desejos (os mais diversos), o corpo e suas partes, arquétipos físicos e culturais, espaços físicos e sociais (o mundo, o Universo, as cidades, os lugares, etc.), o tempo e suas dimensões cronológicas, fenômenos naturais e os infindáveis elementos da natureza, acontecimentos históricos, seres vivos e inanimados de todas as ordens, etc. Os símbolos vividos no padê, portanto, fazem parte dos modos diversos de viver e perceber a vida, evocam ancestralidades que estão dentro de culturas afro-brasileiras, do universo negro de vivências e saberes.

Por ser um fenômeno universalmente político, cultural e social, a etnicidade pode ser interdisciplinarmente tomada por diferentes estudiosos e perspectivas teóricas, mas o certo é que as etnicidades não existem sem que os sujeitos de diferentes processos generativos as negociem numa constante e dinâmica construção de campos interativos na vida quotidiana. A etnicidade arranca traumas, orgulhos e glórias do passado e fazem-nas emergir nos quotidianos, que são dinamicamente reconstruídos e ressignificados pela humanidade de modo geral. Identidade, fronteiras, realces e origem se imbricam na fixação dos símbolos identitários como “processos contínuos e não intermináveis”³¹ nessas relações vivenciadas no terreiro.

O grande desafio deste estudo foi articular, com todos os sujeitos da pesquisa, um trabalho capaz de responder às expectativas do estudo objetivado. O que aprendemos com este estudo é também um convite para continuarmos a explorar as águas dos poços sagrados dos terreiros. Aprendemos, com os colaboradores desta pesquisa, que as identidades étnicas se banham e se bebem das águas de vários poços que se encruzam. Eles e elas dizem que “candomblé é poço fundo”, e com uma simplicidade intrigante questionam: “Será que um dia varreremos o fim do poço?”

³¹ Poutignat & Streiff-Fenart (1988, p. 165).

GLOSSÁRIO

Abiã – participante do terreiro que ainda não é feito.

Adjá – instrumento sonoro utilizado pela mãe de santo para intermediar diversas atividades nos rituais.

Apoti – bancos pequenos para assento; tamboretas.

Axé – força, energia cósmica dos orixás, inquices e vodus.

Descer – expressão que designa a vinda do orixá em terra.

Digina – nome que o orixá, inquice ou vodu traz quando da feitura do iniciado.

Ebome – iaô que já pagou sete anos de sacrifício após a feitura, portanto já é babalorixá (pai de santo) ou ialorixá (mãe de santo).

Entoto – centro do barracão, onde são assentados fundamentos dos orixás.

Feitura – processo iniciático que torna o sujeito iniciado no candomblé, o que justifica a expressão “feito no santo”.

Iamorô - sacerdotisa responsável pelo padê de Exu

Iaô – sujeito rodante que é feito no santo.

Ingoma – atabaques, tambores.

Metá-metá – orixá, inquice ou vodu nascido da composição de duas qualidades de orixás, inquices e vodus diferentes (Ex: Ogum Xoroquê – Orixá metade Ogum e metade Exu).

Pagodô – parte do barracão onde ficam os atabaques.

Rodante – sujeito que traz o dom de receber o orixá em terra.

Virar – expressão utilizadas pelos sujeitos do terreiro para designar a vinda do orixá nos sujeitos rodantes.

Xirê – ordem de procedência das zuelas para os orixás, inquices, vodus e caboclos.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: rito nagô*. Vol. I. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & CIA. LTDA, 1971.

CARNEIRO, Edson. *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: Ed. Ouro. 1961.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CONSORTE, Josildeth Gomes. Em torno de um manifesto de ialorixás baianas contra o sincretismo. In: CAROSO, Carlos; BACELAR, Jéferson (Orgs.). *Faces da Tradição Afro-Brasileira: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafricanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida*. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador-BA: CEAO, 1999.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

SOUZA JUNIOR, Vilson Caetano de. *Na palma da minha mão: temas afro-brasileiros e questões contemporâneas*. Salvador: EDUFBA, 2011.

THOMPSON, John. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1995.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 42, n. 2, p. 85-93, 2006.

Capítulo 8
QUESTÕES INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE
GEOGRAFIA: ABORDAGENS E REFLEXÕES
Cloris Miranda Bispo

QUESTÕES INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA: ABORDAGENS E REFLEXÕES



DOI: 10.5281/zenodo.17459475

Cloris Miranda Bispo

Mestranda em Estudos Territoriais (Proet/UNEB). Graduação em Turismo e Geografia. Especialização em Metodologia do Ensino Superior, Pesquisa e Extensão pela Universidade do Estado da Bahia. Especialização em Metodologia do Ensino de Geografia e História pela Uninter/EAD. Lecionou no curso de Graduação em Gestão Tecnológica em Turismo Receptivo. É servidora pública da Prefeitura Municipal de Salvador, lotada na Secretaria Municipal de Ordem Pública (Semop). E-mail: cloriturismo@gmail.com

RESUMO

O Brasil é um país de grande diversidade étnica e cultural bem como de extensões territoriais. Cada povo que pertence a uma determinada sociedade vive em diferentes espaços e compreende de maneira também diferente a sua realidade. A formação do Brasil ao longo da história foi marcada por uma variedade de povos, cada povo com um modo de vida, especificidades e espacialidade territorial. Os indígenas, povos originários do Brasil, vivem em espaços/territórios diferenciados, tendo que existir e reexistir em suas terras tidas por direito constitucional. Contudo, são povos que necessitam dialogar com a sociedade não indígena que o cercam e, para tanto necessitam de conviver e aprender o funcionamento dos sistemas sobretudo, o educacional pois, é preciso manter contato seja para venda de seus trabalhos artesanais, seja para usufruir das políticas públicas inerentes às suas necessidades, como saúde, moradia e acesso à terra. É a partir do Livro Didático de Geografia do ensino médio que o presente artigo objetiva analisar como a temática indígena tem sido abordada referenciando, a Lei nº 11.645/08, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática da história e da cultura afro-brasileira e indígena. O foco que se apresenta neste trabalho é levantar as questões territoriais indígenas em algumas coleções didáticas advindas através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), nos dois últimos períodos compreendidos entre 2018/2020 e 2021/2023, que foram enviados para as instituições escolares públicas de Salvador/BA. Os procedimentos metodológicos dessa pesquisa foram divididos em cinco partes para melhor compreender o seu desenvolvimento. Justifica-se metodologicamente, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e exploratório com o propósito de verificar como as questões territoriais são abordadas no Livro Didático. Como resultados apontaram para uma “certa” e ainda limitações sobre as questões indígenas trazidas como conteúdos nos Livros Didáticos, mostrado que ainda é preciso descolonizar para decolar no processo de ensino-aprendizagem

colocando os estudantes e professores frente a várias culturas que são produtoras e agentes sociais dentro do espaço geográfico. Para isso, propõem uma outra maneira de aparições e representações do tema de cuja a base seja formada por fonte original dos próprios indígenas como forma de valorizá-los e representá-los.

Palavras chave: Povos indígenas. Territórios. Lei 11.645/08. Livros Didáticos.

ABSTRACT

Abstract: Brazil is a country of great ethnic and cultural diversity, as well as territorial extensions. Each people within a given society lives in different spaces and understands their reality differently. The formation of Brazil throughout history has been marked by a variety of peoples, each with its own way of life, specificities, and territorial spatiality. Indigenous peoples, the original peoples of Brazil, live in distinct spaces and territories, having to exist and re-exist on their lands, which are constitutionally rightfully theirs. However, these peoples need to engage in dialogue with the non-indigenous society that surrounds them. To do so, they need to coexist and learn how its systems work, especially the educational system. Maintaining contact is essential, whether to sell their artisanal work or to benefit from public policies that address their needs, such as healthcare, housing, and access to land. Based on the high school geography textbook, this article aims to analyze how Indigenous themes have been addressed, referencing Law No. 11.645/08, which includes mandatory inclusion of Afro-Brazilian and Indigenous history and culture in the official school curriculum. This work focuses on Indigenous territorial issues in several textbook collections produced through the National Textbook Program (PNDL) in the last two semesters (2018/2020 and 2021/2023), which were sent to public schools in Salvador, Bahia. The methodological procedures of this research were divided into five parts to better understand its development. It is methodologically justified because it is a qualitative and exploratory bibliographic study aimed at verifying how territorial issues are addressed in textbooks. The results indicated a certain degree of, and yet limitations on, Indigenous issues presented as content in textbooks, demonstrating that decolonization is still necessary to take off in the teaching-learning process by confronting students and teachers with various cultures that are producers and social agents within the geographic space. To this end, they propose a different approach to presenting and representing the topic, based on original sources from Indigenous peoples themselves, as a way to value and represent them.

Keywords: Indigenous peoples. Territories. Law 11.645/08. Textbooks.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho o objetivo principal é levantar as questões territoriais indígenas, tendo como referência a Lei nº 11.645/08³², e como objeto de análise os Livros

³²Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil,

Didáticos de geografia do ensino médio dos dois últimos períodos dos (PNLD) 2018/2020 e 2021/2023. Desde do tempo de escola primária fazendo o percurso de casa até a unidade escolar, avistava os “Índios” = como eram chamados naquele tempo. Surgiu desde então, uma inquietação e inúmeros questionamentos acerca destes povos, que agora são chamados de Povos Originários Tradicionais do Brasil. É sabido que há uma negação histórica na história indígena dada, por que não dizer, a infinitas negligências de considerações/estudos/abordagens desta temática nos mais diversos materiais didáticos que chagam nas instituições de Educação Básica tanto públicas quanto privadas.

Legalmente, há um reconhecimento do Estado brasileiro sobre o ensino da temática indígena nas escolas, a Lei nº 11.645/08, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Os Livros Didáticos, por sua vez, são disponibilizados através do PNLD³³ e pelo Ministério da Educação – MEC, onde devem seguir o que diz a referida lei, de estudar a história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os componentes curriculares nas unidades escolares. Estes instrumentos jurídicos buscam reconhecer e valorizar a cultura e história indígena na tentativa de acabar com a discriminação destes que ora continuam invisibilizados pela sociedade acadêmica e civil. Pode-se dizer que foi um grande avanço a instituição desta lei, como ação afirmativa de reconhecimento, necessidade e importância de toda representatividade dos povos indígenas.

As escolas públicas e privadas são um espaço de formação de cidadãos conscientes e reflexivos, e tem a obrigatoriedade de tornar favorável o conhecimento

a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm).

³³ Lei 9.099 de 18 de julho de 2017, dispõe sobre Programa Nacional do Livro e do Material Didático e segundo o Art. 1º O Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, executado no âmbito do Ministério da Educação, será destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm).

das mais diversas etnias que compõe a formação do povo brasileiro, valorizando com isso, sua multidiversidade, multiculturalidade como também o direito às diferenças.

Entretanto, é necessário verificar se estes ensinamentos, no que trata a lei, estão sendo efetivamente aplicado, abordado e estudado no ensino de geografia. Por isso, o problema desta pesquisa constitui-se: Como estão sendo abordados as questões territoriais indígenas nos Livros Didáticos? E com o objetivo de levantar estas abordagens no Livro Didático, foram selecionadas algumas escolas públicas de Salvador/BA, sobretudo aquelas que são conveniadas ao IFBA, Campus Salvador, para efeito de Estágio Supervisionado, componete curricular obrigatório para a formação do discente em formação. Foram analisadas as coleções de livros que foram ofertadas pelo (PNDL) no período de 2018/2020 e 2021/2023.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Brasil é um país de grande diversidade étnico-cultural bem como de extensões territoriais. Cada povo que pertence a uma determinada sociedade vive em diferentes espaços e compreende de maneira também diferente a sua realidade. A formação do Brasil ao longo da história foi marcada por uma diversidade de povos, cada povo com um modo de viver, com suas especificidades e espacialidades. Os indígenas, povos originários do Brasil, vivem em espaços/territórios diferenciados, tendo que existir e (re)existir em suas terras tidas por direito constitucional. Contudo, são povos que necessitam dialogar com a sociedade não indígena que o cerca e, para tanto necessitam conviver e aprender o funcionamento dos sistemas sobretudo, o educacional pois, é preciso manter contato seja para venda de seus trabalhos artesanais, seja para usufruir das políticas públicas inerentes às suas necessidades, como saúde, moradia e acesso à terra.

Este trabalho é um recorte da pesquisa intitulada Análise das questões territoriais indígenas nos livros didáticos de Geografia do Ensino Médio, realizada no âmbito da Licenciatura em Geografia, no Instituto Federal da Bahia (IFBA). A questão norteadora foi: Como as questões territoriais indígenas são abordadas nos livros didáticos de Geografia do Ensino Médio? Neste sentido, a pesquisa de abordagem qualitativa teve como principal objetivo analisar como as temáticas territoriais têm sido contempladas nesse importante dispositivo didático, ancorada na Lei nº 11.645/08, que inclui no currículo oficial da rede de ensino da Educação Básica a obrigatoriedade

da abordagem de temáticas vinculadas à história e cultura afro-brasileira e indígena. As escolas públicas e privadas são um espaço de formação de cidadãos conscientes e reflexivos, e têm a obrigatoriedade de tornar favorável o conhecimento das mais diversas etnias que compõem a formação do povo brasileiro, valorizando com isso, sua multidiversidade, multiculturalidade como também o respeito às diferenças. As problemáticas que muitas vezes envolvem os livros didáticos vêm sempre mobilizando pesquisadores, acadêmicos e estudiosos de diversas temáticas, a refletirem sobre esse importante e potente recurso didático presente na escola. O foco que se apresenta foi compreender as questões territoriais indígenas abordadas em seis coleções didáticas adotadas nas escolas públicas de Salvador/BA, por meio das ações do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), em dois triênios, compreendidos entre 2018/2020 e 2021/2023. A análise da questão destacada contemplou, também, as representações imagéticas e textuais pertinentes às temáticas indígenas contempladas nas obras didáticas. Legalmente, há um reconhecimento do estado brasileiro sobre o ensino da temática indígena nas escolas, a Lei nº 11.645/08, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Os Livros Didáticos, por sua vez, são disponibilizados através do PNLD e pelo Ministério da Educação – MEC, onde devem seguir o que diz a referida lei, de estudar a história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os componentes curriculares nas unidades escolares. Estes instrumentos jurídicos buscam reconhecer e valorizar a cultura e história indígena na tentativa de acabar com a discriminação destes povos que continuam invisibilizados por falta de políticas públicas visando melhorias em seus territórios e por ter seus direitos constitucionais negados. Pode-se dizer que foi um grande avanço a instituição desta lei, como ação afirmativa de reconhecimento, necessidade e importância de toda representatividade dos povos indígenas. As escolas públicas e privadas são um espaço de formação de cidadãos conscientes e reflexivos, e tem a obrigatoriedade de tornar favorável o conhecimento e aprendizagem das mais variadas temáticas, inclusive sobre as diversas etnias que compõem a formação do povo brasileiro, valorizando com isso, sua multidiversidade, multiculturalidade como também o direito às diferenças.

Entretanto, é necessário verificar se estes conhecimentos e ensinamentos, no que trata a lei, estão sendo efetivamente aplicados, abordados e estudados no ensino de geografia. Por isso, o problema desta pesquisa constitui-se: Como estão sendo abordadas as questões territoriais indígenas nos Livros Didáticos? E com o objetivo de levantar estas abordagens no Livro Didático, foram selecionadas algumas escolas públicas de Salvador/BA, sobretudo aquelas que são conveniadas ao IFBA, Campus Salvador, para efeito de Estágio Supervisionado, componente curricular obrigatório para a formação do discente em formação. Foram analisadas as coleções de livros que foram ofertadas pelo (PNLD) no período de 2018/2020 e 2021/2023. Falar do livro didático, sobre este instrumento do saber é, sem dúvida alguma, se envolver nada mais nada menos, em um tema complexo. É difícil defini-lo pois, implica na sua verdadeira função – que é escolar de um lado e do outro produto de mercado com interferências de pessoas na sua confecção e circulação como também no seu consumo. Isto, significa pensar na sua finalidade: a educativa - no sentido ligado ao conhecimento científico no mundo contemporâneo e a outra - lucrativa orientada pelas políticas governamentais e editoriais como também pela iniciativa privada.

Alguns teóricos explanam sobre o livro didático, por exemplo:

Os livros podem ser definidos como ferramenta pedagógica destinada a facilitar a aprendizagem; constituem um suporte dos conteúdos que a sociedade valoriza e quer passar aos jovens; devem estar de acordo com os programas oficiais, quando estes existem; e, por fim, transmitem um sistema de valores e uma ideologia. Na França, no século XIX, os manuais escolares exerceram ainda um papel determinante na unificação lingüística do território (Choppin, 2004. p. 549).

O mesmo autor colabora enfatizando as funções do livro didático:

Função referencial ou curricular (tradução fiel do programa ou uma de suas possíveis interpretações, quando há livre-concorrência); função instrumental (métodos de aprendizagem, atividades, exercícios); função ideológica e cultural (língua, cultura e valores das classes dominantes e objeto privilegiado de construção da identidade nacional) e função documental é entendida como um conjunto de documentos textuais ou iconográficos (Choppin, 2004, p. 553).

Conforme explana Munakata (1997), em sua tese de doutorado faz uma análise do livro didático sob a ótica da produção:

Talvez seja interessante perceber, então, que a realização do lucro

só é possível porque essas mercadorias são também cristalizações do trabalho efetivado por um contingente de trabalhadores mais ou menos especializados, executando tarefas distribuídas segundo um esquema de divisão de trabalho mais ou menos pormenorizado. Nesse mundo humano, demasiadamente humano, esses trabalhadores, agentes da produção editorial, que vendem a alma para o capital, fazem-no até mesmo pensando na melhoria da qualidade de ensino, do mesmo modo que um médico assalariado, por exemplo, ao engordar o lucro do patrão, pode também procurar atender bem o paciente. Se o efeito disso é a retroalimentação do sistema é outra história (Munakata, 1997. p. 34).

Para a autora Corrêa (2000), em sua pesquisa, trata do livro didático como fonte de pesquisa em educação e explana:

O parâmetro da comercialização [...] requer que sejam postos em questão, como elementos de análise, os pressupostos pedagógicos que supostamente orientam a organização e a produção desse tipo de material escolar. Além da natureza diferenciada que está na base da existência desse tipo de livro, ele exige uma organização interna diferenciada em virtude das exigências didáticas que lhe são atribuídas, tanto no que se refere à distribuição do conhecimento, quanto pelo modo de enveredar por ele através das tarefas correspondentes às informações a serem assimiladas. Provavelmente, nenhum material escolar sofreu tanto as influências das leis de mercado quanto esse. Fundamentalmente porque as políticas do livro escolar mantiveram conectados os interesses estatais aos privados (Corrêa, 2000. p. 22).

Silva (2006), colabora com o tema destacando, o papel do livro didático:

Um dos lugares formais do conhecimento escolar, pelo menos daquele saber julgado necessário à formação da sociedade e dos seus indivíduos. [...] É parte da identidade profissional do professor e atravessa a vida do estudante. Apenas por questões econômicas, ou por alternativas pedagógicas, não estaria presente em classe e, nesse caso, não deixaria lacunas, mas cederia lugar a outros procedimentos ou, no mínimo, a anotações (Silva, 2006. p. 34).

A autora destaca que o livro como instrumento pedagógico remete para um debate sobre a educação brasileira no que diz respeito as políticas do estado como também aos métodos e currículos. E ainda, estudar o livro didático não é fácil pois: i) percebe-se que, pelo seu teor polêmico, pela associação que se faz a algo que envelhece ou desatualiza-se rapidamente, ou ainda pela marca comercial que carrega, nem sempre o livro didático é visto com bons olhos pela academia (Silva, 2006). E cabe aqui um questionamento: será mesmo? Para não concluir com as explanações destes teóricos mencionados anteriormente, sobre o livro didático, Bittencourt (2003, 2004), nos blinda com seus escritos:

O livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Como mercadoria ele sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Em sua construção interferem vários personagens, iniciando pela figura do editor, passando pelo autor e pelos técnicos especializados dos processos gráficos, como programadores visuais, ilustradores. [...], mas o livro didático é também um depositário dos conteúdos escolares, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares: é por seu intermédio que são passados os conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais de uma sociedade em determinada época. O livro didático realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicitação curricular. Nesse processo, ele cria padrões linguísticos e formas de comunicação específicas ao elaborar textos com vocabulário próprio, ordenando capítulos e conceitos, selecionando ilustrações, fazendo resumos etc. Além de explicitar os conteúdos escolares, é um suporte de métodos pedagógicos, ao conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos individuais ou em grupo e formas de avaliação do conteúdo escolar (Bittencourt, 2003, 2004. p. 40, 72, 174).

Trazer estes escritos justifica-se, primeiro, por entender a importância e o papel que o livro didático desempenha no espaço escolar e na academia. Segundo, por ser um potente instrumento de conhecimento para as ações pedagógicas, para as práticas docentes na educação brasileira e o uso na sala de aula. O livro é considerado parte integrante na formação do saber dos alunos e ainda, fundamental para as práticas educacionais de Ensino. E terceiro, certamente, permanecerá tendo essa condição por vários anos.

Vale ressaltar, que as condições de trabalho, muitas vezes, obrigam aos professores atuarem em várias escolas com jornadas diferenciadas e turnos também diferenciados. Neste contexto, o livro didático pode assumir um papel ainda maior dentro da instituição escolar e na vida do professor. Outrossim, ele não pode ser a única ferramenta nem recurso utilizado pelo professor, nem deve ser desprezado, mas, observar e fazer o possível para utilizar aquele que melhor contribuam com os aprendizados dos estudantes que fazem deles uma fonte de pesquisa e de conhecimento. Do ponto de vista acadêmico e científico, os livros didáticos têm sido objeto de muitas pesquisas no Brasil e no mundo nas mais diversas áreas do conhecimento com variados enfoques e linhas de análises.

Neste trabalho, sobre questões territoriais indígenas nos livros didáticos de geografia e dada a importância de pesquisar a categoria de análise geografia

território referenciando a Lei nº 11.645/08, faz-se necessário uma explanação com a finalidade de entender conceitualmente, algumas categorias de análises geográficas: espaço, lugar e território. Estes conceitos foram escolhidos por entender que são os que mais interessam nesta pesquisa e que melhor se relacionam com as questões territoriais indígenas. Todavia, considera-se neste trabalho o estudo da categoria de análise geográfica território relacionando às questões indígenas no livro didático. O espaço na maioria das vezes é compreendido a partir da realidade de mundo experimentado, vivido e percebido com as suas dimensões materiais e naturais que se expressam efetivamente, pelas relevantes edificações, pela natureza, pela sociedade como todo e suas representações. Conforme aponta Santos (2014),

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (Santos, 2014. p. 30-31).

Entende-se, em linhas gerais, que os espaços são construídos pela sociedade já que as relações sociais podem ser visivelmente verificadas, tornando-se possível a dinâmica de experimentar, vivenciar e perceber a realidade. Pode-se verificar também as rugosidades e ou as marcas registradas/deixadas nestes espaços. Haesbaert (2017), explana,

O espaço, sem dúvida, é testemunha e veículo dessa dinâmica. Nele são travados combates, estão cicatrizes de lutas, erguem-se monumentos ao novo tempo e através de seus signos há a realização simbólica daquilo que comumente se concebe como vida moderna. Em síntese, nos espaços estão os signos da permanência e da mudança, e são vividos os ritos da ordem e do caos, da disciplinarização e dos desregramentos. Seus múltiplos sentidos são vivenciados, a cada instante, nos mais diferentes lugares do planeta. [...] o papel do espaço, hoje indissociável em suas perspectivas natural e social, pode ser interpretado tanto como rugosidades/constrangimentos, que redirecionam os processos sociais e econômicos, quanto como referenciais inseridos na vida cotidiana e que perpassam nossas identidades coletivas (Haesbaert, 2017. p. 81).

Segundo o autor, Santos (2012), esclarece que:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do

presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí por que a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares". (Santos, 2012 p.153).

Não se pode falar de espaço/território ou da sua constituição sem pensar nas Categorias do Método Geográfico que segundo Santos (2008), "o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação". As marcas (passado) e os elementos (transformadores espaciais), sejam da natureza ou do homem, enquanto sujeito social, vivem interferindo no espaço e em cada lugar, seja ele específico ou não. Não é uma tarefa fácil conceituar território, até por que este conceito é muito complexo sob a ótica das relações e organizações humanas que se espacializa. Estudar o território é pensar como a sociedade está devidamente assentada e ou acolhida no mundo considerando, a relação Homem x Natureza. Vale ainda dizer, que o território pode ser considerado como palco de atuações dos acontecimentos econômicos e das transformações sejam sociais e/ou urbanas. Precisa-se aqui pontuar, sobre a presença do poder, dominação territorial, aspecto que determina a constituição de um território quer se manifeste pela ordem econômica, política, social ou a relação de todos eles uma vez que, essa dominação territorial é histórica e avança se reconstituindo de acordo a vários contextos específicos. Haesbaert (2005) explana

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (Haesbaert, 2005, p. 67).

Nesta citação, o autor traz dois aspectos para definir território: o sentido concreto e simbólico, onde há em ambos a construção de relações de poder. O aspecto concreto, representado pela dominação e no aspecto simbólico pela apropriação. Todavia, a apropriação simbólica só pode existir com a participação dos indivíduos que por sua vez, irão se apropriar do território, criando e recriando sinais, símbolos específicos para a constituição de territórios. A interferência dos sujeitos é necessária para haver a construção territorial. Os símbolos que são criados e colocados em determinado território podem definir a sua posse, dominação pois, os mesmos podem definir, garantir e demarcar a posse desse território. Então, como conceituar o espaço/território indígena? Primeiramente, em um entendimento jurídico

de terras indígenas, dizer que consta na Constituição Federal de 1934, no seu art. 129: “Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las”. (Brasil, 1934), como sendo a primeira Constituição a assegurar os direitos territoriais dos povos indígenas do Brasil.

Na Constituição de 1937 – conhecida como Polaca, manteve na sua redação o direito à terra em seu art. 154, que diz: “Será respeitada aos silvícolas³⁴ a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, porém, vedada a alienação das mesmas”. (Brasil, 1937). Os indígenas permaneceram tendo todo direito a posse de suas terras sob vedação de alienação como forma de proteção.

Na Constituição de 1946 consta no art. 216 que: “Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem”. (Brasil, 1946). Nesta, consta ainda que a competência de legislar a incorporação dos silvícolas a sociedade é exclusiva da União.

A Constituição de 1967, manteve a escrita das anteriores, ou seja, os direitos já existentes e acrescentou no art. 186 que as terras indígenas são bens da União: “é assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes”. (Brasil, 1967). A EC³⁵ nº 1/69 no art. 169, relata uma mudança na relação jurídica tendo um reconhecimento das riquezas naturais que nelas existem. Em todas estas constituições brasileiras são dadas a devida atenção às terras dos povos indígenas.

No entanto, a Constituição Federal de 1988, em alguns de seus artigos alterou a relação com o Estado a respeito dos povos indígenas. No texto desta constituição o art. 231 e seus parágrafos tratam:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as

³⁴ Para maiores esclarecimentos, consulte a Lei nº 6.001/73.

³⁵ A Emenda Constitucional de nº 01/69 - edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967.

necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. (Brasil, 1988).

Em seguida no art. 232, nota-se que foi um resultado de luta como também de mobilização dos povos indígenas em fazer valer seus direitos no campo territorial, q que diz: “Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”. (Brasil, 1988). Diante a luta dos povos indígenas e sobre a constituição de 1988, o autor Souza Filho (2012), colabora:

A constituição democrática de 1988 revolucionou a relação entre o Estado e os povos indígenas por que reconheceu o direito de permanecerem para sempre como índios; parecia ser o fim de cinco séculos de política integracionista”. (Souza Filho, 2012. p. 90).

Dois dispositivos se fizeram presentes nos discursos de direito ou posse das terras indígenas como exemplo: a Convenção nº 169/89, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Indígenas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. São instrumentos legais, de grande importância para a questão indígena como também, de reconhecimento e garantia de que os povos indígenas têm do estado o respeito e a proteção dos seus direitos territoriais que visa a reprodução sociocultural desses povos diante dos órgãos jurídicos e sociedade civil. Ditas estas linhas de cunho constitucional, resta-nos trazer na tentativa de responder ao questionamento feito anteriormente, sobre o conceito de território para os povos indígenas. Assim, nos escritos do autor indígena Daniel Munduruku (2018) declara que:

Quando os povos indígenas lutam pela demarcação do seu território, na verdade eles estão lutando pelo direito de existir, não de sobreviver. Porque para sobreviver basta um pedacinho de terra. O indígena vê a terra como um conjunto. O que seria para as pessoas ter muita terra, é dar sentido para o estar no mundo. Terra para a gente é parte da gente. O indígena olha para a terra não como um objeto a ser negociado, mas algo que faz parte de si. Faz parte da sua própria existência³⁶ (Munduruku, 2018).

³⁶Documentário “Muita terra para pouco índio” dos Diretores Bruno Villela e Sérgio Lobato. Faz parte de uma série de 13 filmes que mostra as comunidades indígenas e suas culturas assim como, discurso sobre as terras indígena e seu direito de permanecer nelas.

Esta declaração do escritor Daniel Munduruku faz uma reflexão de como os povos indígenas vêm e sentem o seu espaço/território. Fala sobre a representatividade da terra para as comunidades indígenas, da luta pelo direito de (re)existir. A terra para os povos indígenas não é objeto negociável, não se vende e sim é um espaço/território = terras, para viver. Certamente, este viver se refere a necessidade de pescar, de caçar, do caminhar pela floresta, do Bem Viver no seu espaço territorial. Para o antropólogo Gualinga (2016), o Bem Viver³⁷ constitui uma categoria central da filosofia de vida das sociedades indígenas. [...] é um modo de vida de várias comunidades indígenas que não foram totalmente absorvidas pela modernidade capitalista ou que resolveram manter-se à margem dela. Complementando, Oliveira (2016), colabora dizendo,

Território indígena é, portanto, “um espaço da sobrevivência e reprodução de um povo, onde se realiza a cultura, onde se criou o mundo, onde descansam os antepassados. Além de ser um local onde os índios se apropriam dos recursos naturais e garantem sua subsistência física é, sobretudo, um espaço simbólico em que as pessoas travam relações entre si e com seus deuses. Há que se ressaltar, ainda, que a apropriação de recursos naturais não se resume em produzir alimentos, mas consiste em extrair matéria-prima para a construção de casas, para enfeites, para a fabricação de arcos, flechas, canoas e outros e, ainda, em retirar as ervas medicinais que exigem determinadas condições ecológicas para vingarem. [...] E o território indígena tem uma particularidade: o de ser coletivo e pertencer igualmente a todo o grupo. Não existe a propriedade privada entre os índios. Todos têm acesso à terra, e esse acesso é efetivado através do trabalho e de ocupação de fato de uma determinada porção do território tribal. Os grupos indígenas também têm diferentes formas de concepção de seu território (Oliveira, 2016. p.184-185).

Ainda segundo o autor, para os povos indígenas o espaço/território é de “sobrevivência e reprodução”, é de 500 anos histórico de um povo que resiste para sobreviver, viver e existir. O território dos povos indígenas que, teoricamente, difere do entendimento do território capitalista, conforme explicitadas anteriormente, tem valor simbólico, sentimento de pertencimento dentro do seu habitat.

³⁷ Para o antropólogo Viteri Gualinga o Bem Viver constitui uma categoria central da filosofia de vida das sociedades indígenas. [...] é um modo de vida de várias comunidades indígenas que não foram totalmente absorvidas pela Modernidade capitalista ou que resolveram manter-se à margem dela.

METODOLOGIA DA PESQUISA

O caminho metodológico da pesquisa está sustentado pelos percursos teórico-conceituais elencados para este estudo, em conformidade com os objetivos específicos e a questão norteadora. E é nesta caminhada metodológica que foram realizados os procedimentos no que tange à metodologia da pesquisa. Segundo Minayo (2016. p.16), “[...] toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por meio de uma dúvida”, que por sua vez é articulada e ou vincula-se a outros conhecimentos anteriores obtidos e podem até requerer a criação de novos referenciais que possam surgir a partir do objeto investigado devido à ampliação do conhecimento adquirido mediante as pesquisas. E esse conhecimento anterior, que chamamos de teoria, já foi construído por teóricos e dão luz sobre a investigação, ou seja, corrobora e ou auxilia no entendimento da questão a ser pesquisada como também, estende para novas investigações e construções. Ainda, segundo a Minayo (2016. p. 14) nos diz que,

[...] a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, capacidade crítica e sua sensibilidade).

O pesquisador a partir desse ponto e por meio de exaustivas buscas recolhe diversos materiais bibliográficos e documentais significativos para dar conta de seu objeto de estudo e poder trabalhá-los, buscando, neste caso, as devidas conexões entre eles. Este trabalho que ora apresento é uma abordagem de cunho qualitativo vez que se apresenta como uma metodologia que produz dados originados de análises do objeto pesquisado e estudado, juntamente, com seus fenômenos, situações e assim, configura-se uma abordagem que não oferecem obstáculos de acordo os objetivos demarcados.

A pesquisa qualitativa segundo Flick (2004), consiste:

[...] na escolha correta de métodos e teorias oportunos, no reconhecimento e análises de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento (Flick, 2004. p.20).

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, cujas fontes foram seis coleções didáticas: Ser Protagonista da editora SM; Geografia em Rede da

FTD e a coleção Geografia Geral e do Brasil da editora Scipione, adotadas para o triênio 2018/2020. E as coleções didáticas do triênio 2021/2023, do novo modelo do Ensino Médio, por área de conhecimento, a saber: Dimensões: ciências humanas e sociais aplicadas em diálogo com a matemática da editora FTD; Identidade em ação da editora Moderna e a coleção e Ser Protagonista: território e fronteira da editora SM. Para análises dos referidos livros foram organizadas em três etapas, a saber: (1) levantamento dos temas a partir do sumário de cada livro; (2) verificação da existência de igualdade de algum tema em diferentes livros; (3) constatação e análise dos temas encontrados nos respectivos livros. Essas etapas foram planejadas por entender que, através dos temas encontrados no sumário, fosse possível visualizar o modo com as questões relacionadas aos povos indígenas são abordadas. Ao realizar o levantamento e analisar as temáticas nas obras didáticas, foram verificadas pelo sumário de cada livro, os seguintes assuntos: presença indígena: Xingu e os indígenas isolados; presença indígena: a voz do pequeno trovão e indígenas da cidade grande; povos indígenas: primeiros habitantes; a matemática das diferentes culturas: etnomatemática indígena e a geometria indígena; a diversidade populacional do Brasil: povos tradicionais, a presença dos povos indígenas no território brasileiro, o fim do tráfico, a Lei de Terras e a questão indígena; a ética indígena; os povos indígenas originários, territórios indígenas e sua história.

Sendo assim, optou-se neste trabalho por trazer temas relacionados às questões territoriais indígenas, referenciando a Lei 11.645/08. Primeiramente, foi realizada a análise de três obras didáticas de Geografia do ensino médio, cujas as edições referem-se ao PNLD (2018/2020) e mais três coleções do Novo Ensino Médio referente ao PNLD (2021/2023), conforme segue abaixo:

Quadro 1 – Livros Didáticos de Geografia.

Triênio	Título/Volume	Autor(es)	Editores
2018/2020	Ser Protagonista/Geografia - 1º 2º 3º ano	André Baldaia, Bianca Carvalho Vieira, Fernando dos Santos Sampaio, Ivone Silveira Sucena	SM
2018/2020	Geografia em Rede 1º 2º 3º ano	Edilson Adão Silva, Laércio Furquim Junior.	FTD
2018/2020	Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização - 1º 2º 3º ano	João Carlos Moreira, Eustáquio de Sene	Scipione
2021/2023	Dimensões: economia, cidadania, saúde, meio ambiente, multiculturalismo	Ricardo de Castilho Selhe, Angel Honorato, Felipe Fugita, Michely Alves Tonett, Claudia Moreira Garcia	FTD
2021/2023	Identidade em Ação: indivíduo, sociedade e cultura	Lenadro Karnal, Luiz E. de Oliveira Fernandes, Isabela Backx, Felipe de Paula G. Vieira, Alice de Martini, Eliano Freitas, Rogato S. Del Gaudio	Moderna
2021/2023	Ser Protagonista: território e fronteira	Alexandre Fillietaz, Claudia V. de Oliveira, Karla Isabel de Souza, Francisco M. Garcia,	SM

Fonte: Coleções didáticas em estudo. Elaboração: A autora (2022).

Propõem-se então, analisar como estes livros didáticos de ensino de Geografia abordam as questões territoriais indígenas, refletindo-as em sala de aula juntamente, com os alunos em tempo que, socializa todo o conhecimento de um povo de grande contribuição sociocultural para a formação de nosso país. Com isso, é importante, também refletir sobre o contexto histórico sobre os povos indígenas que até os dias atuais resistem na luta pelos seus direitos e reconhecimento de si.

ANÁLISE DA PESQUISA E RESULTADOS

Após ser feito o levantamento das coleções didáticas deste modo, o primeiro livro analisado foi Ser Protagonista (PNLD 2018/2020) vol. 1 (2018, p. 52-53), o território é trazido a partir das questões relacionadas ao Xingu – o chamado Parque

Indígena do Xingu criado em 1961, vivem 6 mil indígenas de 16 etnias diferentes, estudado pelo antropólogo alemão Karl von den Steinen sendo o primeiro a realizar expedições científicas na região do Mato Grosso. Sobre este Parque o livro traz uma indicação para pesquisa e aprofundamento sobre estas expedições e quais os seus objetivos.

O livro também traz para ser discutido, como atividade, a relação dos depoimentos de Karl von den Steinen e o Cacique Aritana – figura indígena mais importante do Xingu e o filme Xingu: a terra ameaçada – um documentário que registra as mudanças ambientais e culturais que têm ocorrido na região do Parque do Xingu nos últimos vinte anos. Na mesma coleção no volume 2 (2018, p. 52-53), é apresentado a voz do pequeno trovão – um representante indígena por nome Marçal da etnia Guarani que fala o que foi dito ao Papa João Paulo II, quando visitou o Brasil. Neste volume também é indicado para discussão o texto sobre “a voz não pode ser esquecida de Marçal Guarani” – livro que conta uma pequena biografia de Marçal como também indica “O Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza Guarani – organização de apoio aos direitos humanos que tem como inspiração a figura de Marçal Guarani. A presença indígena nestes volumes é muito presente abrindo caminhos para discussão em relação aos povos originários que luta por sobrevivência em sua terra e território.

Na coleção Geografia em Rede (PNLD 2018/2020) no vol. 2 a temática indígena é trabalhada junto com o tema “A população brasileira” (2018. p. 116-117), inicia apresentando o Censo 2010, com dados dos 817,7 mil indígenas no Brasil, mais de mil povos, falando mais de mil línguas, a maioria do tronco Tupi. Segundo o livro as demarcações das terras indígenas sempre foi palco de disputa, repleta de conflitos e na maioria das vezes envolvendo as aldeias e os proprietários de terras ilegais. No referido texto tem muito a ser discutido com os alunos sobre a presença indígena no Brasil e a luta pelas terras como por exemplo: a questão agrária, a invasão das terras da maior Terra indígena brasileira Ianomâmi - povos mais antigos e que ocupa o território da interface entre Brasil e Venezuela, protestos e ameaças de morte dos índios Guaranis Kaiowá, disputa entre a cultura de um povo indígena e os interesses econômicos do campo do campo porém, é necessário que o professor na sua prática docente impulsione ações didáticas na escola fazendo valer esse importante instrumento jurídico – Lei 11.465/08, que valida o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas instituições de ensino. Acredita-se que a partir

daí, valiosos entrosamentos são efetivamente efetuados envolvendo a Lei, os currículos, as políticas públicas como também a cidadania.

Em Geografia Geral e do Brasil (PNDL 2018/2020), no capítulo 7, intitulado “Formação e diversidade cultural da população brasileira” juntamente com o tema: Povos Indígenas: primeiros habitantes e condições de vida (p.142-143). São feitas considerações sobre a ocupação territorial indígena no território brasileiro e também faz menção ao Censo de 2010, com dados a respeito da presença indígena concentrados nas regiões Norte e Centro-Oeste. Apresenta o Art. 231 da CF/88 - dos direitos indígenas, já trabalhado anteriormente.

A figura 1 apresenta um de grupo de mulheres indígenas da etnia Yanomami descascando mandioca para o sustento de seus pares.

Figura 1 - Mulheres indígenas da etnia Yanomami descascando mandioca.

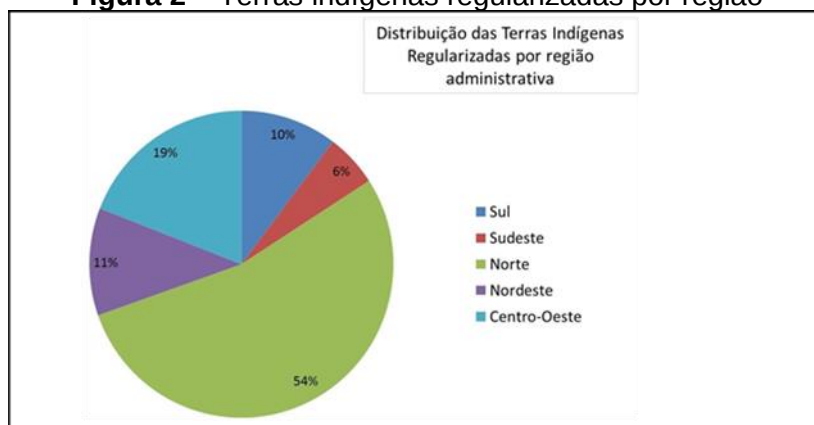


Fonte: Coleção didática Geografia Geral e do Brasil (2018).

Segundo a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Terra Indígena (TI) é uma porção dentro do território nacional, habitada por uma ou mais comunidades indígenas, a qual após regular processo administrativo, respeitado o devido processo legal, de demarcação e homologação por Decreto Presidencial, é levado à registro imobiliário como propriedade da União (artigo 20, XI, da CF/88), perfectibilizando a área formalmente como de usufruto indígena. Assim sendo, se trata de um bem de uso especial da União, afetado administrativamente por uma finalidade pública. Nos termos da legislação vigente (CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n.º 1775/96), as terras indígenas podem ser classificadas nas seguintes modalidades: Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas: São as terras habitadas pelos indígenas em caráter permanente, utilizadas para atividades produtivas, culturais, bem-estar e reprodução física, segundo seus usos, costumes e tradições. Para que seja considerada Terra Indígena, é necessário seguir procedimento administrativo específico, no qual se observa o devido processo legal

como dito anteriormente, sendo que tal procedimento está dividido por fases. Reservas Indígenas: São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas que não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Terras Dominiais: São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil. Quantas são as terras indígenas e onde se localizam? Atualmente, constam 680 áreas nos registros da Funai, dentre as quais 443 áreas se tratam de locais cujos processos de demarcação se encontram homologados/regularizados e 237 locais se encontram sob análise. Essas áreas representam 13,75% do território brasileiro, estando localizadas em todos os biomas, sobretudo na Amazônia Legal. A Figura 3 demonstra a distribuição de terras regularizadas por regiões brasileiras.

Figura 2 – Terras indígenas regularizadas por região



Fonte: FUNAI (2022).

No livro *Dimensões: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em Diálogo com a Matemática* (PNDL 2021/2023), contextualiza a presença dos povos indígenas no cap. 07 falando sobre a etnomatemática das diferentes culturas indígenas e a geometria indígena. Etnicidade segundo o próprio livro se refere a uma forma de identidade, a uma aceitação de alguns elementos comuns, como costumes, língua, religião e território, que caracterizam um grupo étnico. Destaca sobre as manifestações culturais que é comemorada aqui no Brasil como por exemplo, o *Halloween*. Com influência dos costumes estadunidense vista nos filmes, desenhos e séries muitos aqui no Brasil começaram a organizar festas temáticas similares às dos Estados Unidos. O mesmo acontece com o candomblé que não existia na África,

mas parte dos povos ioruba e nagô, que cultuavam os orixás, foi traficada da atual Nigéria para o Brasil, dando origem a religião no país. O Brasil, assim como outros territórios com um passado de colonização europeia, é uma país miscigenado e significa que a cultura brasileira foi formada por diversos povos, como os indígenas, africanos e europeus.

Figura 3 – Grupo mirim Reisado em Santa Maria da Boa vista (PE)



Fonte: Coleção didática Dimensões (2021).

Ainda neste livro é abordada a geometria indígena onde muitos indígenas se destacam no uso da geometria utilizada nas pinturas corporais, na construção das moradias, na fabricação de artesanato. É recorrente uso da recursão (processo de repetição de um padrão), nas artes indígenas, seja nas pinturas corporais, seja na confecção de algum adereço ou utensílio. Segue abaixo imagens que mostram o uso da geometria indígena.

Figura 4 – Pintura corporal

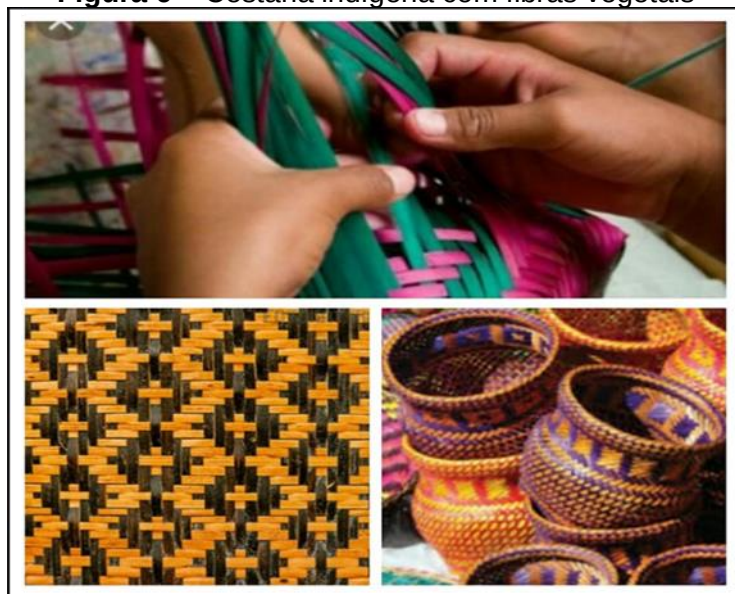


Figura 5 – Utensílios indígenas



Fonte: Coleção didática Dimensões (2021).

Figura 6 – Cestaria indígena com fibras vegetais



Fonte: Coleção didática Dimensões (2021).

Além da arte produzida com figuras geométricas e repetições de padrões, é possível encontrá-lo em sequências numéricas é possível na matemática e na composição de poemas literários do movimento concretista, que teve início no Brasil na década de 1950. O livro tem uma sessão de atividades e experimentos acerca das questões indígenas e sugestão de cultura digital e apresenta um software denominado “Stellarium” planetário virtual, capaz de visualizar as mais de trinta perspectivas de culturas no céu. Cada povo indígena tem um tipo de arte, de artesanato com forma e formato diferenciado de acordo com a sua etnia.

Apesar da temática indígena encontrada neste livro não seja foco desta pesquisa, a sua abordagem no campo das ciências exatas – a geometria, significa dizer que é possível se trabalhar em qualquer componente curricular, as questões indígenas na sala de aula, através por exemplo, de oficinas criativas, sendo um importante aprendizado para os alunos ao incrementar o conhecimento dos povos originários tradicionais do Brasil.

Um dos estímulos para a formação de uma Educação Geográfica passa, sem dúvida, pelo Livro Didático. Isso porque o mesmo traz elementos onde os alunos possam pensar nos conteúdos trabalhados pelos professores. Elementos estes que podem ser positivos ou não para os alunos ou até mesmo auxiliar na construção da sua própria identidade. É importante ressaltar, que é preciso o não indígena trazer para a sua prática docente em sala de aula, questões relacionadas às sociedades

indígenas, sua história e cultura, seu modo de vida ou de viver, e acima de tudo é necessário ir além do senso comum – saber o que é ser um Indígena.

Em *Identidade em Ação: Indivíduo, Sociedade e Cultura* da área do conhecimento Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (PNDL 2021 a 2023), no cap. 5 a abordagem do tema indígena é trabalhada sobre a temática das terras indígenas, o fim do tráfico e os povos indígenas e apresenta um longo texto de cunho histórico sobre as terras que os indígenas viviam. Segundo o livro, a Lei de Terras tornou públicas as imensas parcelas do território ocupados pelos indígenas de diferentes etnias e se tornaram “devolutas” podendo ser compradas por particulares. No cap. 7 que aborda a dinâmica da população brasileira apresenta a temática indígena como atividade de análise dos povos indígenas no território brasileiro. Apresenta um mapa da população indígena nos Estados brasileiros a partir do Censo 2010 e propõe um questionário de quatro questões e pesquisa sobre o processo territorial e histórico da população indígena no Brasil.

O livro *Ser Protagonista: Território e Fronteira* da área Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (PNDL 2021 a 2023) a abordagem traz um breve trecho sobre os povos indígenas originários de maneira muito sumária apresentando um histórico de terras que compõem o atual território brasileiro habitados por diversos povos indígenas de diversas etnias. Traz também o quanto foi violenta a colonização praticada pelos europeus pela perda da história e culturas perdida em ações de violação dos povos originários. Apresenta um mapa das famílias linguísticas indígenas em cada território no Brasil, juntamente com duas questões para interação com o mapa. Em um pequeno texto intitulado “Ação e Cidadania” é apresentado a história dos territórios indígenas de cada etnia que viviam naquelas terras e as relações entre as sociedades que ora foram perdidas ao longo do período da colonização brasileira. Em seguida é trazida uma pergunta a ser discutida na sala de aula e em grupo sobre a responsabilidade do Estado brasileiro em relação aos povos indígenas levantamento de proposta de valorização das histórias indígenas em conformidade com os direitos humanos e a Constituição.

Observou-se nos livros didáticos analisados uma ausência de abordagem interdisciplinar com informações relevantes e maior contextualização para com a temática dos povos originários do Brasil. Mediante a análise realizada, é possível inferir que, ainda hoje, as referidas temáticas são abordadas de modo pontual e apresentaram limitações, evidenciando que é preciso decolonizar para decolar no processo de ensino-aprendizagem. Para isso, propõe-se uma outra maneira de apreciação e abordagem do tema, cuja base seja formada por fonte original dos próprios indígenas como forma de valorizá-los e representá-los. Este trabalho buscou contribuir para o ensino de temáticas importantes e necessárias a toda sociedade acadêmica como também civil de uma sociedade que ainda clama por direitos, respeito e, acima de tudo, reconhecimento do seu território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer levantamento das temáticas indígenas contidas nos Livros Didáticos de Geografia proporciona reflexões sobre como estas temáticas podem contribuir ou não para promover a compreensão da multiculturalidade e da multidiversidade dos povos indígenas no Brasil num ambiente escolar. Segundo Diniz (2007) “estudar a temática indígena possibilita incitar nos alunos o respeito às diferenças na presença de outras culturas, no entendimento de suas práticas e a afirmação ética do direito de todos à participação política em um país multicultural.

A análise deste levantamento evidenciou que os temas relacionados aos povos indígenas nos Livros Didáticos de geografia estão presentes, embora com textos e informações com pouca profundidade. Dentre as coleções dos livros que foram trabalhadas, as mesmas não seguiam um padrão de abordagem nos assuntos e temas, pois cada autor trouxe uma abordagem de acordo a sua visão ou ponto de vista no tratamento destas temáticas. Vale ressaltar que alguns livros, de alguma forma, houve alguma semelhança nas temáticas, porém, abordadas de forma distintas.

A Lei 11.645/2008, desde sua promulgação, atualmente, dentro da sua complexidade da efetiva aplicabilidade, trouxe para dentro do ambiente escolar através dos Livros Didáticos de geografia assuntos que muitas vezes estavam silenciados, invisibilizados como os temas relacionados aos Povos Originários Tradicionais do Brasil. Porém, trazer estes temas nas obras didáticas não é o bastante

para compreender a importância do conhecimento e estudo dos povos indígenas. É preciso que o professor busque outras formas de aprendizagem, leituras priorizando uma abordagem interdisciplinar dentro da instituição escolar.

É necessário ampliar a compreensão da diversidade cultural e territorial dos povos indígenas, as suas relações com a sociedade não indígena reconhecendo a importância dos Saberes Indígenas para a conservação da biodiversidade. É necessário ouvir os indígenas para saber o que e como eles pensam para aprimorarmos a interculturalidade na Educação Brasileira.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe M. F. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus A. T.; RANZI, Serlei M. F. (Orgs.). **História das disciplinas escolares no Brasil**: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 40.

_____, Circe M. F. Em foco: História, produção e memória do livro didático. Educação e Pesquisa, v. 30, n. 3, p. 472-474, set./dez. 2004. Acesso em: 15/09/2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em 22/09/2022.

_____. Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 22/09/2022.

_____. Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em 22/09/2022.

_____. Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em 22/09/2022.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao->

1988-5- outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 22/09/2022.

_____. Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio). Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 22/09/2022.

FLICK, U. **Uma introdução a pesquisa qualitativa**. Porto Alegre. Bookman, 2004.

Capítulo 9

GOVERNANÇA PÚBLICA NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE DESAFIOS E MODELOS DE GESTÃO

Alessandro de Souza Reis

Iveltyma Roosemalen Passos Ibiapina

GOVERNANÇA PÚBLICA NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE DESAFIOS E MODELOS DE GESTÃO³⁸

 DOI: 10.5281/zenodo.17459482

Alessandro de Souza Reis

Graduado em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Rondônia, Campus Ariquemes (2022). cursando Graduação em Gestão Pública - IFRO, Campus Jaru. Especialista em Ensino de Ciências da Natureza (2024) – UFPI. Professor mediador do curso de pós-graduação em gestão na Educação Profissional e Tecnológica do IFRO. Email; alessandro.reis2308@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/8802121705087670>.

Iveltyma Roosemalen Passos Ibiapina

Professor efetivo do Instituto Federal de Rondônia - Campus Jaru. Doutorando em Administração pela Universidade Estadual do Ceará. Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (2019) com mobilidade internacional de 6 meses na Hochschule Bremen (HSB) na Alemanha. Pesquisador do LESS - Laboratório de Estudos em Estratégias para a Sociedade Sustentável. Graduado em Administração pela Universidade Federal do Ceará (2016). Atuei como professor substituto no IFCE - Campus Ubajara (2019). Atuei como professor da Faculdade de Gestão e Negócios (FGN - Fortaleza) (2020-2021). Atuei como bolsista de Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/. Email; iveltyma.ibiapina@ifro.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/3345076826368298>.

RESUMO

A governança pública no Brasil é um tema de grande importância para uma administração eficiente, transparente e ética. O objetivo é garantir que as decisões e ações no setor público atendam às necessidades da sociedade. A governança envolve processos e mecanismos para alinhar o interesse coletivo. Nesse contexto, o

³⁸ Artigo apresentado ao curso de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia-Campus- Jaru-Rondônia, como parte integrante da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso - 2025.

objetivo do presente estudo é realizar uma revisão bibliográfica sobre os principais desafios e modelos de gestão adotados na governança pública brasileira. A pesquisa foi do tipo bibliográfica, de natureza exploratória, com abordagem qualitativa. Utilizou-se levantamento bibliográfico em bases como Periódicos Capes, SciELO e Google Acadêmico. A análise foi feita por categorização temática. Os resultados mostraram que a governança pública no Brasil enfrenta desafios como burocracia excessiva e corrupção. A adoção de práticas de governança baseadas em transparência, ética e inovação pode melhorar a gestão pública. A governança colaborativa e o uso de tecnologias de informação são essenciais para a eficiência administrativa. A governança pública é essencial para uma administração que responda eficientemente às necessidades da sociedade. Os resultados reforçam a importância de práticas de governança para melhorar a gestão pública no Brasil.

Palavras-chave: Administração pública; transparência; inovação; Brasil.

ABSTRACT

Public governance in Brazil plays a crucial role in ensuring efficient, transparent, and ethical public administration. Its purpose is to align governmental decisions and actions with the needs of society through processes and mechanisms that prioritize the collective interest. This study aimed to conduct a literature review on the main challenges and management models adopted in Brazilian public governance. The research was bibliographic, exploratory in nature, and qualitative in approach, using sources such as Capes Journals, SciELO, and Google Scholar. Data analysis was carried out through thematic categorization. The findings indicate that Brazilian public governance faces challenges such as excessive bureaucracy and corruption. However, the adoption of governance practices grounded in transparency, ethics, and innovation can enhance public management. Collaborative governance and the use of information technologies emerge as essential strategies for administrative efficiency. The results highlight the importance of strengthening governance practices to improve public management in Brazil.

Keywords: Public administration; transparency; innovation; Brazil.

1. INTRODUÇÃO

A governança pública no Brasil é um tema de grande importância, especialmente no cenário atual, em que se busca uma administração pública mais eficiente, transparente e que atenda às melhores necessidades da sociedade. De acordo com Guedes (2021), o conceito de "Governança" teve sua origem no setor privado, especialmente com a Governança Corporativa, em meio às transformações dos anos 90. De acordo com Matias-Pereira (2010), embora o termo tenha surgido no contexto privado, seus princípios fundamentais, como transparência, equidade, cumprimento de normas, prestação de contas e conduta ética, podem ser igualmente aplicados em organizações do setor público, considerando as devidas particularidades.

A governança pública envolve a maneira como as políticas são formuladas, como os recursos públicos são geridos e como o governo se relaciona com a população e com outras instituições. Trata-se de um processo que busca alinhar eficiência administrativa e legitimidade social, garantindo que as decisões sejam orientadas pelo interesse coletivo (Pereira, 2010).

No entanto, apesar dos avanços em algumas áreas, o Brasil ainda enfrenta muitos desafios, como a falta de eficiência na gestão pública, a burocracia excessiva e a transparência limitada nas ações governamentais (Matias-Pereira, 2014). Embora existam diversos estudos sobre governança no setor público, há pouca abordagem de forma sistemática à aplicação de modelos de governança em órgãos específicos da administração pública federal brasileira (Cruz; Silva; Santos, 2021).

Muitos estudos focam na governança corporativa ou em exemplos de outros países, enquanto a análise aprofundada da realidade brasileira ainda é limitada (Bresser-Pereira, 1997). Além disso, há uma carência de pesquisas que mostram como a governança pode ser eficaz nas diversas esferas de poder, considerando as especificidades do contexto social, político e econômico brasileiro (Abrucio; Pedroti; Pó, 2010). A governança, nesse sentido, deve ser compreendida não apenas como um modelo de gestão, mas como um processo adaptado às condições históricas e institucionais do país (Kettl, 2015).

Diante do cenário exposto, surge a seguinte questão de pesquisa: como os modelos de governança pública têm sido aplicados na administração pública federal brasileira e quais são os principais desafios e resultados dessa implementação para a eficiência na gestão pública? Este trabalho tem o objetivo de realizar uma revisão bibliográfica sobre os principais desafios e modelos de gestão adotados na governança pública brasileira.

O intuito é entender como os modelos de gestão pública têm sido aplicados no Brasil, quais são os principais obstáculos que dificultam a implementação de políticas mais eficazes e como a governança pode ser aprimorada. Vamos também discutir inovações na área, como a governança digital, e como as novas tecnologias podem ajudar a melhorar a gestão pública, tornando-a mais transparente e acessível para todos. Ao investigar esses aspectos, espera-se contribuir para uma reflexão sobre como o Brasil pode melhorar sua administração pública, aumentar a eficiência dos serviços prestados ao cidadão e fortalecer a confiança nas instituições públicas.

2. METODOLOGIA

A pesquisa é do tipo bibliográfica, de natureza exploratória, com abordagem qualitativa. O objetivo é revisar e analisar informações já publicadas sobre governança na administração pública e no setor público, buscando compreender os princípios e práticas desse tema. Segundo Gil (2008), esse tipo de pesquisa é essencial para levantar e consolidar o conhecimento existente, além de identificar possíveis lacunas para estudos futuros.

A presente pesquisa caracteriza-se como um ensaio teórico, uma vez que busca discutir, de forma crítica e reflexiva, a governança pública no Brasil a partir de referenciais teóricos e conceituais já consolidados na literatura. Segundo Meneghetti (2011), o ensaio teórico permite a construção de conhecimento científico por meio da análise interpretativa, da argumentação e da síntese de ideias, sem se restringir apenas à aplicação empírica. Dessa forma, o estudo prioriza a exploração de conceitos, modelos e desafios associados à governança pública, buscando identificar contribuições relevantes para o avanço da discussão acadêmica sobre o tema.

O método utilizado foi o levantamento bibliográfico, com coleta e organização de dados provenientes de fontes secundárias, como artigos científicos, teses e dissertações disponíveis nas bases *Periódicos Capes*, *SciELO* e *Google acadêmico* publicados nos últimos dez anos que abordam a aplicação de governança no setor público no Brasil, excluindo textos que não abordem diretamente a proposta temática.

A escolha desse método segue as orientações de Severino (2007), que destaca sua relevância para estruturar teoricamente uma pesquisa. As fontes de dados serão exclusivamente secundárias, compostas por produções acadêmicas que atendam aos critérios de relevância e confiabilidade. O instrumento de coleta será uma revisão sistemática da literatura, que incluirá a leitura crítica e criteriosa dos textos encontrados nas bases de dados.

A amostra é formada por textos em português que abordam diretamente os temas “governança na administração pública” e “governança no setor público”. Textos de revisão e publicações em outras línguas foram excluídos para garantir a aplicabilidade dos dados. A técnica de coleta será a análise documental, realizada por meio de uma leitura detalhada dos textos selecionados. Como base para análise dos dados, será aplicada a categorização temática, seguindo a metodologia de Bardin

(2011), que organiza e interpreta as informações para construir conclusões fundamentadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Conceito de Governança Pública

A governança pública refere-se ao conjunto de processos, práticas e mecanismos que garantem que as decisões e ações no setor público sejam conduzidas de maneira eficiente, ética e participativa, promovendo o interesse coletivo (Bezerra, 2018). Essa abordagem vai além da administração tradicional, envolvendo a interação entre governo, sociedade civil e setor privado.

A governança tem sua gênese quando os proprietários passaram a exercer a gestão à distância de suas propriedades, bens e investimentos, delegando a terceiros autoridade e poder para administrar o capital em questão (Brasil, 2014).

Conforme apontam Álvares, Giacometti e Gusso (2008), sua origem remonta à década de 1930, período em que se evidencia o afastamento entre propriedade e controle, um período marcado pela crescente separação entre a propriedade e o controle das organizações. Esse distanciamento ocorreu principalmente devido à complexidade das grandes empresas e à necessidade de gestores profissionais para administrá-las, enquanto os proprietários, geralmente acionistas, permaneciam mais afastados das operações cotidianas. Esse cenário trouxe novos desafios, como a necessidade de estabelecer mecanismos de supervisão e transparência, a fim de garantir que os gestores atuassem no melhor interesse dos proprietários, marcando o início da reflexão sobre práticas de governança.

De acordo com Kissler e Heidemann (2006, p. 480), “[...] não existe um conceito único de governança pública [...]”. Segundo Matias-Pereira (2019), a governança pública no Brasil está intimamente ligada à busca por transparência, responsabilização e participação social, que são princípios fundamentais para alcançar uma gestão pública eficiente e democrática. A governança surgiu a partir do momento em que os proprietários começaram a administrar suas propriedades, bens e investimentos de forma remota, transferindo a terceiros a autoridade e o poder para gerir o capital envolvido (Brasil, 2014).

De acordo com Buta e Teixeira (2020), o conceito de governança carrega diferentes significados e tem suas raízes nos estudos da teoria da agência, que

investigam a separação entre propriedade e controle como uma estratégia para aumentar a eficiência das organizações. A boa governança é essencial para garantir que uma organização funcione de maneira eficiente, transparente e alinhada aos seus objetivos.

O destaque dado pelo TCU (Brasil, 2014) à importância de avaliar tanto o desempenho quanto a conformidade reflete a necessidade de monitoramento contínuo para assegurar que as práticas organizacionais estejam de acordo com as normas e entreguem resultados esperados. Essa visão, corroborada por Lindsay, Osborne e Bond (2014), reforça que a governança não é apenas sobre controle, mas também sobre promover melhorias contínuas, sustentabilidade e confiança nas relações entre as partes interessadas.

A Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), criada pelo governo federal do Brasil, tem como objetivo estabelecer diretrizes e práticas voltadas à governança corporativa e à administração das participações societárias da União em empresas estatais.

Em seu artigo primeiro, a CGPAR define a governança como um conjunto de práticas de gestão que integram as interações entre acionistas, conselhos de administração e fiscal (ou órgãos equivalentes), diretoria e auditoria independente. Essas práticas visam otimizar o desempenho organizacional, assegurar os direitos das partes interessadas e promover transparência e equidade, buscando maximizar os resultados econômicos e sociais das empresas estatais federais (Brasil, 2007).

A definição do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), (2015) ressalta que a governança vai além de ser um conjunto de regras; ela funciona como um sistema dinâmico que orienta a organização em sua busca por boas práticas. Isso implica em um processo contínuo de direção e monitoramento, com foco na melhoria das práticas empresariais.

O objetivo é que os princípios de governança se tornem não apenas diretrizes abstratas, mas recomendações claras e práticas que as organizações possam implementar de forma objetiva, visando sempre a transparência, a equidade e a eficiência na gestão. Esse enfoque também reforça a ideia de que a governança deve ser um meio de garantir a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo das organizações.

Portanto, a governança corporativa é essencial para garantir que as organizações operem de maneira eficiente, transparente e responsável. Tanto a

CGPAR quanto o IBGC destacam a importância de práticas de gestão que promovam a boa administração, a proteção dos direitos das partes interessadas e a maximização dos resultados. Ao adotar esses princípios, as organizações podem alcançar um desempenho sustentável e garantir a confiança de todos os envolvidos.

3.2 Desafios de Governança Pública no Brasil

Conforme Ribeiro Filho e Valadares (2017), o conceito de governança encontra suas bases no Brasil por intermédio da Emenda Constitucional (EC) nº 19, de 04 de junho de 1998. Essa emenda incluiu no artigo 37 da Constituição Federal (CF) de 1988 o princípio da eficiência, visando mitigar os resquícios patrimonialistas e burocráticos presentes na administração pública brasileira (Brasil, 1988).

No contexto brasileiro, a governança pública enfrenta desafios estruturais e conjunturais. De acordo com Pires (2021), os principais obstáculos incluem a corrupção, a burocracia excessiva e a falta de planejamento estratégico de longo prazo. Além disso, a desigualdade socioeconômica e as diferenças regionais dificultam a implementação de políticas públicas uniformes e eficazes (Oliveira, 2020).

A ausência de mecanismos robustos de controle social e de integração entre os diferentes níveis de governo também são fatores que comprometem a qualidade da governança no país (Campos, 2017). O governo brasileiro tem implementado diversas iniciativas voltadas à melhoria da gestão pública, conforme as diretrizes da Carta de Brasília. Essas ações incluem a recomposição da força de trabalho, a criação de novas carreiras e a busca pela profissionalização dos cargos de direção na administração pública federal.

Desde 2003, a gestão de pessoas tem sido central para o fortalecimento da capacidade da burocracia federal, com foco em setores carentes e no atendimento das crescentes demandas do país. A política de recomposição visa garantir melhores condições institucionais, priorizando áreas como educação e programas sociais, além de reforçar órgãos de controle e segurança (Moraes, 2009).

De acordo com Nascimento (2010), o modelo de administração pública patrimonialista caracteriza-se pela ausência de distinção entre os limites do público e do privado, onde os funcionários são tratados como membros da nobreza e o patrimônio do Estado se confunde com o do soberano, sendo marcado pelo nepotismo e pela corrupção.

3.4 Modelos de Gestão na Administração Pública Brasileira

A administração pública brasileira tem transitado por diferentes modelos de gestão ao longo das décadas. O modelo burocrático, inspirado no paradigma weberiano, predominou durante grande parte do século XX, sendo caracterizado por personalidade, formalização e centralização (Maximiano, 2020).

Contudo, nas últimas décadas, o modelo gerencial, com foco em eficiência, resultados e qualidade nos serviços públicos, ganhou destaque, especialmente após a Reforma do Estado de 1995 (Bresser-Pereira, 1997).

O modelo burocrático, especialmente o weberiano, passou a ser alvo de severas críticas por sua suposta ineficiência, lentidão, estilo autorreferencial e desconexão com as necessidades dos cidadãos, sendo considerado inadequado para o contexto institucional contemporâneo (Barzelay, 1992).

Já modelo burocrático weberiano, amplamente adotado nas administrações públicas ao longo do século XX, é atribuído ao sociólogo Max Weber, que analisou e sintetizou suas principais características. Esse modelo também é denominado *progressive public administration* (PPA) na literatura inglesa, referindo-se às reformas que ocorreram nas administrações públicas dos Estados Unidos durante os séculos XIX e XX, no período conhecido como a *progressive era* (Hood, 1995).

O governo federal tem buscado intensificar o foco nas ações essenciais, priorizando a satisfação do cidadão. Para isso, busca eliminar sobreposições de ações e estabelecer mecanismos mais eficazes de coordenação, com o objetivo de reduzir custos sem comprometer a quantidade e a qualidade dos serviços prestados (Moraes, 2009).

Mais recentemente, o modelo de governança pública, com ênfase em redes colaborativas e participação social, foi promovido como alternativa para superar as limitações dos modelos anteriores (Salm & Menegassi, 2018). Esse modelo busca integrar os atores envolvidos no processo público de formulação e execução de políticas, promovendo uma gestão mais horizontal e transparente.

A ideia de que um dos maiores desafios do setor público brasileiro é de natureza gerencial levou à busca por um modelo de gestão focado em resultados e orientado para o cidadão. Um exemplo de modelo de maturidade da gestão é o Modelo

de Excelência em Gestão Pública - MEGP, mantido pela Secretaria de Gestão do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Brasil, 2023).

Esse modelo foi criado com base em padrões internacionais que representam o "estado da arte" da gestão contemporânea. Para manter o modelo atual, é necessário aperfeiçoá-lo continuamente. Tanto o (ligação indisponível) quanto o MEGP são modelos voltados para a maturidade da governança e da gestão, reunindo elementos necessários para um padrão gerencial de classe mundial. Eles oferecem parâmetros para avaliação e melhoria dos sistemas de gestão em órgãos e entidades públicos (Brasil, 2023).

O objetivo principal do (ligação indisponível) é contribuir para o aumento da maturidade da governança e da gestão, focando na gestão de órgãos que operam com recursos de transferências da União, visando aprimorar a efetividade na entrega de valor público à sociedade brasileira.

3.5 Práticas de Governança que contribuem para a Melhoria da Gestão Pública

A governança pública pode ser compreendida como um sistema composto por mecanismos e princípios que as instituições possuem para auxiliar a tomada de decisões e para administrar as relações com a sociedade, alinhado às boas práticas de gestão e às normas éticas, com foco em objetivos coletivos.

No âmbito da política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, esse tema encontra respaldo no Decreto nº 9.203, de 22/11/2017 (com alterações do Decreto nº 9.901/2019), cujo art. 2º traz o conceito de *"Governança pública - Conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade"*. Dentre os princípios da governança pública podem ser considerados: capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, e transparência.

Já em relação aos mecanismos para o exercício da governança pública, podem ser mencionados: liderança, estratégia e controle. As diretrizes da governança pública são apresentadas no art. 4º do Decreto 9.203/2017, que dispõe sobre direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, promover a simplificação administrativa, monitorar o desempenho, dentre outras.

A governança pública reúne, portanto, ações pautadas em princípios para que órgãos e entidades, por meio de suas lideranças, direcionem estrategicamente seus esforços para o alcance de resultados positivos à sociedade. Esses resultados visam, por sua vez, à entrega, de forma desburocratizada, de serviços públicos de excelência aos cidadãos. Assim, órgãos e entidades da Administração Pública devem desenvolver suas estratégias e políticas, usando os mecanismos disponíveis como a eficiência, a eficácia e a efetividade, para a oferta de serviços públicos para a sociedade (Brasil, 2017).

Nesse sentido, o Decreto nº 9.203/2017 enuncia que cabe à alta administração dos órgãos e das entidades implementar e manter mecanismos, instâncias e práticas de governança em consonância com os princípios e as diretrizes constantes nesse normativo. Ao longo da história, as mudanças sociais e econômicas têm impulsionado a busca por excelência, transparência e maior participação nas ações governamentais, aspectos fundamentais para alcançar a eficácia na gestão pública, conforme discutido por Monteiro e Hammes (2014).

A adoção de práticas de governança baseadas em transparência, ética e inovação tem sido apontada como essencial para melhorar a gestão pública no Brasil. Entre as práticas mais relevantes, destaca-se o fortalecimento dos mecanismos de controle interno e externo, como os Tribunais de Contas e as Ouvidorias (SILVA, 2021).

A implementação de tecnologias de informação e comunicação (TICs) também desempenha um papel crucial, facilitando o acesso à informação e a participação cidadã (Carvalho, 2020).

Além disso, iniciativas como o orçamento participativo e a parceria público-privada (PPP) têm se mostrado eficazes para ampliar a eficiência e a inclusão nas políticas públicas (Fonseca, 2019). Essas práticas não apenas promovem a eficiência administrativa, mas também fortalecem a confiança da sociedade nas instituições públicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A governança pública no Brasil é um campo em evolução, essencial para garantir uma administração pública que responda de forma eficiente, transparente e ética às necessidades da sociedade. Este estudo permitiu compreender que, apesar

de avanços inovadores, como a adoção de modelos mais participativos e colaborativos, o Brasil ainda enfrenta desafios consideráveis. Esses desafios vão desde entraves históricos, como a burocracia excessiva e a falta de integração entre diferentes esferas de governo, até questões mais contemporâneas, como a incorporação de novas tecnologias e o fortalecimento da governança digital.

Por meio da revisão bibliográfica realizada, foi possível identificar que a implementação de boas práticas de governança pública depende, sobretudo, de uma abordagem integrada que promova a participação social, a eficiência administrativa e o fortalecimento dos mecanismos de controle interno e externo. Além disso, as transformações sociais e econômicas impedem que o setor público se adapte continuamente para atender às expectativas da população e promover políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

As contribuições deste trabalho reforçam a importância de aprofundar o estudo sobre governança no contexto brasileiro, especialmente com foco na administração pública federal. Mais do que um tema de estudo acadêmico, a governança pública é uma ferramenta indispensável para alcançar uma gestão pública mais sustentável, confiável e controlada aos princípios de transparência e equidade.

Como limitação, destaca-se que o presente estudo, por se tratar de um ensaio teórico, não realiza análise empírica da governança pública em órgãos ou instituições específicas, o que restringe a possibilidade de generalização prática dos resultados. Assim, recomenda-se que pesquisas futuras adotem abordagens empíricas, como estudos de caso ou pesquisas quantitativas, a fim de verificar a aplicabilidade dos modelos de governança no contexto da administração pública brasileira. Além disso, investigações comparativas entre diferentes esferas de governo e entre o Brasil e outros países poderiam ampliar a compreensão sobre os fatores que favorecem ou dificultam a implementação de práticas de governança pública eficazes.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; PEDROTI, Paula; PÓ, Marcos. **A formação da burocracia brasileira: o papel das reformas administrativas**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2010.

ÁLVARES, E.; GIACOMETTI, C.; GUSSO, E. **Governança corporativa: um modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. Disponível em:

<https://www.fdc.org.br/conhecimento/publicacoes/livro-16170>. Acesso em: 15 set 2025.

BARZELAY, Michael. **Rompendo a burocracia: uma nova visão para a gestão no governo**. University of California Press, 1992.

BEZERRA, A. **Governança Pública: Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Pública, 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. Reforma do Estado e Administração Pública. **Revista de Administração Pública**, v. 4, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 6.021, de 22 de Janeiro de 2007**. Cria a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União, e dá outras exceções. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2007. Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/1651> Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. **Tribunal de Contas da União**. Governança pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades de administração pública e ações indutoras de melhoria. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

BRASIL, **DECRETO Nº 9.203, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017**. Controladoria-Geral da União que Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/integridade-publica/governanca>.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Modelo de governança e gestão pública**. 2023. Secretaria de Gestão e Inovação. Diretoria de Transferências e Parcerias da União. Disponível em: https://www.gov.br/transferegov/pt-br/manuais/gestao/gestao/modelo-de-governanca-e-da-gestao-publica-gestaopublicagov-br-2_0.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

BUTA, BO; TEIXEIRA, MAC. **Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática**. Organizações & Sociedade, v. 94, pág. 370–395, atrás. 2020.

CAMPOS, A. **Governança em Foco: Teorias e Aplicações**. Belo Horizonte: Editora Acadêmica, 2017.

CARVALHO, P. **Tecnologias para a Gestão Pública no Século XXI**. São Paulo: Editora Digital, 2020.

CRUZ, Cláudia Ferreira da; SILVA, Luciana Leite da; SANTOS, Wagner dos. Governança no setor público: uma análise das práticas em órgãos da administração pública federal. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 1, p. 27-46, 2021.

FONSECA, G. **Parcerias Público-Privadas e Orçamento Participativo no Brasil**. Florianópolis: Editora UFSC, 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: Apostila UEC, 2002.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, Danilo Rodrigues; DA SILVA JÚNIOR, Agnello Rufino. Governança Pública no Brasil: estado da arte dos estudos publicados de 2009 a 2019. **Revista Controladoria e Gestão**, v. 1, pág. 370-387, 2021.

KETTL, Donald F. **The Transformation of Governance**: Public Administration for Twenty-First Century America. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2015.

KISSLER, L., & Heidemann, Francisco G. (2006). Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Rev. Adm. Pública**, 40(3), 479-499, maio/jun.

HOOD, Christopher. **A “nova gestão pública” na década de 1980**: variações sobre um tema. *Contabilidade, Organizações e Sociedade*, v. 20, n. 2/3, p. 93-109, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015.

LINDSAY, C.; BOND, S. A. 'nova governança pública' e os serviços de empregabilidade em uma era de crise: desafios para organizações do terceiro setor na Escócia. **Administração Pública**, v. 92, n. 1, p. 192-207, mar. 2014.

MATIAS-PEREIRA, J. **Administração Pública no Brasil**: Perspectivas e desafios. Brasília: Editora Universitária, 2019.

MATIAS-PEREIRA, José. **Governança no setor público**. São Paulo: Atlas, 2014.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública**: foco nas instituições e ações governamentais . 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAXIMIANO, A. **Administração Geral e Pública**. São Paulo: Editora Atlas, 2020.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011.

MONTEIRO, Renato Pereira; HAMMES, Priscila. **Governança Corporativa no Setor Público: estudo de seus princípios para alcance da eficácia na Gestão Pública** . RAGC, v. 4, 2014.

MORAES, Marcelo Viana Estevão de. Encarando os desafios da governança pública no Brasil do século XXI . Bahia. **Análise & Dados**, Salvador, v. 1, pág. 67-81, abr./jun. 2009. Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/1651> . Acesso

em: 21 nov. 2024.

OLIVEIRA, M. **Gestão Pública e Desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Social, 2020.

SALM, J.; MENEGASSI, R. **Governança Pública e Redes de Gestão**. Porto Alegre: Editora Sul, 2018.

SILVA, T. **Controle Interno e Transparência Pública**. Brasília: Editora Pública, 2021.

Capítulo 10
**CARTOGRAFIA ACERCA DE EXPERIÊNCIAS ARTÍSTICO –
CULTURAIS EM TEATRO DE ANIMAÇÃO DE BONECOS EM
BELÉM DO PARÁ**

Nazaré Araújo dos Reis

CARTOGRAFIA ACERCA DE EXPERIÊNCIAS ARTÍSTICO – CULTURAIS EM TEATRO DE ANIMAÇÃO DE BONECOS EM BELÉM DO PARÁ



DOI: 10.5281/zenodo.17459495

Nazaré Araújo dos Reis

Graduada em Licenciatura Plena em Geografia (UFPA)

luanaza27@gmail.com

RESUMO

O presente artigo visa fazer uma análise das experiências artístico - culturais sobre o Teatro de Animação com Bonecos realizados em Belém do Pará, enquanto objeto de estudo desses agentes fazedores de cultura e os processos de elaboração dessas práticas para a criação cartográfica, mostrando os percursos, os processos de criação e as concentrações resultantes dessa prática artística que ocorre na cidade de Belém. Assim, apresentando cada etapa desse estudo por meio do projeto de extensão “Outras Cartografias”, enfatizando as atividades que aconteceram neste período de pesquisa por meio da colaboração realizada entre a Faculdade de Geografia e Cartografia (FGC) e a Escola de Teatro e Dança da UFPA (ETDUFPA).

Palavras-chave: Cartografia, Teatro de Animação de Bonecos, Territorialidade.

INTRODUÇÃO

Na Geografia existe diversas formas de se trabalhar um objeto sem se limitar a um valor simbólico, mas identitários tanto na pluralidade, quanto na singularidade, enquanto agente transformador espacial. Adentrando, assim, a possibilidade em que um grupo de pessoas que realizam por meio de sua arte e experiências dentro do universo que o Teatro de Animações de Bonecos proporciona.

E foi pensando na possibilidade de fazer esta cartografia com os principais elementos simbólicos que o Teatro de Animação de Bonecos possui e sua relevância no cenário belenense, por meio do grupo de extensão “Outras Cartografias”, projeto existente desde 2019 formado pela Faculdade de Geografia e Cartografia (FGC) e a Escola de Teatro e Dança da UFPA (ETDUFPA). Nessa junção que consiste numa equipe de pesquisadores que visam viabilizar a formação de uma Cartografia, que

estuda as experiências desses agentes perante os espaços públicos e privados de Belém, uma práxis voltada na relevância que este movimento cultural possui em seus determinados locais de atuação.

Por meio disso, é possível abordar as discussões que a Geografia e sua interlocução entre o objeto de estudo que o Teatro de Animação de Bonecos formula, uma vez que os temas da Geografia nos acompanham e fazem parte do nosso cotidiano fomentando o nosso conhecimento geográfico. Este fato permite criar interesses comuns de forma prática e envolver um grupo de pessoas no desenho, melhorando a ligação ao ambiente territorial e sentindo-se pertencente a ele.

Dentro desse contexto, habita essa possibilidade de se fazer não somente uma análise cartográfica, mas fazendo-se dela uma ferramenta que possibilite a expor das diversas formas que se revelam ser possível fazer com que esse grupo social se torne um agente coexistente de análise sócio espacial, onde cada elemento desses agentes possui uma carga de se compreender a territorialidade e os demais elementos que habitam respectivamente em Belém. Por meio dessa óptica de uma cartografia que revela a *lócus* de quem trabalha por trás da criação desses bonecos.

Pode-se compreender assim que Cartografia Social é uma ferramenta que permite inserir comunidades no processo de produção de mapas que realmente conseguiram suprir suas necessidades, onde muitas das vezes são negligenciadas pelos representantes do poder público. Os mapas quando surgiram serviam basicamente para representar os locais conquistados e assim conseguir legitimidade sobre os territórios [...] (CARVALHO, JIF, 2016. p 255)

Tais funcionalidades são abertas para os locais de construção e territorialidade que abrangem um determinado espaço por meio desta prática artística, que consiste na variabilidade individual e coletiva onde cada um desses agentes se propõe exercer suas funções, fazendo com que cada parte dessas práticas coexistentes com os espaços que nos são apresentado, visando além de um costume social, mas a necessidade de ressignificar fenômenos sociais, aprendendo como o cotidiano desses agentes se desdobra para uma necessidade de compreensão do que habita e como funciona essas práticas, desse saber artístico com os lugares, que na maioria das vezes são compartilhados com outros agentes sem perder a significância destes determinados espaços.

O mapeamento dessas experiências que habitam na cidade de Belém e a discussão acerca desses “fazedores de cultura”, além de possibilitar vivenciar as

diversas realidades que este movimento social possui, nos faz olhar por trás das cortinas e desconstruir alguns estereótipos sobre o que é o Teatro de Animação de Bonecos e mostrar o quão relevante ele é na compreensão no meio sócio espacial. Não é possível fazer uma pesquisa sem que haja um interlocutor do saber vividos destas pessoas. É necessário olhar para si mesmo e despir-se cientificamente para que haja um real entendimento do que é a importância deste fazer artístico.

Portanto o presente artigo tem como objetivo realizar uma análise das experiências artístico - culturais sobre o Teatro de Animação com Bonecos que acontecem em Belém do Pará usando da Geografia e seus recursos para a realização de uma base cartográfica que demonstre a dinâmica desses agentes. Apresentando a dinâmica desses artistas que operam no cotidiano belenense e como as suas ações influenciam na espacialidade que ocupam em seus respectivos locais onde se apresentam.

Descrever os procedimentos utilizados para a elaboração deste artigo e a importância de cada uma de suas etapas e desenvolver uma discussão que aborde de forma mais aprofundada as demais questões que envolvem o Teatro de Animação de Bonecos em Belém relacionados a territorialidade que eles ocupam na cidade e assim, mostrar os resultados que esta pesquisa proporcionou por meio das coletas adquiridas nesse percurso, fazendo a exposição cartográfica da totalidade de apresentações e discutir sobre ela.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se iniciou em fevereiro de 2021, por meio do projeto de extensão “Outras Cartografias” criado em 2019 com o intuito de desenvolver uma cartografia que elaborasse os componentes culturais de uma determinada área como foi o caso em Igarapé-Miri. Em 2021, se iniciou um novo projeto, agora voltado para a cartografia acerca dos bonequeiros de Belém. Assim o projeto envolvido em Belém teve como grupo de pesquisa 7 integrantes: Cincinato Marques Jr, Aníbal Pacha, Adriana Cruz, Magaly Caldas, Gabriel Rosenberg, Lucas Serejo e Nazaré Araújo. Com isso a equipe consiste em entre a Faculdade de Geografia e Cartografia (FGC) e a Escola de Teatro e Dança da UFPA (ETDUFPA).

A base metodológica desta pesquisa foi analisar e abrir uma discussão acerca destes bonequeiros, assim teve o início que foi a necessidade de encontrar estes

agentes, no caso em questão: os confeccionadores dos bonecos que são utilizados em cenário. A gênese de quem constrói este saber artístico. Deste modo foi criado as primeiras chamadas para encontrar estas pessoas, por meio de contatos, avisos na rede social do projeto para que alcançasse o máximo dessas pessoas.

Assim, conseguimos alcançar 22 pessoas que trabalhavam no ofício, seguido da construção de formulários via Google Docs. Dentre esses formulários a ideia central era compreender cada etapa do processo deles: A localidade que vivem, qual o tipo de matéria prima utilizada, locais de compra, motivações, entre outros.

Posteriormente foram elaboradas entrevistas virtuais via Google Meet com cada um deles, respeitando o então período de quarenta da Covid-19. As entrevistas foram em modelos de rodas de conversas, ou seja, com mediadores, participantes e entrevistados. Essas entrevistas nesse formato tiveram início dia 15/11/2021 e ao todo foram 10 vídeos conferências desse tipo, duravam entre 1 hora até 2:30 horas de tempo, dependendo da quantidade de entrevistados ao dia e como se desenvolvia a entrevista, ao todo foram 20 entrevistados, aconteceu a última entrevista neste formato no dia 27/02/2022.

Estas entrevistas em formato de roda de conversa foram determinantes para a troca de experiências entre pesquisadores da Geografia e do Grupo de Teatro, fazendo um paralelo entre os saberes vivenciados, a diversidade que expõe o ponto de vista de cada pessoa que está inserida nessa construção cultural e social. Estes registros estão armazenados no Drive do projeto. Seguindo um cronograma para que todas as entrevistas acontecessem ao tempo previsto, incluindo transcrições, reuniões via Google Meet, reuniões presenciais, discursões sobre o andamento do projeto, das ferramentas cartográficas a serem utilizadas para a produção dos mapas, leituras complementares e relações das atividades desenvolvidas.

No dia 17/06/2022 no Casarão do Boneco, aconteceu a exposição cultural “Outras Cartografias” resultantes do projeto, essa exposição foi aberta ao público e consistia em exposições de fotografias destes artistas, mapas do projeto realizados pelas informações adquiridas pela equipe pesquisa e a dinâmica da interligação das fotos desses artistas com os locais de importância para eles, em um mapa que ficava no cento e se interligava com os fios até as fotografias, depois era relatado um pouco da vivencia por trás daquelas fotografias e o porquê da escolha da demarcação no ponto do mapa.

A exposição por si agregou ainda mais a troca de experiências, com seus depoimentos, com os mapas que envolviam os locais de moradia, compra de matérias na confecção dos bonecos, locais de apresentação, além de mostrar na prática o que está sendo desenvolvido pelo projeto. Foi o local da fala presencial, da demonstração de suas experiências e principalmente um espaço contribuinte para a imersão neste artigo.

Imagem 01: O artista David Matos demarcando o local no mapa escolhido por ele.



Foto: Victória Sampaio

O Teatro de Animações com Bonecos em Belém e a Territorialidade

No Brasil, vemos a década de 1970 como um marco na história do teatro de bonecos. O movimento conjunto dos marionetistas brasileiros começou em 1973 com a criação da ABTB (Associação Brasileira de Teatro de Marionetes), filiada à UNIMA (Union International de la Marionette), reunindo marionetistas e colaborando para a formação e aperfeiçoamento profissional.

Se tem conhecimento desta prática em Belém ou a polarização dela pelo início dos anos 80, no caso com registros datados, não se tem uma certeza ao certo de quando se iniciou pela cidade antes deste período, ou registros, mas sabe-se que cada pessoa que trabalha com este ofício tem um histórico com esta prática repassada de geração ou em alguns casos o interesse aconteceu de forma espontânea, cada

bonequeiro tem um jeito único de lidar com seu ofício e o seu boneco é uma espécie de mapa, por eles sabemos o percurso, as formas, a matéria prima, de onde vem, para onde vai, qual a função. É importante inteirar-se de que a representação da imagem humana pelo próprio homem se apresenta mais do que uma reprodução artística.

Em meados da década de 90 foi criada a companhia *In Bust*, um grupo de teatro que utiliza a animação de bonecos como matéria prima. Este grupo, além de referência na capital, tem alcance em outros estados. O ponto principal de encontros, debates, criações, customizações e apresentações é o Casarão do Boneco, localizado em Belém. A *In Bust* parte do princípio que o boneco é a base da criação, o foco da encenação, é a partir dele que o espetáculo vai se desenvolver. Porém o ator complementa a cena e facilita a trama.

Vale ressaltar a relevância que este grupo possui, através das suas colaborações artísticas eles conseguiram trazer mais visibilidade ao Teatro de Animação com Bonecos, um exemplo disto foi a disseminação dessa prática para a teledramaturgia através do projeto “Catalendas”, programa de televisão infantil brasileiro exibido pela TV Cultura do Pará desde 11 de novembro de 1999 que utilizava como estrutura, um teatro de bonecos em um cenário inspirado nos recursos naturais da Amazônia para criar uma estética regional e apresentar narrativas populares do folclore brasileiro.

É nesse território de subjetividade e inter-relações que ampliamos para além do grupo *In Bust* nossa observação, e tomamos como referência a expansão entre casaronicos e a cidade. A quantidade de entrelaçamentos nos fortalece e impulsiona para a manutenção desse fazer, na divulgação da linguagem e na formação de público do extremo norte do Brasil, com uma fala baseada em um imaginário próprio, carregado de cultura popular, extremamente enraizado nos afetos da região que fica entre o sol e a chuva, com pessoas que correm ou param pela espera do passar das águas. (PACHA, Aníbal, 2020, p. 48-49)

Um ponto forte sobre este ofício é a tradição, passada de geração em geração. O Teatro de Animação com Bonecos é uma arte mundial e milenar, porém, para cada local em que é atribuído possui suas próprias características, no caso de Belém não é diferente, aqui os desde os confeccionadores, os elementos constituintes na matéria prima do boneco, os atores e os locais de apresentações, possuem marcas da dinâmica territorial pertencente. Usando como um simples exemplo: as presentes

temáticas que abordam temas regionais condizentes de onde precedem ou temas híbridos da condição que a globalização ocupa na arte, como uma peça famosa mundialmente mas que, quando se depara com a criação cênica e a capacidade de adaptação com elementos culturais locais, esta peça torna-se uma obra com características próprias.

Segundo HAESBAERT (2005) apresenta-se duas grandes linhas de interpretação: uma que privilegia as diferenças culturais, sejam civilizadas, nacionais, ou regionais e locais, fortalecendo as identidades sócio territoriais, e a outra que, ao mesmo tempo que enfatiza a cultura, mas acredita-se que os processos dominantes que acompanham a globalização, são aquelas que promovem o intercâmbio cultural, a fusão de identidades ou a "mistura" cultural. Em Belém é bastante comum estes tipos de manifestações nas obras apresentadas, pois a própria cultura local tem esse poder de produzir e reinventar as múltiplas facetas que este lugar possui.

A investigação sociocultural, os processos de criação artística e cartográfica transdisciplinares e interculturais que levamos a cabo nos últimos anos, nos possibilitou realizar um breve mapeamento de instituições, coletivos, pesquisadores e artistas, em distintos lugares do mundo, que anseiam e criam novas vias e possibilidades de pesquisar, registrar, experimentar e significar os modos de interação humana no mundo de forma mais sensível.

Todo local de concentração ou apresentação possui uma subjetividade por trás, sejam lugares públicos ou não. Por isso a importância da junção dessas ciências para a criação de um mapa feito de forma colaborativa, onde cada agente tem seu papel fundamental para a formação desse mapa. Nós, enquanto geógrafos, nos cabe a função de acrescentar naquilo que já existe, de explicar por esse meio cartográfico a nossa leitura de mundo perante esses fenômenos.

(...) a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2007, p, 22).

A ação coletiva desses agentes nos transmite a importância dessa territorialidade que acontece nos espaços de Belém. A territorialização é um ato essencial para a construção do sentimento de pertença local.

Woodward (2000) argumenta que a identidade é significativa por meio da linguagem e de um sistema simbólico que a representa. Este autor revela que a identidade é relacional e é marcada pela diferença que, por sua vez, implica exclusão. Há também símbolos entre a identidade das pessoas e as “coisas” que elas usam, ou seja, a construção da identidade é simbólica e social.

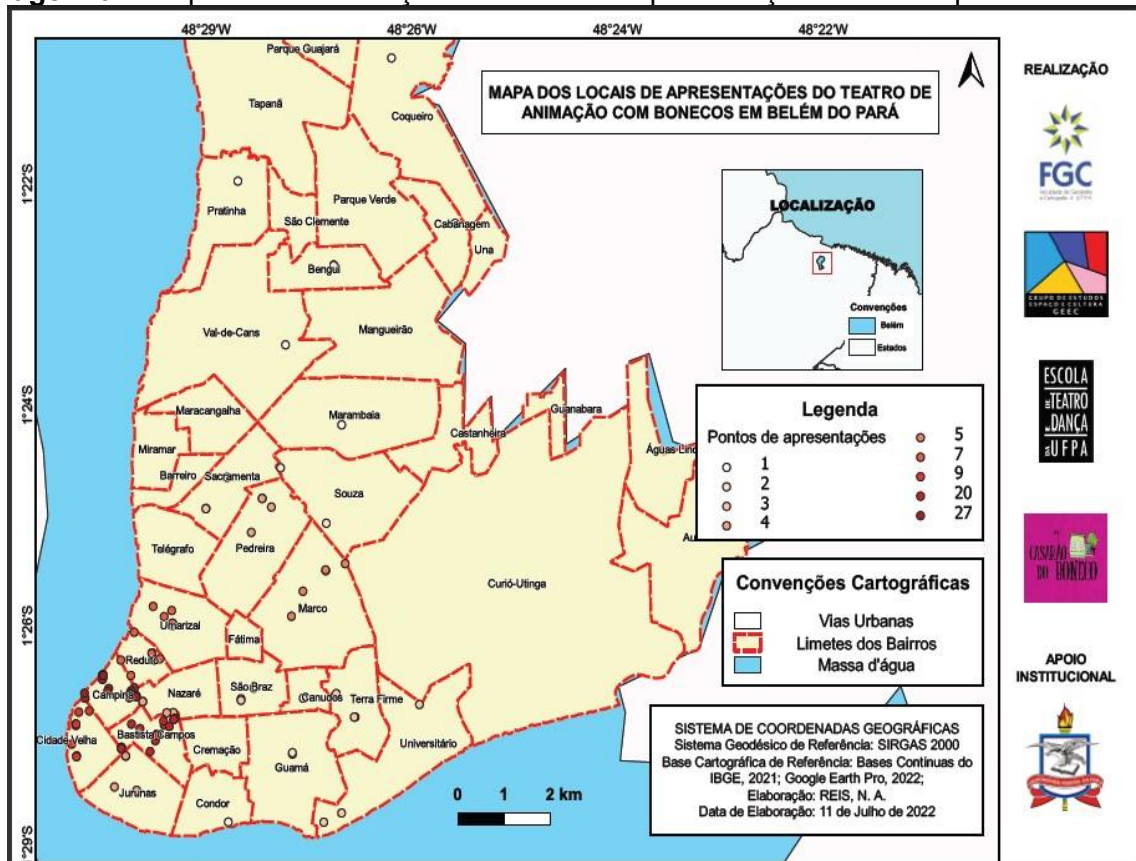
A combinação desses elementos desenvolve uma dimensão territorial simbólica identitária. Nesse contexto deve-se pensar a forma com que esse movimento social possui as suas práticas e partilham os lugares e observando mais a fundo, cada um deles possui seu próprio jeito técnico, com algumas similitudes perante aos demais. Falar sobre o Teatro de Animação de Bonecos é também falar de territorialidade, contextos sociais e temporais. A arte em si já possui essa característica.

Bonecos e imagens aproximam-se do sagrado ou do poético, na medida em que o sagrado necessita de concretude, de elementos materiais para se manifestar. (AMARAL, Ana Maria, 2005, p.18)

RESULTADOS

Com isso, através de contatos diretos com quem faz as apresentações, teve um total de 14 pessoas que por meio troca de mensagens eles relataram os seus respectivos locais de apresentação, como resultado foram coletados 111 locais de apresentação. E assim por meio da construção técnica cartográfica utilizando do programa de Geoprocessamento Qgis, com o Sistema Geodésico de Referência SIRGAS 2000, utilizando da base cartográfica de referência as bases contínuas do IBGE 2021 e do Google Earth Pro 2022, foi possível fazer os shapefiles de cada local relatado. Essas bases foram utilizadas em todos os mapas elaborados pelo projeto como padrão.

Imagem 02: Mapa de concentração dos locais de apresentação e seus respectivos bairros.



Sempre escutamos que a cartografia é a ciência que se dedica à representação do espaço geográfico por meio do estudo, análise e confecção de cartas ou mapas, porém ela vai muito além, por vezes são nossos olhos, o nosso ponto de vista em relação a uma determinada situação, área, processos, mas ela não é neutra, ela possui uma intencionalidade, ela mostra, simboliza, questiona e apresenta, ela é uma arte, que tem sua própria relevância para quem a vê e a interpreta. Essa ciência utiliza-se de uma série de técnicas para que seja possível a reprodução do espaço, de parcelas do espaço ou, ainda, de alguns de seus aspectos em uma escala reduzida e da forma mais delimitada possível. A cartografia é associada ainda à arte, emprestando dela algumas técnicas.

Um exemplo disto é como podemos perceber a uma desigualdade abrangente entre os bairros de Belém onde foram registrados os locais de apresentações: Campina, Batista Campos, Cidade Velha, Reduto, Umarizal, Marco, Nazaré, Pedreira, Jurunas, Sacramento, São Brás, Terra Firme, Ufpa, Souza, Benguí, Guamá, Pratinha, Val de Caes, Condor, Coqueiro, Marambaia e Canudos. Mas não é o mapa que está dizendo isto, mas a nossa interpretação por meio dele.

Ao se deparar com este mapa, faz-nos questionar o porquê tem locais tão concentrados e outros com raras apresentações. Para isso é necessário estudar a realidade e o cotidiano de cada um desses locais, ter conhecimento dos tipos de territorialidades que acontecem por trás delas.

Belém tem vários contextos complexos a se pensar, desde a segurança, locais públicos e privados para estas apresentações, há lugares onde habita uma presença cultural maiores que em outros locais, possibilitando um acesso maior às apresentações. Não somente como o Teatro de Animações com Bonecos, mas outras atividades artísticas também ocupam a maioria desses determinados espaços.

(...) a territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas [...] resultado e determinante do processo de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social, e ao mesmo tempo, as relações de domínios de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2010, p. 129)

Essa territorialidade é vista como um padrão de comportamento e atitudes possuídos por uma pessoa ou grupo de pessoas com base na adequação entre as relações que ocorrem, um local conquistado ou concebido, sobre um espaço físico, lugar ou ideia. Essa identificação com o território permite a construção de identidades e o atendimento de suas diversas necessidades.

Imagem 03: Tabela contendo os bairros, os locais de apresentações neles e a quantidade de apresentações por bairros.

BAIRROS	LOCAIS DAS APRESENTAÇÕES	QUANTIDADE
Campina	Sesc Ver-o-Peso, Praça da República, Anfiteatro da praça da República, Teatro da Paz, Pedra do ver o peso, Teatro Waldemar Henrique, Teatro do Sesc, Ver-o-Peso, Comércio, Campina.	27
Batista Campos	Casarão do Boneco, Biblioteca Arthur Viana do Centur, Praça Batista Campos, Teatro Margarida Schivazappa, Teatro do CCbeu, Colégio Ideal, FOX Belém, Loja de brinquedos Gepeto, Shopping Pátio Belém, Horto Municipal.	20
Cidade velha	Praça da Sé, Praça do Carmo, Seresta do Carmo, Praça Dom Pedro, Mangal das Garças, Cidade Velha.	9
Reduto	Praça da República, SESC, Sesc doca, Livraria Saraiva, Shopping Boulevard, Praça Waldemar.	7

Umarizal	Praça Brasil, Teatro Cláudio barradas, Escola de Teatro e Dança da UFPA, Auditório da Escola técnica Anísio Teixeira, Don Romualdo de Seixas, Unipop.	7
Marco	Jardim Botânico Rodrigues Alves, Bosque Rodrigues Alves, Marco, Teatro Sesi.	5
Nazaré	Líbero Luxardo, CCAC – Nazaré, Curro Velho.	4
Pedreira	Praça Eduardo Angelim, Escola salesiana do Trabalho, Pedreira.	4
Jurunas	Jurunas, Anfiteatro São José Nolasco, Polo Joalheiro, Hangar.	4
Sacramenta	Praça do Jaú, Sacramento	3
São Brás	Teatro gasômetro, São Brás	3
Terra firme	Terra Firme	3
Universitário	UFPA, Ateliê da Faculdade de Artes Visuais da UFPA.	3
Souza	Praça Dorothy Stang, Feira do Livro Hangar	2
Benguí	Benguí	2
Guamá	Guamá	2
Pratinha	Pratinha	1
Val de Caes	Shopping Grão Pará	1
Condor	Praça em Santa Izabel	1
Coqueiro	Coqueiro	1
Marambaia	Marambaia	1
Canudos	Canudos	1

Observando o mapa e a tabela, podemos perceber a maior concentração de apresentações pelos bairros da Campina, Batista Campos e Cidade Velha. Ou seja, bairros históricos de Belém, em seguida: Reduto, Umarizal, Marco e Pedreira. Ao se perguntar o porquê desses locais terem mais atividades com as apresentações, é necessário também dos elementos que o compõem, teatros, praças e locais mais acessíveis para estas apresentações. Também é importante visar a técnica e a forma que cada artista produz e como esses meios se interligam com esses lugares.

HAESBAERT (2007) Trata dessas territorializações mais flexíveis, que admitem a sobreposição territorial, seja sucessiva (como nos territórios temporários ou espaços multifuncionais na área central das grandes cidades) ou simultaneamente (como na

sobreposição "encaixada" de territorialidades político-administrativas relativamente autônomas).

O bairro da Campina por exemplo é vasto de espaços culturais a céu aberto, mas é válido lembrar que também é uma espécie de cartão postal turístico, com história e todos tipos de artistas passam por lá, assim como na Batista Campos que há uma imensa rede de locais para apresentações. Válido ressaltar na observação da tabela, os locais que só aparecem o nome dos bairros. Isto ocorre por serem apresentações de rua logo eram apresentações que não tem um local fixo.

CONSIDERAÇÕES

Assim podemos concluir o quanto é complexo esse processo de interação entre homem e espaço. Com o Teatro de Animações de Bonecos pudemos perceber que cada espaço de Belém possui um contexto e a importância de compreender nos leva a outros horizontes que só observamos por trás das cortinas do nosso cotidiano.

Existem muitas dinâmicas invisíveis e trazendo tal visibilidade acaba que descobrimos por meio dos outros o nosso próprio meio. Afinal esse é o papel da Geografia, a compreensão e análise do espaço, pode ser pelas mais diversas ferramentas, objetos e recortes.

O projeto em si, como a elaboração deste artigo foi resultado de uma conjuntura de pessoas que amam a arte e a ciência na mesma proporção, foi e ainda é um trabalho árduo a se produzir, houve um enorme esforço por cada pessoa envolvida no projeto, foi preciso disciplina, dedicação, curiosidade, inquietação e muito trabalho em equipe. Aqui foi a Cultura, a Cartografia e principalmente a cooperação desses agentes importantes para a nossa cidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ana Maria. **Teatro de formas animadas: máscaras, bonecos, objetos**. Edusp, 1991.

AMARAL, Ana Maria. O inverso das coisas. **Móin-Móin-Revista de Estudos sobre Teatro de Formas Animadas**, v. 1, n. 01, p. 012-024, 2005.
<http://www.culturapara.art.br/teatro/inbust/index.htm>. Acesso em: 02 jul. 2022

CARNEIRO DOS REIS, Marcio. DINÂMICAS TERRITORIAIS E CULTURA DA INOVAÇÃO: QUESTÕES PARA PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Territórios e Fronteiras**, v. 14, n. 1, 2021.

CARVALHO, JIF et al. A Cartografia Social como possibilidade para o Ensino de Geografia: A pesquisa colaborativa em ação. **Revista de Geografia** (Recife), v. 33, n. 2, 2016.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 31-59.

GREINER DE PAULA, D. O mapa cultural: um exercício de memória e demarcação de territórios. **Ensaio**, v. 8, p. 103-116, 26 dez. 2015.

HAESBAERT, Rogério. **A nova des-ordem mundial**. Unesp, 2005.

HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

PACHA, Aníbal. TEATRO DE ANIMAÇÃO NO TERRITÓRIO DO COMPARTILHAR. **MAMULENGO**, p. 48-49.

PANELLA, M. C. BREVE DIÁLOGO TRANSDISCIPLINAR SOBRE TEORIAS, PRÁTICAS E METODOLOGIAS CARTOGRÁFICAS. **Revista Estética e Semiótica**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2015. DOI: 10.18830/issn2238-362X.v5.n1.2015.01. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/esteticaesemiotica/article/view/11936>. Acesso em: 11 jul. 2022.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE: UM PATRIMÔNIO NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 31, p. 3–16, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7437>. Acesso em: 02 jul. 2022.

SEEMANN, Jörn. “Cartografia cultural” na geografia cultural: Entre mapas da cultura e a cultura dos mapas. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 21, n. 2, p. 61-82, 2001.

SERPA, Angelo. Por uma Geografia dos espaços vividos. São Paulo: **Editora Contexto**, 2019.

TAVARES, Gisleidya Uchôa et al. Mapeamento colaborativo: uma interação entre cartografia e desenvolvimento sustentável no campus do PICI-Universidade Federal do Ceará. **Acta Geográfica**, p. 44-56, 2016.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.

In: SILVA, T. (Org.). Identidade e diferença, a perspectiva dos estudos culturais. **Petrópolis: Vozes**, 2000.p.7-72.

Capítulo 11

A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL E POPULAR NA FORMAÇÃO DE LEITORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Joelice Rodrigues Magalhães

Josedalva Farias dos Santos

Wilson Rodrigues Rocha

Alessandra Rodrigues de Brito

Laís Queinan Bertunes Brito

Fernanda Rocha Magalhães

A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL E POPULAR NA FORMAÇÃO DE LEITORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

 DOI: 10.5281/zenodo.17459501

Joelice Rodrigues Magalhães

*Professora da Rede Pública de Iuiú-Bahia, Licenciada em Pedagogia (UNOPAR),
Especialista em Educação Infantil e Psicopedagogia(FARMAT).*

E-mail: joelicepdm@gmail.com

Josedalva Farias dos Santos

*Professora da Rede Pública de Malhada-Bahia, Licenciada em Pedagogia(UNEB),
Especialista em Educação do Campo (UCAM); Psicopedagogia
Clínica, Institucional e Educação Infantil (FAVENI); Metodologia do
Ensino Superior (FACUMINAS) e Educação Digital (UNEB),
Mestranda em Educação (UEG).*

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7241057648713544>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9642-2990>

E-mail: fariasjosedalva@gmail.com

Wilson Rodrigues Rocha

Acadêmico do Curso de Administração (UNEB)

E-mail: wilsonrodriguesrocha2@gmail.com

Alessandra Rodrigues de Brito

Acadêmica do Curso de Pedagogia (UNOPAR)

Assistente de Sala no Centro Municipal de Educação Infantil Professora Vera Lúcia;

Professora na EJA MST em Iuiú-BA.

E-mail: sandrabrito686@gmail.com

Laís Queinan Bertunes Brito

Acadêmica do Curso de Pedagogia (UNOPAR ANHANGUERA)

Assistente de Sala no Centro Municipal de Educação Infantil Professora Vera Lúcia/

Iuiú-Ba.

E-mail: laisbertunes2018@gmail.com.

Fernanda Rocha Magalhães

Acadêmica do Curso de Pedagogia (UNOPAR/ANHANGUERA)

E-mail: fe.magalhaes22@gmail.com.

RESUMO

A literatura infantil e popular, tanto oral como escrita, faz parte da vida das crianças desde o nascimento. Ao ler um texto dessa modalidade, a criança percebe o belo, o fantástico, o mágico, o encanto, a fantasia, o belo, o mágico e os saberes presentes nas histórias. Logo, ela viaja para um universo repleto de fantasias, emoções e encantamentos. Este artigo levantará reflexões a respeito da contribuição da literatura infantil e popular como instrumento fundamental para a formação intelectual e social das crianças na fase introdutória da educação escolar e tem como objetivo compreender a importância que a literatura infantil e popular tem no processo de formação de alunos leitores, evidenciando as contribuições dessa literatura. A pesquisa de cunho bibliográfico e qualitativo, baseia-se nos pensamentos contemporâneos de Freire (2008), Lajolo (1991), Frantz(2001), Parreiras(2009), Simonzen (1987), Sosa(1978), Zilberman (1987), entre outros. Mediante debates e reflexões, percebe-se que o uso da literatura infantil e popular na sala de aula com classes de educação infantil, é fundamental para desenvolver o gosto e o hábito pela leitura e formar alunos leitores competentes para se comunicarem e dialogarem com o mundo a seu redor.

Palavras-chave: Literatura infantil. Literatura popular. Educação infantil. Formação de leitores.

ABSTRACT

Children's literature, both oral and written, is part of children's lives from birth. When reading a text of this modality, the child perceives the beautiful, the fantastic, the magical, the enchantment, the fantasy, the beautiful, the magical and the knowledge present in the stories. Soon, she travels to a universe full of fantasies, emotions and enchantments. This article will raise reflections on the contribution of children's and popular literature as a fundamental instrument for the intellectual and social formation of children in the introductory phase of school education and aims to understand the importance that children's and popular literature has in the process of formation of student readers, evidencing the importance of this literature. The bibliographic and qualitative research is based on the contemporary thoughts of Freire (2008), Lajolo (1991), Frantz (2001), Parreiras (2009), Simonzen (1987), Sosa (1978), Zilberman (1987), among others. Through debates and reflections, it is perceived that the use of children's and popular literature in the classroom with early childhood education classes is fundamental to develop the taste and habit for reading and to form competent reading students to communicate and dialogue with the world around them.

Keywords: Children's literature. Popular literature . Early childhood education. Formation of readers.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a literatura infantil e popular tanto oral como escrita, faz parte da vida das crianças desde o nascimento. Ao ler um texto dessa modalidade, para crianças, elas percebem o belo, o fantástico, o mágico, o encanto e os saberes presentes nas histórias. Logo, elas viajam para um mundo repleto de fantasias, emoções e encantamentos. A partir das primeiras vivências e contatos com o livro e o universo literário, iniciam-se o despertar para a curiosidade de tudo que está expresso nos livros de histórias infantis e/ou nas contações orais. Nesse sentido, a literatura infantil e popular poderá oportunizar as crianças da educação infantil, diferentes experiências com a língua oral, os sentidos, as primeiras escritas, levando-as a desenvolver as dimensões cognitivas, afetivas e linguísticas. Sendo assim, é de fundamental importância, aproximá-las dos livros infantis, pois, eles colocam as crianças em contato com o mundo e com todos os seus desdobramentos (Oliveira, 2017). O hábito pela leitura é um processo constante e que está sempre em construção e para isso, ele deve ser iniciado bem cedo, quando a criança ainda não adentrou a escola e seu aperfeiçoamento parte da afirmação de que quanto mais cedo à criança tiver contato com a leitura, melhor tende a ter sua formação leitora (Costa, 2023).

Nesta perspectiva, o artigo em discussão busca compreender a importância da literatura infantil e popular no processo de formação de alunos leitores e no processo de ensino-aprendizagem e proporá contribuições pedagógicas a partir de procedimentos metodológicos para despertar nas crianças o interesse pela leitura e ao mesmo tempo, refletir a sua contribuição na formação leitores competentes, críticos, autônomos, criativos, proporcionando, contudo, um amadurecimento cognitivo, emocional e social e cognitivo. O referido trabalho, parte de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, para buscar subsidiar teoricamente as discussões sobre a literatura infantil e popular e sua contribuição na formação de leitores da educação infantil. Para tal, ele se encontra dividido em dois capítulos.

O primeiro capítulo, trata da literatura popular e sua relação com a literatura infantil a partir do seu aspecto lúdico. Destacaremos a contribuição de alguns teóricos da literatura infantil e popular como Simonsen(1987), Perreiras(2009), Perroti (1990), entre outros, apresentando suas principais ideias, as quais contribuem para uma melhor formação literária e social dos educandos.

No segundo capítulo, refletiremos sobre a importância da literatura infantil e popular na sala de aula da educação infantil, bem como, apresentaremos a contribuição de alguns clássicos da literatura infantil e popular, para o processo de ensino aprendizagem das crianças da Educação Infantil.

A proposta apresentada explica a necessidade de mudança na prática pedagógica no âmbito da sala de aula, sobretudo considerando a importância da literatura e a contribuição da literatura infantil na formação de leitores, como parte do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, Assim, a literatura infantil e popular são potentes ferramentas para despertar o interesse nas crianças para a leitura.

Com base nesse pressuposto, estudos confirmam que a aquisição do conhecimento sistematizado no desenvolvimento da criança apresenta maior rendimento educacional devido à contribuição da literatura infantil e popular trabalhada de forma teórica e prática no âmbito escolar.

Este pensamento fundamenta-se no discurso teórico de educadores que buscam trazer contribuições para a reflexão da educação contemporânea como Bettelheim (2002), Meireles (1984), Lopes (2006), Bock (1999), Simonsen (1987), Gregorin Filho (2009), entre outros.

Mediante as afirmações, questiona-se: como trabalhar a literatura infantil e popular no processo de ensino-aprendizagem da criança nessa modalidade de ensino, considerando a importância na formação da concepção social do/a educando/a?

O professor poderá promover situações para que a criança crie, interaja, escolha, perceba o outro, descubra, fantasie e alimente a sua imaginação mediante atividades significativas e prazerosas ampliando assim, o seu universo histórico, cultural, social e literário. Como sugestão, destacaremos algumas atividades: rodas de leitura, hora do conto, memórias, cantigas populares, brincadeiras populares e de faz de contas, peças teatrais, utilização de fantoches, contação de causos, literatura de cordel, entre outras. Essas estratégias poderão ser desencadeadas com inúmeras propostas de atividades, mediante variados gêneros da literatura infantil e popular.

Observa-se que alguns aspectos que compõem o processo de ensino-aprendizagem na educação infantil são fundamentais para a formação crítica da criança, especificamente no desenvolvimento da concepção sociocultural: a metodologia a ser explorado, espaço físico favorável, material didático, e, sobretudo, o apoio pedagógico oferecido ao professor.

Como motivação dinamizada na sala de aula, a leitura e escrita da literatura infantil acumulam uma diversidade de gêneros literários e enredos diferenciados, o que possibilita a criança uma aprendizagem significativa.

Essas afirmações se consolidam mediante os resultados obtidos através de diferentes atividades avaliativas no acompanhamento pedagógico da criança desde o início da intervenção pedagógica na educação infantil.

Espera-se que as discussões apontem referências teóricas, para a formação de uma concepção educacional que redimensione o sentido do ensino-aprendizagem na educação infantil, sobretudo na formação literária e social do educando.

DESENVOLVIMENTO

Literatura Infantil e sua relação com a Literatura Popular a partir do seu aspecto lúdico

As primeiras edições de livros literários infantis, surgiram no Brasil, desde o final do século XIX, com a implementação da Imprensa Régia (Fonseca, 2015). Com isso, foram adaptadas e traduzidas diversas obras literárias europeias. A partir da Proclamação da República, a sociedade brasileira começa a exigir produções literárias e culturais modernas. Com isso, muitas obras literárias foram adaptadas para o uso pedagógico. Neste contexto, percebe-se que no Brasil, a presença da literatura infantil e popular está ligada condicionalmente ao cotidiano da escola, pois nela estão presentes as diversas obras literárias infantis, acondicionadas num espaço físico convidativo, seguro e aconchegante, como as bibliotecas escolares, que garantem o desenvolvimento do hábito da leitura aos educandos, pois ninguém nasce sabendo ler: aprende-se, a medida que se vive (Lajolo, 1993). Com isso, considera-se que a habilidade da leitura é desenvolvida perante convívio social e a escola, enquanto espaço socioeducativo ideal para que as crianças se aproximem do universo literário e despertem o hábito da leitura, a partir da execução de propostas e vivências que

permitam aos leitores a aproximação de conhecimentos que influenciarão sua formação leitora.

Historicamente, muitos nomes se destacaram e foram lidos por muitas crianças brasileiras pela sua forte influência literária em nosso país: Carlos Jansen, Coelho Neto, Figueiredo Pimentel, Olavo Bilac, Monteiro Lobato...Entre todos citados, o que merece maior destaque é o Monteiro Lobato, nome que não pode ser esquecido em se tratando de literatura infantil brasileira. Com ele, a literatura infantil desponta-se com uma proposta inovadora, dando voz e vez ao público infantil. Nesse sentido, Lajolo (2008), destaca a importância da literatura no currículo escolar. Com ela, o cidadão pode exercer plenamente sua cidadania, tornando-se um usuário competente (Lajolo, 2008). Sendo assim, a leitura literária é fundamental para a formação de leitores competentes.

As crianças se identificam com narrativas populares e isso se traduz em boa aceitação. O conto popular é um dos gêneros textuais mais antigos da tradição oral Machado (1994, p.28). A partir deles, o ser humano percebeu que poderia usar a imaginação para criar pessoas, lugares, situações, sonhos. E uma de suas principais características é que eles não possuem autoria, nesse sentido, as histórias partem do imaginário coletivo. Nesse tipo de história, as pessoas, os lugares e as situações, representam diversas realidades, permeadas pela magia, o sonho e a fantasia (Machado, 1994, p.28). Portanto, percebe-se que eles resistiram ao longo da nossa história, reproduzidos pela oralidade de nossos ancestrais, que além do conto, também nos proporcionou outros gêneros baseados na cultura popular: ditado, frases populares.

Sendo assim, o trabalho pedagógico a partir dos contos populares, podem aproximar nossas crianças de situações fictícias e imaginárias, que partem do real para compreender o mundo ao nosso redor. Os contos populares destinados a esse público são textos lúdicos, concisos, que utiliza uma linguagem familiar marcada pela oralidade, com o propósito de fortalecer o vínculo com o leitor. Esse tipo de gênero é muito importante para ser trabalhado com esse público alvo, pois eles podem envolver nossos educandos em situações concretas de linguagem e comunicação, fazendo com que, eles possam também possam exercitar a escrita e produzir textos criativos. Para tal, o professor será o mediador e propositor dessas situações para que nossos educandos possam entender e valorizar a função social da escrita, articulando-a com a sua realidade.

Ao debater sobre a importância dos contos populares, deve-se também compreender a função da literatura infantil, nesse processo. Essa modalidade de literatura parte de um conjunto de publicações de conteúdos recreativos, lúdicos e didáticos, voltados especificamente ao público infantil, que trazem consigo, um conjunto de valores literários influentes que podem contribuir com o processo de formação leitora a partir de uma concepção crítica, reflexível e decisiva.

A literatura infantil juntamente com os contos populares também podem ser compreendidos como manifestações da arte simbólica, cultural e literária que se originaram a partir dos contos de animais e contos humorísticos. Sendo assim, “os contos maravilhosos, de estrutura complexa, comportam elementos sobrenaturais” (Simonsen, 1987, p.07) e juntos produzem o encantamento literário.

Nessa perspectiva, é de fundamental importância que eles sejam inseridos como elemento atrativo na prática pedagógica, que a partir do seu uso, potencializem também o momento de leitura como atividade prazerosa na formação de leitores competentes, que podem utilizar o espaço educativos de aprendizagens para reconhecer o poder da ferramenta transformadora da leitura e escrita e suas contribuições para a formação do conhecimento e do desenvolvimento intelectual das crianças.

Destaca-se nesse processo a interação entre professor e aluno para ampliar as expectativas de aprendizagem, com o objetivo de buscar a consolidação da aquisição do conhecimento sistemático, crítico e social da criança como resultado de uma mediação consciente e responsável do educador. Outro elemento que pode fundamentar o trabalho pedagógico mediante o uso da literatura infantil e popular é a importância de se entender o conceito de memória, enquanto ferramenta de construção da identidade coletiva da sociedade e sua conservação e valorização desenvolve o sentimento de pertencimento dos sujeitos com ênfase na realidade cultural da criança, seus valores familiares e sociais. É ela que nos aproxima ou nos distancia, nos identifica e nos molda a ser quem somos, de onde viemos, e a que lugar pertencemos (Machado 2010, p. 23), ou seja, ela é uma fator de identificação humana; é marca ou sinal de nossa cultura(Le Goff 1990, p. 250). Nesse sentido, ela é importante para o constructo da identidade individual e coletiva e deve ser também trabalhada na sala de aula. Por ela trazer a identidade de cada um, da família, do bairro. Ao lerem-se obras que tratam da memória, tomamos contato com a nossa própria memória (Parreiras, 2009, p. 147).

Nota-se que a criança ao chegar a escola traz consigo valores, culturais, crenças e tradições que caracterizam a sua identidade. Sendo assim, é necessário trabalhar com o conceito de memória no espaço pedagógico, para despertar em nossos educandos desejos, sentimentos, fantasias, vivências e experiências que fazem parte do seu cotidiano e do seu contexto familiar. É de fundamental importância que a escola por sua vez, contribua para a valorização do contexto e da realidade dos alunos e a preservação da memória. Em tempo, a construção da formação intelectual das crianças, para que elas sejam partícipes e leitores competentes podem ser construídas a partir de sua relação pedagógica com os livros, responsáveis por abrir muitas portas e caminhos, eles podem implementar as fantasias lúdicas das crianças (Parreiras, 2009, p. 148).

No que tange ao material didático, entende-se que eles se constituem como instrumentos pedagógicos de relevância para o processo de construção do conhecimento sistemático, crítico e cultural da criança, de forma dinâmica, percebidas nos momentos de leituras, nas brincadeiras ilustradas, nos recontos baseados no desenvolvimento da imaginação e da criatividade dos educandos no âmbito escolar. Visto que, o gosto pela leitura é capaz de provocar sensações que favorecem descobertas do leitor a partir do mundo da leitura. A compreensão de mundo pela criança, através do encanto e da magia da literatura, oferecem riquezas de detalhes completamente diferentes do mundo do adulto, pois a cada leitura de textos de gêneros literários diferenciados, a criança ilustra um personagem para refletir sua imaginação. Embora essa conclusão seja muito simplória, observa-se que no primeiro momento, normalmente a criança brinca de forma espontânea, natural, sem qualquer compromisso obrigatório. Seu raciocínio imaginário somente surgirá após algumas provocações questionadoras, na etapa de alfabetização com o incentivo do professor alfabetizador. Nesse entendimento, o livro nunca perdeu sua magia. Por meio dele, o leitor é capaz de projetar-se ao mundo da ficção. Sendo, a leitura, a passagem do mundo real para o mundo encantado dos livros.

Com essas afirmações, percebe-se, por meio da exploração da literatura infantil e popular na sala de aula, que o desenvolvimento imaginário e da capacidade comunicativa da criança, deve ser trabalhado pelo professor a partir dos questionamentos, afirmações e relatos que podem enriquecer o momento de aprendizagem da criança. Esse processo contribui para o amadurecimento de algumas habilidades e competências da criança, acelerando o desenvolvimento da

capacidade de imaginação, raciocínio, questionamento, interação e socialização de ideias.

Os contos e literaturas infantis, possibilitam o despertar de diferentes emoções e a ampliação de visões de mundo do leitor infantil. E nesse encontro com a fantasia, à criança entra em contato com seu mundo interior, dialoga com seus sentimentos secretos, confronta seus medos e desejos escondidos, supera seus conflitos e alcança o equilíbrio necessário para seu crescimento. Pois o:

espírito da criança precisa do drama, da movimentação das personagens, da soma das experiências populares e tudo isso dito por meio das mais elevadas formas de expressão e com inegável elevação de pensamento (Sosa, 1978, p.19).

Entretanto, o desenvolvimento do conhecimento da criança se dá no seu próprio ritmo de aprendizagem. Nesse sentido, o que precisa entrar em discussão é a preparação pedagógica do professor como elemento fundamental no processo de ensino-aprendizagem. Tem-se, desse modo, diferentes crianças em múltiplas realidades numa mesma sociedade e, assim, a escola se torna um espaço de convergência de todas essas realidades, necessitando o professor de uma preparação cada vez mais sólida, para o desenvolvimento do seu trabalho nessa sociedade em processo visível de metamorfose social, econômica e cultural (Gregorin Filho, 2009, p. 42).

Desta forma, reafirma-se a importância da literatura infantil e popular no processo de ensino-aprendizagem na fase escolar inicial, uma vez que a sua utilização oferece condições propícias para aquisição do conhecimento formal e desenvolvimento da concepção social e crítica da criança.

Pode se dizer que, do ponto de vista pedagógico a exploração da leitura infantil e popular no processo de ensino-aprendizagem na sala de aula é insubstituível. Sua contribuição é fundamental para que as crianças desenvolvam independência, autonomia de forma individual e na convivência social e coletiva.

As contribuições da literatura infantil e popular na sala de aula da educação infantil

A literatura infantil e popular por serem consideradas “artes”, tem um papel relevante na vida social das crianças e como tal, deve ter um foco significativo na sala

de aula. E com esse valor considerável, deve ser apreciada e valorizada a altura da sua importância na construção do mundo imaginário da criança. Para Frantz (2001, p.16):

a literatura infantil também é ludismo, fantasia, questionamento, e dessa forma consegue a lidar com a busca de respostas para as inúmeras indagações do mundo Infantil, enriquecendo no leitor a capacidade de percepção das coisas (Frantz, 2001, p.16).

Vale afirmar que a literatura infantil e popular, são as portas de entrada para o desenvolvimento do hábito da leitura das crianças, pois são criadoras de situações contextualizadas, familiares, sentimentais, relacionais, além de alimentar suas fantasias e imaginação.

O professor na sala de aula, ao propiciar atividades a partir de contos, brincadeiras de faz-de-contas, rodas de leitura, parlendas, fornecem elementos importantes para a ampliação de seu conhecimento literário, histórico e cultural, o que despertará nessas crianças a participação, o envolvimento, a socialização e contribuirão para seu crescimento psíquico, cognitivo, moral e social. Portanto, deve-se garantir o uso de diversos gêneros textuais, para que as crianças criem o hábito de leitura e a partir das proposições de momentos que agucem o desejo de participar de forma prazerosa, enriquecedora e significativa em situações planejadas e contextualizadas envolvendo a literatura infantil e popular.

Para tal, pode-se trazer para a sala de aula, variadas obras de clássicos da Literatura Infantil e Popular a exemplo: Monteiro Lobato, Ana Maria Machado, Os Irmãos Grimm, Ziraldo, Ruth Rocha, entre outros que contribua para despertar do imaginário infantil e a ampliação do repertório literário. Assim, a literatura infantil e popular, tornar-se-á fundamental no processo de desenvolvimento da capacidade da criança, a partir da leitura e escrita no âmbito escolar.

O trabalho com literatura infantil e popular na sala de aula da educação infantil necessita de espaços adequados e organizados, de modo que as atividades propiciem às crianças: interações, segurança e autonomia. Indicaremos algumas sugestões de espaço como o canto de leitura, salas de leituras ou biblioteca, entre outros.

Não podemos deixar de sugerir, acerca dos materiais e recursos utilizados na sala de aula que poderão enriquecer os momentos de leitura, contação de histórias, dramatização entre outros, com a utilização do baú de histórias; pequenos cenários;

fantoches; dedoches; expositor de livros; cadernos com versinhos; parlendas; quadrinhas; adivinhas e trava-línguas; mural de sala; cartazes com poesias e cantigas, entre outros. Essas sugestões poderão dar suportes pedagógicos no trabalho com literatura e auxiliará as práticas pedagógicas, podendo proporcionar aos alunos da educação infantil um universo recheado e diversificado a partir do trabalho com a literatura infantil e popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a dimensão da literatura infantil e popular no processo de ensino-aprendizagem da criança por meio de ações de intervenção pedagógica na sala de aula, nota-se uma evolução no planejamento pedagógico da educação infantil. Entretanto, percebe-se que o papel de incorporar uma mentalidade inovadora, que possa propor novas práticas de ensino-aprendizagem no processo de aquisição do conhecimento da criança, pode ser construído no espaço escolar.

As afirmações sobre a importância da literatura infantil e popular, por meio de leitura, escrita e brincadeiras dinamizadas na fase inicial da educação, ratificam a necessidade de se enriquecer o processo pedagógico, redimensionar o saber científico e sistemático do educando, dando um significado diferente e mais apropriado aos seus conhecimentos.

Nesta perspectiva, espera-se que as instituições de ensino público, especificamente na educação infantil, possam compreender a importância da literatura infantil e popular no processo de aprendizagem da criança, aprimorando novas técnicas metodológicas para o ensino-aprendizagem por meio de atividades pedagógicas dinâmicas e interativas na sala de aula.

REFERÊNCIAS

BETTELHEIM, Bruno. **Na terra das fadas: análise dos personagens femininos** (extraído da obra *A psicanálise dos contos de fadas*). Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BOCK, Ana M.B. – **Aventuras do Barão de Munchhausen na Psicologia** – Ed. Cortez/EDUC, São Paulo, 1999.

COSTA, A. E. R. A importância da literatura infantil no processo de formação de alunos leitores. In: **IX Congresso Nacional de Educação-CONEDU**, 10.2023, João

Pessoa. Anais [...]. João Pessoa-PB, 2023. Disponível em:
https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_COMPLETO_E_V185_MD1_ID25401_TB9102_03092023105749.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

FONSECA, Edi. **Interações com olhos de ler, apontamentos sobre a leitura para a prática do professor de Educação Infantil**. São Paulo: Blucher, 2012.

FRANTZ, Maria Helena Zancan. **O ensino da literatura nas séries iniciais**. 3 ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2001. Coleção Educação.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. **Literatura Infantil: múltiplas linguagens na formação de leitores** / José Nicolau Gregorin Filho. – São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009.

KRAMER, Sonia. **Alfabetização Leitura e Escrita: Formação de Professor em Curso** / Sonia Kramer. – São Paulo: Ática, 2010.

LAJOLO, Marisa (2008). **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 6ª ed. 13ª impressão. São Paulo: Editora Ática.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 1990.

LOPES, Karina Rizek, Reseana Pereira, Mendes Vitória, Vitória Líbia Barreto de Farias. **Livro de Estudo: Mod. II e IV / Brasília – MEC**. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância. Coleção ProInfantil (Unidade: 3 e 5) , 2006.

MACHADO, Irene. **Literatura e Redação**. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

MEIRELES, Cecília. **Problemas da literatura infantil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

OLIVEIRA, Rosane de Machado. Literatura Infantil: a importância no processo de alfabetização e letramento e no desenvolvimento social da criança. In: **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, São Paulo, ano 02, ed. 01, v. 13, p. 375-394, jan. 2017. Disponível em:
<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/literatura-infantil>. Acesso em: 24 jun. 2025.

PERREIRAS, Nífa. **Confusão de Línguas na Literatura: o que o adulto escreve, a criança lê** / Nífa Perreiras. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

PERROTTI, Edmir. **Confinamento cultural, infância e leitura**. São Paulo: Summus, 1990.

SOSA, Jesualdo. **A literatura infantil**. Tradução de James Amado – São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

SIMONSEN, Michele. **O conto popular**. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora LTDA, 1987.



Coletânea MultiAtualizando: evolução constante, aprendizado contínuo celebra seis anos de uma jornada marcada pela curiosidade intelectual, pela partilha de saberes e pela construção coletiva do conhecimento. Reunindo reflexões, experiências e olhares diversos, esta obra simboliza o amadurecimento do **Grupo MultiAtual**, que chega ao marco de **1.300 publicações** reafirmando seu compromisso com a produção crítica, a inovação e o pensamento em movimento.

Mais do que um registro comemorativo, esta coletânea é um convite à leitura inspiradora e ao diálogo entre áreas, ideias e pessoas. Cada texto é um elo nessa corrente de aprendizado permanente, representando a essência de um grupo que cresce, transforma-se e atualiza-se a cada novo desafio. Um tributo à evolução intelectual e à força coletiva de quem acredita que aprender é o ato mais humano de permanecer vivo.


Editora
REALCONHECER

ISBN 978-658366804-2



9

786583

668042


Editoras
Grupo
MultiAtual
1300